

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

doutorado

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

2007

TÂNIA PITOMBO DE OLIVEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO CONFRONTO
“NÃO DIVIDIR X CRIAR”.

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas
como requisito parcial para obtenção do Título de
Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dr^a. Suzy Lagazzi-Rodrigues

CAMPINAS

2007

P
683d

Pitombo-Oliveira, Tânia.
Divisão territorial : uma análise discursiva do confronto “não dividir x criar” / Tânia Pitombo de Oliveira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Suzy Maria Lagazzi-Rodriguez.
*Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.*

1. Análise de discurso. 2. Discurso jornalístico. 3. Fronteira discursiva. 4. Memória discursiva. 5. Discurso fundador. I. Lagazzi-Rodriguez, Suzy Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

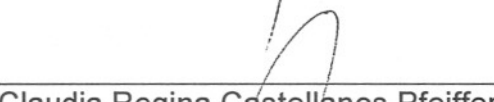
BANCA EXAMINADORA



Suzy Maria Lagazzi Rodrigues



Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



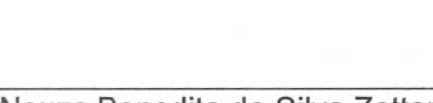
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



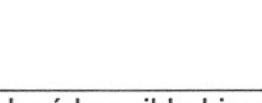
Solange Maria Leda Gallo



Maria Aparecida Honório



Neuza Benedita da Silva Zattar



José Leonildo Lima



Ana Maria Di Renzo

200709082

Àqueles que, no percurso de minha existência,
contribuíram para que os sentidos fizessem
sentido.

AGRADEÇO,

À Suzy, nesse percurso de reflexões que desde 1999, nas orientações do mestrado e, posteriormente, no doutorado, nos une em um trabalho de construção teórica, amizade e admiração.

Aos professores Eduardo Guimarães e Cláudia Pfeiffer pelas contribuições no momento da qualificação de minha tese.

Aos professores Eduardo Guimarães, Solange Leda Gallo, Maria Aparecida Honório e Ana Di Renzo por terem aceito compor a banca de defesa.

Aos professores da UNEMAT, companheiros de turma de mestrado e doutorado, que muito me honram em compor, como suplentes, a banca de defesa e compartilhar comigo esse acontecimento.

À UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), Campus de Sinop, pelo afastamento concedido para minha qualificação.

Ao PQI Linguística / UNEMAT /UNICAMP /CAPES.

À CAPES, pela bolsa concedida no período de meu afastamento, fundamental para encurtar tão grandes distâncias.

“A Análise de Discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...)”.

(Michel Pêcheux)

“Não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê”.

(Jean-Marie Marandin)

(Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: Escritos nº. 04, Laboratório de Estudos Urbanos – LABEORB/NUDECRI, Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, p.14).

RESUMO

Nesta minha reflexão, que se inscreve na perspectiva teórica da Análise de Discurso fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux na França e Eni Orlandi e o grupo de pesquisadores por ela formados no Brasil, tenho como objeto a compreensão da constituição histórica do conflito posto no Estado de Mato Grosso pelo processo migratório instaurado na década de setenta, na perspectiva discursiva de análise do discurso jornalístico. Através dessa análise pretendo compreender a divisão que se mostra na língua e circula na mídia, principalmente nas diferentes posições-sujeito observadas. Para esta reflexão e compreensão dos sentidos que afloram e circulam na região norte do Estado de Estado de Mato Grosso, a análise do material constituído por entrevistas e depoimentos a partir de recortes de jornais locais impressos, virtuais e revistas; representativos da região norte do Estado do Mato Grosso, produziu recortes específicos, marcados, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, por um forte posicionamento favorável à proposta de divisão territorial do Estado. Essa prática discursiva favorável ao processo divisionista, estabelece, por defender esse posicionamento, uma situação de confronto com os habitantes da região sul do Estado. Para entender esse confronto, foi necessário me deter também na prática discursiva jornalística representativa dos habitantes da região sul do Estado de Mato Grosso que compreende a capital Cuiabá e seu entorno, região esta toda ela à luz de mais de 200 anos de colonização e que devido às grandes distâncias, falta de estradas e comunicação com os grandes centros do País, viveu um grande período de isolamento sócio-econômico e cultural até a instauração do processo migratório no Estado. Tomando o discurso como local privilegiado de observação, encontro práticas discursivas que reforçam o *ser de Mato Grosso, nascido aqui*, em posição de enfrentamento aos *paus-rodados* e *paus-fincados*, formulações essas ancoradas no acontecimento discursivo da primeira divisão estadual, no movimento da construção de fundar sentidos postos pela Declaração da Amazônia, e, ainda, nos efeitos de uma *incerteza em relação a um futuro* marcados pelo tempo verbal do futuro do pretérito. A análise do discurso em relação ao confronto não *dividir x criar* um novo Estado deu visibilidade a processos de identificação que definem as relações imaginárias postas no Estado de Mato Grosso pelos seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE:. Análise de Discurso, discurso jornalístico, fronteira discursiva, memória discursiva, discurso fundador

ABSTRACT

This reflection is inscribed in the theoretical outlook of the analysis of the discourse based on productions by Michel Pêcheux in France and Erni Orlandi and the team of researchers formed by it in Brazil. I aim the understanding of the historical constitution of the conflict brought about by the migratory process in the state of Mato Grosso in the 80's, under the discursive analysis of the journalist discourse. Through this analysis I intend to understand the division shown in the language that circulates in the mass media, mainly in the different subject-positions observed. For this reflection and understanding of the meanings that emerge and circulate in the North region of the state of Mato Grosso, the analysis of the material made up of interviews and depositions from local newspaper clippings virtual news and magazines which represent the North region of the state of Mato Grosso has produced specific meanings, which are marked by a strong favorable stand to the proposal of the territorial division of the state and imaginary constitutive relations of the discursive processes. This discursive practice which is favorable to the divisional process establishes a confronting situation towards the inhabitants of the south region of the state for defending this position. In order to understand this confrontation I also had to detain in the journalistic discursive practice which represents the inhabitants of the south region of the state of Mato Grosso which comprises the capital city Cuiabá and its surroundings. A region subject to over 200 years of colonization and which, due to large distances, lack of roads and communication with the large cities in Brazil, has faced a great period of socio-economical and financial isolation until the instauration of the migratory process in the state. Taking the discourse a privileged observation spot I find discursive practices which reinforce the Mato Grosso being. Born here, facing the “pau-rodados” and “pau-fincados”, formulations anchored the discursive discourse of the first state division, to the construction movement of founding meanings imposed by the Declaration of the Amazonia and also to the effects of an incertaintly concerning a future marked by the conditional verbal tense. The discourse analysis related to the confrontation no division x creation of a new state enlightened the identification processes that define the imaginary relations inflicted in the state of Mato Grosso by its inhabitants.

Key-words: discourse analysis, journalistic discourse, frontier discursive, memory discursive, discourse founder.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – Preâmbulo necessário	01
INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO I	11
1.1 – A mídia como forma de textualização da memória social	18
1.2 - “Artigo de opinião” e autoria.....	24
1.3 - O acontecimento discursivo da primeira divisão territorial.....	31
1.4 - Declaração da Amazônia: movimento na construção de fundar sentidos	40
CAPÍTULO II	62
2.1 - A subjetividade como acontecimento da língua no homem.....	67
2.2 - “Paus Rodados”, “Paus Fincados” e “Paus Nascidos”.....	77
2.3 – Processo migratório.....	97
2.4 - Dividir / Criar.....	102
2.5 – A proposta de plebiscito e o sujeito de direito.....	118
2.6 – Indefinição do nome: uma questão de ordem de identificação.....	124
2.7 – Argumentos de oposição na relação com “o outro”	131
CAPÍTULO III	160
3.1 – A materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos	160
3.2 – Efeitos de temporalidade.....	161
3.2.1 – A temporalidade e sua relação com a sintaxe.....	161
3.3 – Futuro do pretérito – marca discursiva de incertezas.....	171
3.3.1 – Futuro do indicativo – um “certo grau” de certeza	184
3.4 – Só há causa daquilo que falha	191
3.5 – Cometi um deslize (...) o problema estava em pensar (...)	193
CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206

APRESENTAÇÃO

PREÂMBULO NECESSÁRIO

O interesse por este trabalho que ora apresento teve início nos meus estudos da pós-graduação, nos anos de 1998-2000, no decorrer do mestrado em Lingüística na área da Análise de Discurso de origem francesa como proposta por Michel Pêcheux para a compreensão da “constituição dos sentidos e dos sujeitos”. No campo brasileiro, tenho como referência a Análise de Discurso, tal como tem sido praticada por Eni Orlandi e o grupo de pesquisadores por ela formado no IEL-UNICAMP, desenvolvendo, além das noções de “sentido e sujeito”, as noções de “ideologia, história, linguagem, discurso, silêncio e resistência”.

Cursar o mestrado era, à época, uma exigência da Universidade Estadual do Mato Grosso, na qual já era professora efetiva desde 1990 no Curso de Letras. Também, uma necessidade enquanto docente, preocupada com compromissos de leitura e interpretação do dia-a-dia, do cotidiano, específicos em relação a compreensão de realidades e a possibilidade de o aluno se colocar enquanto leitor/autor de textos e da história.

Era necessário, então, refletir sobre questões próximas que afligiam, incomodavam e me faziam pensar. Era preciso deitar um olhar sobre a compreensão dos fatos de linguagem.

Pensar o Paralelo 13° como fronteira discursiva, ou seja, fronteira que instaura um novo discurso, possibilitou escrever e publicar o livro - *Fronteira discursiva: o paralelo 13° e os sentidos da exclusão* - através da Editora da UNEMAT (Universidade Estadual de

Mato Grosso) como resultado de dissertação de mestrado desenvolvida no Instituto de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas IEL/ UNICAMP.

O interesse por esse tema se deve à minha observação, enquanto moradora e pesquisadora das questões da linguagem, do permanente estado de confronto dos habitantes da região norte de Mato Grosso em suas relações com o Estado, sob o impacto de Medidas Provisórias, projetos e punições fiscais que incidem sobre a região.

Através desta análise observo as relações político-jurídico-ambientais e econômicas postas pelos discursos da região norte mato-grossense no que diz respeito à oposição desmatar/preservar.

Assim, em um gesto de interpretação em que procuro compreender como os sentidos são produzidos e circulam, observo causas e conseqüências que levam essa população a se sentir injustiçada e interdita ao ser excluída do contexto de desenvolvimento no qual estava inserida nas décadas de 70 e 80 e submetida a um espaço de restrições criado por medidas governamentais em que o Estado exerce o controle através de Medidas Provisórias.

O componente de maior alcance que norteou as entrevistas foi a Medida Provisória n°. 1511 de 27 de junho de 1996, que normatiza a obrigatoriedade da reserva legal nas propriedades ao norte do Paralelo 13° em 80%, contrário do restante do País em que a reserva legal obrigatória, à época da pesquisa, se definia em 20%.

Vejamos o artigo de lei que “dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste - § 2° Nas propriedades onde a cobertura arbórea se constitui de fitofisionomias florestais, não será admitido o corte raso em pelo menos oitenta por cento dessas tipologias florestais”.

Esta Medida Provisória impõe uma fronteira discursiva – O PARALELO 13° - que estabelece, para os habitantes da região, os sentidos do “aquele que não pode” (desmatar, abrir a terra, plantar, gerar empregos, sobreviver da terra, enfim, gerar desenvolvimento), em oposição aos sentidos de “aquele que pode”, (desmatar, abrir a terra, plantar, gerar

empregos, sobreviver da terra, enfim, estar inserido em um processo de desenvolvimento) atribuído aos habitantes ao sul do paralelo 13°.

Fronteira jurídica, visível e discursiva que inclui esta região em um discurso de preservação da Amazônia e estabelece os sentidos da exclusão, trazendo a afirmação “agora não posso mais trabalhar”.

A força das medidas preservacionistas desautoriza e impede que se atualize o dizer “eu vim autorizado a abrir a terra” pelos migrantes. Encontra-se aí, a meu ver, um dos motivos causadores do sentimento de injustiça e interdição e a convicção de estar com a “razão”: estes habitantes foram “convidados” pelas propostas governamentais de colonização da região a desbravar para gerar riquezas, aumentar a produção e integração ao desenvolvimento nacional.

Assim, entre a década de 60 e os dias de hoje, temos a mesma política governamental – que se utiliza da “questão amazônia” para gerar recursos e trabalhar a questão da soberania.

Concluo minha dissertação de mestrado afirmando que a Região Amazônica é usada como argumento na década de 60 através do slogan do próprio governo “Integrar para não entregar”, em que a Amazônia deveria se integrar aos moldes do desenvolvimento brasileiro para produzir riquezas e manter a soberania frente a interesses internacionais de torná-la reserva mundial de valor.

E a Região Amazônica continua sendo usada como argumento, agora com um deslocamento de sentidos no slogan “Integrar para não entregar” em que integrar, agora, para o discurso governamental, significa integração aos sentidos da globalização que prioriza questões ambientais e de preservação da floresta Amazônica para continuar tendo aval para empréstimos internacionais e manter a soberania territorial.

Assim, o discurso governamental estatal capitalista tem um só objetivo: usar a questão Amazônia para conseguir empréstimos internacionais:

1- Seja deslocando migrantes para a Amazônia para integrá-la ao desenvolvimento brasileiro na década de 60,

2- Seja filiando-se ao atual discurso ambientalista da globalização de preservação da região, silenciando o povo que a habita e as propostas desenvolvimentistas da década de 60.

O governo acompanha os argumentos imediatos da preservação para, no jogo entre o “global” e o “estatal”, manter a soberania.

Como fronteira, o paralelo 13° demarca limites dentro de uma mesma formação discursiva: a estatal capitalista. E, enquanto essa fronteira significar nesses limites, o irrealizado, tal como posto por Pêcheux, continuará para além de qualquer discussão global.

Considero fundamental a breve retomada do percurso de minha dissertação de mestrado para compreender como essa fronteira geográfica e discursiva de injustiça e interdição ao desenvolvimento delineada pelo paralelo 13° - e que divide o Brasil - continua significando e se apresenta também marcada como fronteira nos PDLs (Projetos de Decreto Legislativo) do Senado Federal, que instauram uma prática discursiva divisionista, agora estadual, de divisão do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

CAMPANHA PELA DIVISÃO DE MT

Na última sexta-feira foi lançada em Cuiabá a campanha pela criação do Estado do Araguaia, durante jantar que teve a presença do senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, e autor do projeto. No ano passado o projeto foi votado e aprovado no plenário do Senado. Está na Câmara dos Deputados. Lá, ele deverá ser apreciado, votado e devolvido ao Senado para votação e o andamento da aprovação do plebiscito, etc.

Houve uma série de discursos em torno do tema e a defesa da divisão.

(...) Separa-se pessoas, vidas, histórias de vida, esperanças, terras e futuro



ONOFRE RIBEIRO

obras essenciais para sua gestão, estimulando e facilitando o crescimento do setor produtivo e destinando o máximo de seus recursos aos investimentos na educação, na saúde, na segurança e na infraestrutura".

Alguns dados apresentados são, de fato, sérios: o número de matriculados em ensino superior: em Mato Grosso, 34.383 estudantes, e no Araguaia, 3.893 estudantes. De modo geral os números se assemelham, do mesmo modo que a produção econômica também revela as diferenças. Rebanho bovino (dados de

(Jornal A Gazeta, Cuiabá, segunda-feira, 18 de março de 2002, p. 2A)

Na continuidade de minhas reflexões, o tema proposto para esse estudo é a compreensão da constituição histórica do conflito divisionista posto no Estado de Mato Grosso pelo processo migratório instaurado na década de setenta. Tomo as práticas discursivas produzidas pela mídia mato-grossense, pensando a produção de sentidos sobre este conflito nos processos de identificação do sujeito em sua relação com a memória e com a noção de discurso fundador.

Considerado por seus habitantes e pela população brasileira como periférico do desenvolvimento e ombreado pela floresta amazônica, o Estado de Mato Grosso passou por

um processo migratório que instaurou uma nova discursividade no país e, principalmente, no discurso estadual mato-grossense, que se vê frente a um turbilhão de novos sentidos que se encontram, se chocam, se deslocam; provocando uma reorganização discursiva que foge do *até então* e gera conflitos, dúvidas e embates.

O que se oferecia como aparente evidência de sentidos para o sujeito mato-grossense e a sua posição sócio-cultural – antes da instauração do processo migratório, passa a ser questionado em um processo de desestabilização e desnaturalização.

Nestas três últimas décadas, a comunidade mato-grossense, entre perplexa e procurando marcar espaços geográficos, políticos e sócio-culturais é envolvida em um embate discursivo que, a partir das formações imaginárias constitutivas dos processos de linguagem, delimita espaços de identificação e de ancoragem.

Devido à vasta extensão do Estado mato-grossense, as práticas discursivas que constituem o *corpus* desse trabalho foram recortadas do funcionamento discursivo encontrado em jornais, revistas impressas e virtuais de maior tiragem e divulgação entre a população estadual.

O meu interesse neste trabalho é compreender a divisão que se mostra na língua e circula na mídia, principalmente nas diferentes posições sujeito, observadas nos cadernos sobre ‘política’ e em cadernos chamados pelos jornais como ‘de opinião’. Formulada como questão de território, enquanto representação imaginária, as leis são debatidas pela classe política e população e pretendo mostrar como a ligação entre ‘leis’ e ‘população’ é feita pelos políticos.

Para esta reflexão e compreensão dos sentidos que afloram e circulam na região norte do Estado de Mato Grosso, a análise do material constituído por entrevistas e depoimentos a partir de recortes de jornais locais impressos, virtuais e revistas; representativos dessa região, produziu recortes específicos, marcados, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, por um forte posicionamento favorável à proposta de divisão territorial do Estado. Essa prática discursiva favorável ao processo

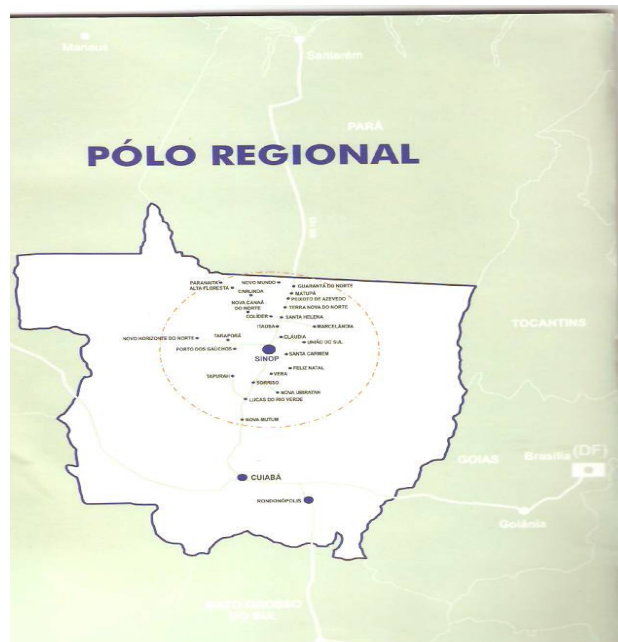
divisionista, estabelece, por defender esse posicionamento, uma situação de confronto com os habitantes da região sul do Estado.

Para entender esse confronto, foi necessário me deter também na prática discursiva dos habitantes da região sul do Estado de Mato Grosso que compreende a capital Cuiabá e seu entorno, região esta toda ela à luz de mais de 200 anos de colonização, e que devido às grandes distâncias, falta de estradas e comunicação com os grandes centros do País, viveu um grande período de isolamento sócio-econômico e cultural.

Tomando o discurso como local privilegiado de observação da posição dos que se colocam fervorosamente contra o processo de divisão estadual na região sul do Estado, encontro práticas discursivas que reforçam o *ser de Mato Grosso, nascido aqui*, em posição de enfrentamento aos *paus-rodados* e *paus-fincados*, prática discursiva usada por esses habitantes quando se referem aos migrantes que se deslocaram de outros Estados para atender ao chamamento do governo brasileiro nas décadas de sessenta e setenta para o projeto de colonização da região norte do atual Estado de Mato Grosso.

Para analisar esse conflito, tomo como referência discursiva jornais de maior circulação na capital Cuiabá, e busco compreender o funcionamento discursivo dos efeitos de sentidos postos pela primeira divisão estadual MT/MS (Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul) e a constituição imaginária do sujeito migrante na sua relação com o sujeito mato-grossense “nascido em Mato Grosso”, refletindo sobre esse espaço da diferença em que o sujeito se constitui.

Em relação à região norte do Estado de Mato Grosso, o município de Sinop (1974/2007), como um dos lugares de referência para esta pesquisa é significativo em relação às condições de produção deste discurso divisionista porque é o maior centro urbano da região norte mato-grossense, conforme dados obtidos na prefeitura local. Contabiliza 66.000 eleitores e mais de 105.000 habitantes.



Destaca-se como pólo econômico no comércio, na saúde e na educação de uma região composta por 42 cidades e uma população total de aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, conforme informações da prefeitura local.

Ainda conforme dados obtidos na prefeitura local, na esfera da educação, o município de Sinop possui duas Universidades Públicas (federal – UFMT, e estadual - UNEMAT) e quatro faculdades (UNICEM, FACENOP, FASIP e UNIC), totalizando 54 cursos oferecidos, e, em média, 5.718 acadêmicos, distribuídos nos cursos de Letras, Matemática, Pedagogia, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo, Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia, Administração de Empresas, Administração Rural, Administração de Agonegócios, Administração de Marketing, Jornalismo, Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia, Ciências Biológicas, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências Naturais, Farmácia Bioquímica, História e Economia e Turismo.

A economia está baseada na agroindústria que vem investindo em tecnologia. Destaque para a produção e exportação de madeira beneficiada. Com uma capacidade de armazenamento de 1.104.100 toneladas, a cidade também se destaca na produção de grãos e na pesquisa de arroz de sequeiro.

A prestação de serviço é outro importante segmento da economia local, seguido pelo comércio varejista e atacadista.

São 1.290 indústrias, 2.744 empresas do comércio varejista, 356 empresas do comércio atacadista e 4.541 empresas de prestação de serviços.

Na agroindústria, destacam-se algumas atividades como 05 frigoríficos bovinos, 02 frigoríficos suínos, 02 curtumes, 01 beneficiamento de polpa de frutas, 03 beneficiamentos de algodão, 04 beneficiamentos de arroz, 02 torrefações de café, 01 beneficiamento de borracha, 01 beneficiamento de guaraná em pó, 01 criação de avestruz, 01 fábrica de rações e 24 armazéns/silos para grãos.

No que se refere à mídia, o sistema de comunicação que atende a cidade de Sinop compreende 11 provedores de internet banda larga, quinze sites jornalísticos e de entretenimento. São 09 jornais impressos, 04 emissoras rádio, duas FM e duas AM e 05 emissoras de TV, que transmitem a programação das principais redes de televisão do país e, nos horários destinados aos jornais regionais, transmitem e incluem em sua programação os jornais locais.

São editados jornais impressos, virtuais e revistas que abrem espaço para notícias de cidades vizinhas, e que são considerados, pela população local, como representantes das idéias, projetos e pensamentos que dão voz a uma região.

O aeroporto conta com três empresas que oferecem vôos diários para a capital e algumas cidades ao norte. Sede de vários órgãos estaduais e federais, o que, segundo população local, a credencia como “futura capital do novo Estado”.

Assim, nesta análise, pretendo refletir sobre a língua e a história na produção de sentidos, pensando a dimensão dos sujeitos, a dimensão da sociedade com suas instituições,

precisando os mecanismos interpretativos postos na textualidade oferecida pelo discurso jornalístico, nas distintas posições dos sujeitos em que a ideologia é trabalhada como possibilidade de interpretação, em que a identidade “é um movimento na história (e na relação com o social)” (ORLANDI, 2004, p.122).

CAPÍTULO I

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem a partir de elementos livremente escolhidos, em circunstâncias escolhidas por eles, mas em circunstâncias que eles encontram imediatamente diante de si, dadas e herdadas do passado.

(18 Brumário de Karl Marx)

Divisão territorial. Divisão do País. Divisão dos homens, da cultura e do poder. A redivisão territorial do Brasil, e não só a de Mato Grosso, é um tema que vem sendo debatido no Congresso Nacional há muitos anos. São dezessete as propostas de criação de novos Estados atualmente em tramitação no Congresso Nacional¹. São Projetos de Decreto Legislativo:

1) PDL n° 850, de 2001, do Senado Federal (PDS n° 18/99), que “convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia”;

¹ DUARTE, Ana S. (2003) *Divisão Territorial em Estados Brasileiros: Benefícios e Perdas para o Estado de Origem e Perspectivas para os Novos Estados*. Consultoria Legislativa da Área XI, Câmara dos Deputados, Brasília – DF.

- 2) PDL nº 731 – A de 2000, do Senado Federal (PDS nº 19/99), que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós”;
- 3) PDL nº 1.097, de 2001, do Senado Federal (PDS nº 274/00), que “convoca plebiscito sobre a criação do Território Federal do Oiapoque”;
- 4) PDL nº 947, de 2001, do Sr. Sebastião Madeira e outros, que dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Maranhão do Sul”;
- 5) PDL nº 1.693, de 2002, do Sr. Bispo Wanderval e outros, que “dispõe sobre a criação do Estado de São Paulo do Leste”;
- 6) PDL nº 2.095, de 2002, do Sr. Romeu Queiroz e outros, que “convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Minas do Norte”;
- 7) PDL nº 2.419, de 2002, do Sr. Dr. Benedito Dias e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Marajó”;
- 8) PDL nº 49, de 2003, do Sr. Wellington Fagundes, que “dispõe sobre a realização de Plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e do Mato Grosso do Norte”;
- 9) PDL nº 159-B, de 1992, do Sr. Geovanni Queiroz, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás”;
- 10) PDL nº 439-B, de 1994, do Sr. Paes Landim, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Gurguéia”;
- 11) PDL nº 631, de 1998, do Sr. Gonzaga Patriota, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rios São Francisco”;
- 12) PDL nº 495, de 2000, do Sr. Eduardo Jorge e outros, que “convoca plebiscito sobre a criação do Território Federal do Alto Rio Negro”;
- 13) PDL nº 584, de 2000, do Sr. João Hermann Neto e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Solimões”;

14) PDL n° 585, de 2000, do Sr. João Hermann Neto e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Tapajós”;

15) PDL n° 586, de 2000, do Sr. João Hermann Neto e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Rio Negro”;

16) PDL n° 606, de 2000, do Sr. Rogério Silva e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte”;

17) PDL n° 120, de 1991, do Sr. Hilário Coimbra, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Tapajós”.

Ao propor esta reflexão, procuro compreender as relações sócio-culturais, políticas e econômicas postas no discurso da população mato-grossense, em que a prática discursiva é marcada pela constante referência à divisão territorial.

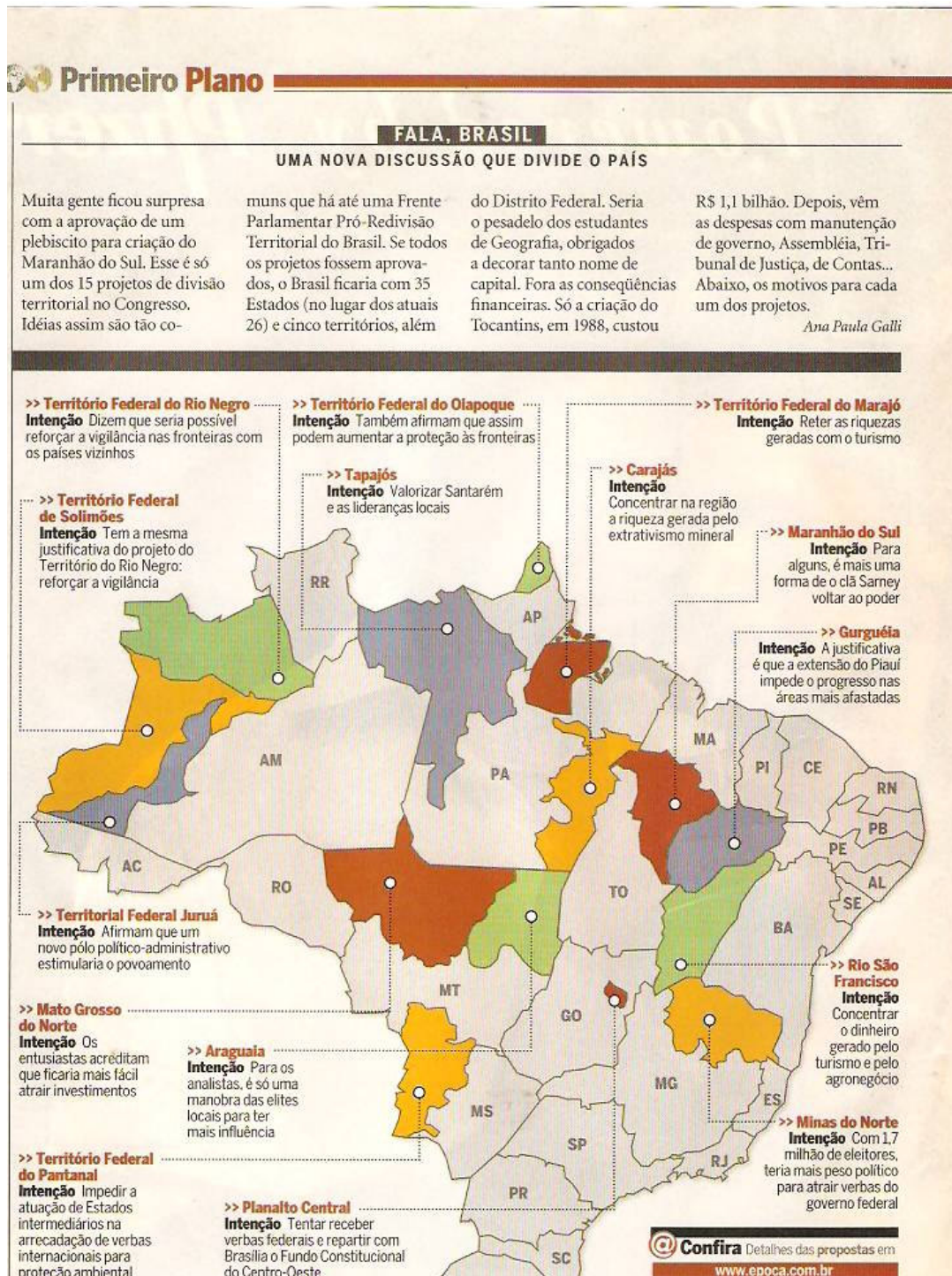
Este processo, que a princípio surgia apenas como boato, algo distante e aparentemente sem autoria e consistência, passa a tomar corpo e a ser discutido em órgãos institucionalizados como escolas, câmara de vereadores, clubes de serviço, imprensa local, partidos políticos, universidades e comunidade.

Ganha ares de possibilidade quando do encaminhamento da proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PSDB/PR) ao Senado federal, criando o “Estado do Araguaia” que seria formado a partir de uma nova divisão territorial do atual Estado do Mato Grosso, compreendendo, então, a região norte do Estado de Mato Grosso, sul do Pará e a região do Araguaia, ganhando o fato, então, repercussão na imprensa nacional.

Esta pesquisa se debruça sobre um *corpus* regional, mas seus resultados têm importância para o contexto da Nação brasileira que se encontra frente à vários processos de Projetos de Decreto Legislativo em andamento sobre a redivisão territorial do Brasil.

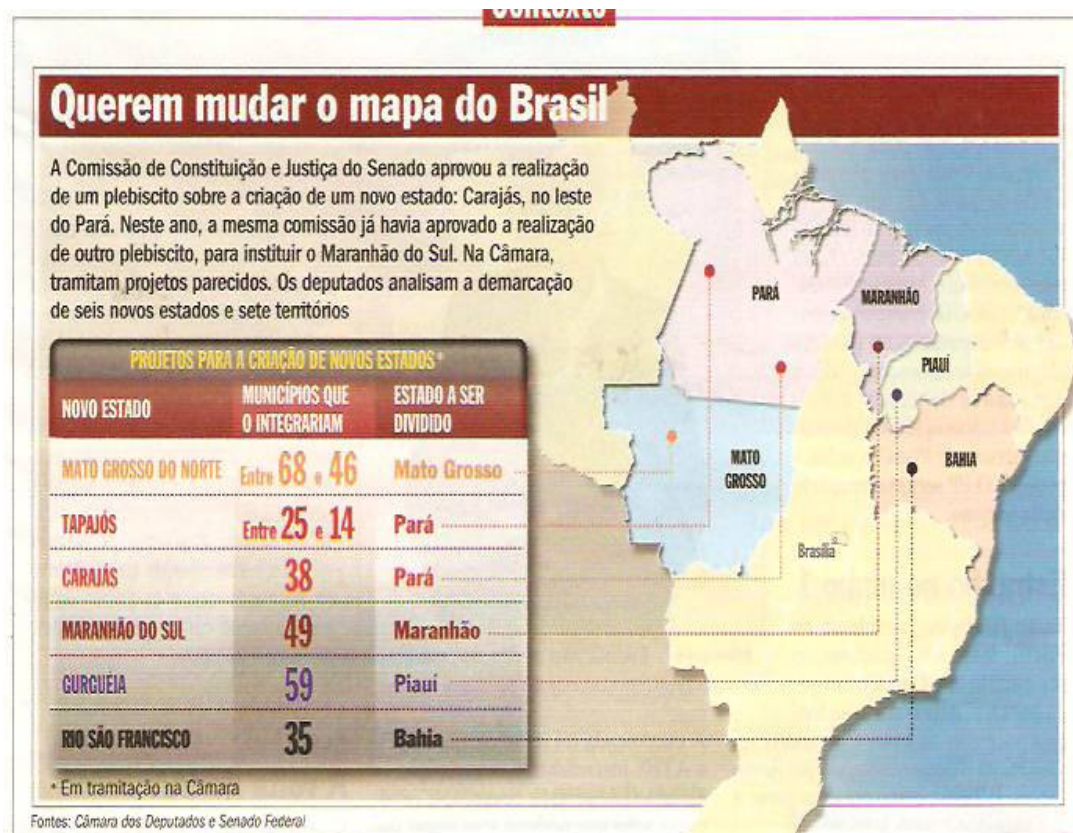
Com o título *Uma nova discussão que divide o país*, a revista Época (26 de março de 2007, p. 20), afirma que, para quem ficou surpreso com a aprovação de um plebiscito para a criação do Maranhão do Sul no mês de março de 2007, idéias assim são tão comuns

que há até uma Frente Parlamentar Pró-Redivisão Territorial do Brasil. A revista expõe os motivos, em seu editorial, para cada um dos projetos.



E a revista *Veja*² de julho de 2007, com o título: *Querem mudar o mapa do Brasil*, também traz a informação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal que aprova a realização do plebiscito para “instituir” o Maranhão do Sul. A revista ainda informa que, “(...) na Câmara, tramitam projetos parecidos. Os deputados analisam a demarcação de seis novos Estados e sete territórios”.

Vejamos,



Destes dezessete PDLs – Projetos de Decreto Legislativo, chamo a atenção para aqueles cuja discursividade, sobremaneira, altera/ influencia/ inflama/ representa/ se opõe, à prática discursiva divisionista posta no Estado de Mato Grosso por acontecimentos

² Revista *Veja*, Editora Abril, edição 2018 – ano 40 – nº. 29 de 25 de julho de 2007, Seção Contexto, p. 43.

discursivos que instauraram uma memória, tanto para os que, no jogo das formações imaginárias, se consideram já moradores e nascidos na terra, como para os migrantes.

Os acontecimentos, aos quais me refiro, são: a primeira divisão estadual do atual Estado de Mato Grosso (1977), que deixou marcas que ainda não foram estancados nas práticas discursivas dos habitantes do Estado e a *Declaração da Amazônia* que instaurou - pelo movimento migratório – um encontro de diferentes posições sujeito.

São três os Projetos de Lei que dizem respeito à prática discursiva divisionista instaurada no Estado de Mato Grosso:

- 1 - PDL n° 606, de 2000, do Sr. Rogério Silva e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte”;
- 2 - PDL n° 850, de 2001, do Senado Federal (PDS n° 18/99), que “convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia”;
- 3 - PDL n° 49, de 2003, do Sr. Wellington Fagundes, que “dispõe sobre a realização de Plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e do Mato Grosso do Norte”.

Procurando refletir sobre o assunto, tomo como referência a análise de Duarte³ (2003), em seu parecer que explicita para a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, que “uma redistribuição mais eqüitativa do território nacional, no que respeita o tamanho das unidades federadas, precisa ser observada”. Tal medida pode, para a autora, “contribuir para tornar mais viável a gestão política, econômica e social de uma imensa parte do território brasileiro, cujo potencial, seja econômico, seja humano, ainda permanece inexplorado e, até mesmo, negligenciado”, (2003, p. 02).

³ DUARTE, Ana S. (2003) *Divisão Territorial em Estados Brasileiros: Benefícios e Perdas para o Estado de Origem e Perspectivas para os Novos Estados*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília – DF.

Continua a reflexão afirmando que “necessário se torna, separar o que realmente interessa ao país daquilo que interessa apenas a grupos restritos”, e, acrescenta ainda que, “o ideal seria que se voltasse a instituir, no Congresso Nacional, algo semelhante à Comissão de Assuntos Territoriais, que funcionou durante todo o ano de 1989”.

Esta Comissão procedeu a uma avaliação da questão territorial brasileira e apresentou, em seu relatório final, várias sugestões e recomendações importantes a respeito da matéria. Uma das questões mais enfatizadas pelos participantes dos debates, técnicos e autoridades convidadas para as reuniões da Comissão de Estudos Territoriais, foi a necessidade da redivisão territorial da Amazônia. A Comissão enfatizou, também, que esta não é uma questão que possa ser convenientemente tratada “sob o calor das discussões partidárias e das facções sociais”, mas, ao contrário, “deve ser analisada do ponto de vista estritamente técnico”.

A Comissão concordou que a região Amazônica apresenta características de tal forma específicas, que “o debate sobre sua divisão merece um tratamento diferenciado em relação ao restante do País”, particularmente no que respeita “às questões de transporte e comunicação”. A comissão acrescenta, ainda, a imperiosa necessidade de preservação ambiental, em confronto com a premência em se lograr um modelo de desenvolvimento econômico que possa assegurar um padrão de vida digno à população local.

Dando seqüência à reflexão, observo que a temática das grandes proporções territoriais e as gestões política, econômica e social, incluem as regiões norte e centro-oeste do país em uma prática discursiva divisionista.

Os sentidos da divisão territorial estão presentes na memória do povo mato-grossense, que assistiu o transformar de seu território em diversos contornos geográficos e movimentos discursivos moldados, a partir do século passado, por processos/sentimentos/desejos divisionistas.

Nessa memória, a mídia configura um espaço sobre os modos de se ver e se ler, ou seja, apresenta leituras dos acontecimentos, produzindo sentidos e memórias.

Utilizo a metáfora da fotografia proposta por Mariani (1999), ao pensar a relação sobre os *modos de ler o mundo pelo jornal/modos de ler o jornal pelo pesquisador*, que cita a afirmação de Barthes (1984), em que toda fotografia “é um certificado de presença”, e, ainda conforme o autor:

(...) a fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro...

Temos, então, a ilusão de que aquilo que uma fotografia retrata, corresponde ao real fotografado. Esse flagrante de um movimento histórico pertence a realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria, que não é da ordem do real, e representam um ponto de vista. Cada fotografia representa uma cena de acordo com certo ângulo de visão e de acordo com as possibilidades técnicas. Uma fotografia não capta o real na sua totalidade, ao contrário, há uma reconfiguração do que foi visto.

Como um olhar nunca é imparcial, uma fotografia representa sempre mais de um sentido, seja para o fotógrafo, para um observador, ou mesmo para um integrante da foto. Uma foto engloba a anterior e, provavelmente, será ressignificada por novos observadores em um processo dinâmico em que o histórico e suas leituras se misturam.

A mídia, assim como a fotografia – que parece captar um instantâneo e produz sentidos para este flash – produz sentidos para os acontecimentos diários no amplo processo de organização política e sócio-cultural de uma sociedade.

1.1 - A MÍDIA COMO FORMA DE TEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Devido à vasta extensão territorial do Estado de Mato Grosso, como um dos maiores da federação, a opção pela coleta do *corpus* se deu através da escolha do discurso jornalístico e se mostrou adequada por compreender questões relativas à leitura que a imprensa faz dos acontecimentos e os modos como produz sentido e memória.

No proclamar do discurso jornalístico, procuro ver o texto em seu funcionamento, como esse texto produz sentidos, como esse texto se constitui em discurso e como pode ser compreendido no conjunto das formações discursivas determinadas pelas formações ideológicas.

Para Orlandi (2001, p. 91), é nesse ponto que a Análise de Discurso se distancia da noção de texto de Foucault (1971), pensado como “uma unidade feita de som, letras, imagens, seqüências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem com sua unidade lhe propiciando coerência, não-contradição, progressão e finalidade”.

Pfeiffer (1995, p. 45), ao se propor a entender melhor a movimentação da história da autoria, ressalta que “Foucault trabalha a noção de autor restrita ao grupo de escritores legitimados e Orlandi e Guimarães (1988) estendem essa noção para o próprio fato discursivo”, e afirmam que “a dimensão textual do DIZER já implica em ser autor”.

Deslocando a noção de texto de Foucault, e pensando discursivamente, Orlandi (2006, p. 24), afirma que “a função autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir com seu enunciado, numa história de formulações”. Para a autora, esse sujeito produz um lugar de interpretação no meio dos outros. É esse fato que o distingue dos demais. Ao produzir um evento interpretativo, o autor inscreve sua formulação no interdiscurso, historicizando seu dizer.

Orlandi (2001, p.13) afirma que “entra em cena o texto. Não mais como unidade lingüística disponível, preexistente, mas o texto em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso à discursividade”.

Assim, a Análise de Discurso se propõe a pensar em uma região menos visível, menos óbvia, e menos demonstrável, mas igualmente relevante que é a da materialidade histórica da linguagem. “O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação”, (ORLANDI, 1999^a).

Ao refletir sobre a tarefa do analista de discurso, penso ser importante diferenciar do sujeito que interpreta a partir de sua posição sujeito. O sujeito leitor crítico lê argumentando sobre as condições de produção de sua leitura, por isso ele interpreta apenas, sem, no entanto, desenvolver sua análise no suporte de uma teoria.

Já na posição de analista de discurso, o que diferencia é a escolha e construção de dispositivos teóricos que possibilitem a compreensão do discurso pelo analista. É a elaboração de relações com o sentido, que permitam desnaturalizá-los e desautomizar a relação do analista com a língua, consigo mesmo e com a história.

A compreensão do discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação em uma análise, em particular. Muito se disse antes e muito se dirá, ainda, depois. O que temos em mãos e chamamos de *corpus*, são sempre recortes, momentos, estados de um processo discursivo.

Ao propor como *corpus* desse trabalho matérias jornalísticas, e partindo dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, um questionamento que não cabe ser colocado é *como se pode chegar à verdade, quando considerada a dimensão linguageira da leitura?* Questionamento este que vem marcado por um lugar teórico de transparência da linguagem, unidade do sujeito e objetividade na análise.

Então, pergunto, como trabalhar e refletir sobre os efeitos do discurso jornalístico, sendo que a todo momento ouvimos formulações como *cada jornal diz uma coisa, como saber o que realmente aconteceu*, e outras indagações que caminham nesta direção, buscando uma relação possível e plausível entre acontecimento, verdade e discurso jornalístico.

Por outro lado, “se não há imparcialidade, se as notícias dadas significam na medida dos interesses políticos momentaneamente em jogo e se é inevitável que cada jornal interprete numa direção, então, como saber o que aconteceu e como trabalhar a interpretação”, pergunta Mariani, (1999, p.103).

A autora inicia sua reflexão, afirmando que pensar tais questões “é pensar também no modo de ler que um pesquisador precisa engendrar para trabalhar com os sentidos do discurso jornalístico”.

Parte da reflexão de que “o discurso jornalístico produz leituras de mundo, e, se temos a compreensão que ele interpreta, e, até mesmo produz os acontecimentos, é preciso que o analista se insira em um lugar teórico para poder falar sobre essa perene interpretação” (MARIANI, 1999).

No movimento do discurso, e pensando nos termos da Análise de Discurso, não se pensa como possível a completude em termos de relato da história, e a leitura do cotidiano produzida pelos jornais corresponde à exclusão de parte da rede de pequenos e grandes acontecimentos que compõem a história de uma formação social. A autora entende não ser possível captar e dizer toda a dinâmica de uma sociedade e isto não vem relacionado com ‘má fé’ ou ‘intenção enganosa’ por parte daqueles que escrevem na imprensa.

Esse é o movimento do discurso jornalístico. Tanto certos acontecimentos podem se tornar notícia como determinadas notícias criam o acontecimento. Neste movimento, o discurso jornalístico possui uma prática discursiva específica: “produz uma leitura do presente, podendo vir a reconfigurar resíduos produzidos no passado e, ao mesmo tempo, organiza os germes de sentidos ainda por vir”, (MARIANI, 1999, p.11).

Esta reflexão nos permite filiar, nas considerações da autora, “o discurso jornalístico como monumento histórico-textual, constitutivo e constituído por confrontos históricos nem sempre visíveis nem para os leitores e, às vezes, nem mesmo para a própria imprensa”. Ora se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia; ora, direta ou

indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história.

E esse processo é ideológico. O discurso jornalístico, como qualquer outro discurso, é produzido em condições históricas de confrontos, alianças e adesões que gerenciam e constituem as interpretações produzidas, ficando apagado o processo pelo qual este movimento se dá.

Ao transpor seu olhar para os leitores dos jornais, Mariani afirma que nas leituras diárias e apressadas, não importa se o leitor é mais ou menos crítico, acaba perdendo de vista esse processo histórico de filiação de sentidos e de construção do imaginário e seguindo a proposta de construção de sentidos do jornal de sua opção de leitura. Acrescenta a autora que, embora haja uma rede de filiações de sentidos em que a notícia se inscreve, nem sempre, para o leitor, é possível recuperá-la.

O discurso jornalístico *funciona desambiguizando o mundo*, em modelos de compreensão da realidade que fazem circular os sentidos hegemônicos que interessam às instâncias que os dominam. Para a autora, “no processo de seleção, inserção e aprisionamento dos acontecimentos, o funcionamento se dá na inserção a uma rede de filiações de sentidos possíveis daquela formação social – na ordem imaginária do discurso jornalístico”.

Assim, neste trabalho, o discurso jornalístico é pensado nesse trabalho como proposto por Mariani (1999, p.120), como sendo “um discurso de verdade, ligado a instâncias de poder, produzindo sentidos para os acontecimentos, com um modo de funcionamento e estratégias enunciativas próprias”.

Ao pensar a relação entre discurso jornalístico e a inscrição de sentidos em uma memória social, trago as reflexões de Balocco (2006), que se ancora em Pêcheux para nos dizer que a memória não é da ordem do individual, mas do social (1999b, p.50), daquilo que é compartilhado por um grupo de pessoas, em determinado momento da história, em dada formação social. Neste sentido, é importante destacar a diferença fundamental entre a

visão da produção discursiva jornalística como mero registro de um fato, ou de um acontecimento histórico, e a visão da produção discursiva jornalística como *inscrição* deste acontecimento *no espaço de memória*.

Segue a reflexão, afirmando que o processo de inscrição de um acontecimento histórico no espaço da memória pressupõe um processo simbólico, que transforma aquele acontecimento (um elemento histórico descontínuo e exterior, nas palavras de PÊCHEUX, 1999b, p.49) num fato de significação (ou de discurso). Tal como em outros processos simbólicos, o que temos é um processo de atribuição de sentido, em que fundimos elementos da ‘realidade’ (nesse caso um acontecimento histórico) com elementos inscritos em nosso imaginário, estabilizados como ‘memória discursiva’. Assim, o acontecimento histórico é significado e trazido para um espaço ocupado por sentidos pré-construídos, por “dizeres já colocados interdiscursivamente” (MARIANI, 1988, p.33).

Para aprofundar esta visão dinâmica da memória como de inscrição dos acontecimentos históricos num espaço já significado, Pêcheux argumenta que há *jogos de força* que trabalham nesse processo: um princípio de *regularização*, que trabalha no sentido de absorver os acontecimentos históricos, integrando-os à rede de sentidos que constitui o espaço da memória; e um princípio de *des-regularização*, que se dá quando um acontecimento discursivo novo não se integra às redes de sentidos constituídas, o que obriga a um rearranjo daquele espaço (PÊCHEUX, 1999b, p.52).

Desta perspectiva, a memória passa a ser vista como um processo marcado pela contradição e pela heterogeneidade, ou, mantendo-se a metáfora espacial proposta por Pêcheux, como um espaço de tensão, em que os sentidos são sempre instáveis, sempre confrontados com outros sentidos que vêm aí se inscrever, competem por se estabelecerem naquele espaço, levando ao deslocamento ou apagamento dos demais. Nos termos de Pêcheux, o espaço da memória deve ser visto, não como um “reservatório” em que se depositam sentidos, num processo cumulativo, mas um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações” (PÊCHEUX,

1999b, p.56). E, continua o autor, “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Ao conceito de memória discursiva, postulado por Pêcheux, articulam-se as noções de formação discursiva e interdiscurso originalmente formulados por Foucault (1997, 5ª edição). Mantendo a metáfora espacial proposta por Pêcheux para conceituar a memória discursiva, Eni Orlandi propõe a seguinte formulação: “o interdiscurso recobre o espaço da memória discursiva, sendo conceituado como a memória do dizer” (ORLANDI, 2001, p.10), ou “o conjunto de sentidos sociais em circulação, em determinada cultura e em determinado momento da história em que as formações discursivas recortam o interdiscurso constituindo-se como regiões de confronto de sentidos” (ORLANDI, 1994, p.11).

Para finalizar, Balloco (2006) acrescenta que a inscrição de um acontecimento histórico no espaço da memória se dá sob diferentes modos de textualização, por exemplo, produção literária, científica, mítica, historiográfica e/ou jornalística (MARIANI, 1998, p. 38). A produção discursiva jornalística, assim, representa uma forma de textualização da memória social e tem importante papel nos processos de *regularização* e *des-regularização* que jogam nesses casos. Ao transformar determinados acontecimentos históricos em fatos do discurso (ou acontecimentos discursivos), a mídia jornalística intervém na memória social, reforçando sentidos constituídos ou deslocando-os.

1.2 – “ARTIGO DE OPINIÃO” E AUTORIA

Os recortes que servem como base para essa análise dos PDLs – (Projetos de Decreto Legislativo) quando pensados em relação à divisão Estadual do Estado de Mato Grosso, encontram-se, em sua maioria, expressos no “Caderno de Política” e na Seção ‘Opinião’ dos jornais.

Considero importante traçar algumas breves considerações sobre o funcionamento do denominado ‘artigo de opinião’. Este funcionamento constitui espaço demarcado no jornal, que foge do pré-construído informativo jornalístico, cujo suposto objetivo é informar imparcialmente e de forma clara. Deste ponto de vista, o ‘artigo de opinião’ difere do gênero ‘notícia’ e do gênero ‘matéria jornalística’, visto que no ‘artigo de opinião’, imaginariamente, as posições discursivas se formulam claramente, presas à ilusão do real.

No entanto, percebo que, embora o texto jornalístico apresente artigos como ‘opinião’, muitas vezes o faz de tal forma que a mesma pareça fundamentada em ‘verdades absolutas’, ou mesmo no ‘senso comum’.

Neste ponto, é importante refletir sobre a distinção entre as noções de real e realidade (imaginário) e a noção de autoria para a Análise de Discurso como propõe Orlandi (1999^a).

Para a autora, “o que temos em termos do real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sentido como do sujeito”. *Este real do discurso, se contrapõe, a nível das representações imaginárias, à unidade, à completude, à coerência, o claro e distinto* que levam, nas relações entre falantes, *à não contradição, na instância do imaginário*.

A noção de língua afetada pelo real (o *real* da língua como objeto da ciência lingüística, segundo Pêcheux, 1982) – a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a dispersão e a contradição, - entram em rota de colisão com as idéias daqueles que sonham para a língua um ideal de transparência. Na ótica purificadora é preciso apagar os pontos inatingíveis e as zonas de indeterminação, em que há obscuridade e o olhar se perde.

Pensando a relação entre real e realidade (ou imaginário), é que situo o gênero ‘Opinião’ como regido pela força do imaginário da unidade, em que se estabelece uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição.

Desta maneira, se o próprio do discurso e do sujeito é sua incompletude, sua dispersão, e mesmo que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições sujeito, acontece o funcionamento ideológico do imaginário criando, assim, a ilusão de um sentido desprovido de história e de um sujeito como origem de si próprio.

Nas colunas que apresentam o gênero ‘Opinião’, esse sujeito-autor de ‘sua opinião’ é pego pelo efeito de *evidência da língua*, o que propicia o surgimento da *evidência do sentido* (que faz com que uma palavra pareça dizer o que realmente diz) e a evidência do sujeito (que se mostra como tendo existência espontânea). Cercados de tantas evidências, o efeito de convencimento, de clareza, de transparência das idéias e de originalidade de sua ‘opinião’, afeta esses autores.

Para Mariani (1999, p. 111), “a eficácia ideológica da transparência da informação intervém na construção, dentro do funcionamento discursivo dos jornais, de interpretações que se apresentam para o leitor como a expressão de realidade”. E, acrescenta a autora, persiste em nossos dias a crença na neutralidade do discurso jornalístico ligada à convicção da transparência da linguagem: um jornal *sério* não opina, visa à produção de um gênero isento, com uma linguagem-suporte para fatos que falam por si. Essa crença é falsificável na medida em que a linguagem não é um instrumento de comunicação de informações.

O funcionamento do “artigo de opinião”, inserido como parte do caderno do jornal, parece ser, no imaginário jornalístico, o único espaço destinado a um gênero não isento, em que as diversas *opiniões* de seus leitores estão como em uma vitrine e ofertando as mais diversas considerações dos leitores.

O próprio termo “artigo” que antecede “opinião”, já qualifica o texto, pelo jornal, como tendo um autor que se responsabiliza pelo começo, meio e fim da unidade desta superfície lingüística, distinguindo-o do todo na formatação do jornal.

Para Orlandi (1999^a, p. 54) “pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos e da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele

pode ser um deslocamento nessa rede”, ainda, continua a autora, que haja “injunções à estabilização bloqueando o movimento significante”, quando “estaciona no sentido, só repete, não reverbera”. Penso ser esse o funcionamento do “artigo de opinião”. Ele não se faz um lugar de possibilidades de novos sentidos, mas é pego por dizeres já estabelecidos.

Ao pensar o funcionamento da função-autor, Orlandi (2001, p.65) “afirma que ela constrói uma relação organizada – em termos de discurso - produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim)”. A esse conjunto de fatores, a autora chama de “textualidade”. Ocorrendo a textualidade, temos a função-autor, “colocando imaginariamente o sujeito na origem do sentido e sendo responsabilizado pela sua produção”.

Assim reflete Orlandi (2004, p.68):

“Para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social: o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar na origem”.

Ainda para Orlandi (1999^a, p.76) “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”. Nas palavras da autora, “o sujeito precisa passar da multiplicidade de representações possíveis para a organização dessa dispersão num todo coerente, apresentando-se como autor, responsável pela unidade e coerência do que diz”. Aprender a se colocar na função-autor “é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se como autor” (ORLANDI, 1988).

Ao pensar sobre os processos de identificação, Orlandi (2006, p. 24), nos apresenta três formas de repetição:

a- a repetição empírica (mnemônica) que é a do efeito papagaio, só repete;

- b- a repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo;
- c- a repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

Situo o “artigo de opinião” como repetição formal (técnica), que é um outro modo de dizer o mesmo. O discurso jornalístico cede espaço para o “artigo de opinião”, mas não permite o movimento dos sentidos, fazendo circular os sentidos hegemônicos possíveis a uma rede de filiações, na ordem imaginária do discurso jornalístico. Funciona mostrando/identificando o estranhamento causado pela evidência produzida pela ideologia.

Vejamos esse funcionamento retirado da seção “Artigos de opinião”,

UMA CONVERSA SOBRE A DIVISÃO DE MT

O jornalista Eduardo Gomes, que compactua com o pensamento divisionista, afirmou: “Região rica em ouro e madeira, de terras férteis e com invejável potencial hidrográfico, o Nortão será uma próspera Unidade Federada”.

(Diário de Cuiabá, 2002)

O editorial de um jornal de Cuiabá, ao afirmar sobre o dizer do jornalista Eduardo Gomes, que “ele compactua com o pensamento divisionista”, marca a posição sujeito do autor com a filiação divisionista. Essa necessidade de marcar o lugar de que fala o jornalista, expressa a necessidade primeira de marcar o lugar de que fala o jornal, e que não é o lugar de onde fala o jornalista.

Assim, é concedida ao autor do “artigo de opinião” a responsabilidade pelo que diz e, citando Pfeiffer (1995, p. 127), que nos afirma que “só no momento em que o sujeito se inscreve no repetível histórico, *representando-se* como controlador e criador dos sentidos, e

sentindo-se seguro e capaz de dizer aquilo que quer dizer, que o ‘sujeito’⁴ está se posicionando na função da autoria”. Para a autora, “essa autoria está no repetível. A diferença está no fato de que os sentidos fazem sentido, inscrevem-se no interdiscurso”.

Observo que nos “artigos de opinião”, e ainda citando Pfeiffer, “há autoria no mesmo” desde que “o sujeito ultrapasse a repetição formal, alcançando o funcionamento da repetição histórica (...) não repetindo idéias, mas filiando-se à elas”.

Retomando o imaginário jornalístico de que o espaço “artigo de opinião” é apresentado pelo jornal como “não isento” e “aberto às diversas opiniões” e refletindo com Orlandi (1988) que nos diz que “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”, observo que mesmo que se dê a função-autor – responsável pelo que diz -, esta acontece em um enlace com a formação discursiva em que os jornais estão inseridos.

No discurso jornalístico, quando encontro nos recortes analisados uma manifestação contrária à formação discursiva do jornal, o editorial responsável pelo espaço “artigo de opinião”, procura deixar *claro* o lugar de onde fala esse autor – e, assim, marca “o” lugar de onde fala “o jornal”.

O mesmo funcionamento ocorre no caderno de “Política”. São *modelos de compreensão da realidade que fazem circular os sentidos hegemônicos que interessam às instâncias que os dominam*, abrindo espaço para as mais diversas opiniões, mas, ao mesmo tempo, distinguindo-as e marcando fortemente a formação discursiva a que pertencem seus autores.

Vejamos o recorte, agora do caderno de “Política”,

⁴ Grifo meu. A autora diz “o aluno” em seu texto.



(Jornal A gazeta, Cuiabá, sexta-feira, 15 de março de 2002)

Em “Mozarildo, de Roraima, estará em Cuiabá”, observo que o adjunto adverbial de lugar “de Roraima” e “estará em Cuiabá” marca, no discurso jornalístico, aquele que é de fora, é de “outro” Estado, é “de Roraima”. Desse modo, é um político de “outro” lugar, de Roraima e não de Mato Grosso, que propõe a divisão/criação de um novo Estado de Mato Grosso.

Em “estará em Cuiabá” o verbo estar, conjugado no futuro, reforça os sentidos “daquele que não é daqui”, mas vai estar, em “estará”.

O discurso jornalístico, tanto no espaço destinado ao “artigo de opinião” quanto no espaço destinado ao editorial, afirmado como ‘isento’ no caderno de “Política” marca posição e divide idéias.

Possibilidades de “sentidos outros” são censuradas e marcadas em sua autoria. O funcionamento encontrado é ideológico.

Pensando no pólo oposto, trago o sujeito leitor, que, assim como o sujeito autor, apresenta um modo de leitura afetado pela sua inserção no social e na história. Também o leitor tem sua identidade configurada historicamente pelo lugar social em que se alinha “sua leitura”, frente ao lugar social que ocupa, e do qual é considerado responsável.

1.3 - O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DA PRIMEIRA DIVISÃO TERRITORIAL.

Não é a cronologia dos dados que nos interessa, mas o fato, enquanto história, que continua fazendo sentido. Como diz P. Henry (1997, p.51):

(...) não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste, para nós, a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.

É fundamental, nesse momento do trabalho, nos debruçarmos sobre o acontecimento discursivo da primeira divisão territorial de Mato Grosso para compreendermos que efeitos de sentidos perduram, possibilitando interpretações e gerando causas e conseqüências.

Para Maltidier e Guilhaumou (1986), a noção de acontecimento discursivo é que dá lugar específico à enunciação na Análise do Discurso, fazendo intervir a questão do sujeito e da história. Segundo estes autores, “o sujeito se constrói em uma dispersão de enunciados da qual ele mesmo é o elemento unificador, sem, entretanto, introduzir a homogeneidade no interior da heterogeneidade. O sujeito se instala assim nos dispositivos de arquivo e intervém no exato momento em que algo é enunciado, relatado, categorizado, conceituado”. Aí é que a noção de situação de enunciação cede lugar à noção de acontecimento (ORLANDI, 2003, p. 31).

Para Orlandi, (1999), fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o real da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação.

Neste sentido, a historicidade que nos interessa é o acontecimento do texto como discurso, compreender como os sentidos trabalham nessa relação. No acontecimento discursivo, procura-se compreender a língua não só como estrutura, mas como a inserção, o cruzamento, o encontro da língua na história, ou seja, em um fato, em um acontecimento que produz o discurso compreendido como *efeito de sentidos entre locutores*, (PÊCHEUX).

Tomando a língua como possibilidade de condição do discurso (Orlandi, 1999^a, p. 22), ou seja, local em que podemos observar as sistematicidades da língua como condições materiais sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos, procuro questionar a fronteira entre língua e discurso nas práticas discursivas encontradas neste trabalho, me colocando na posição teórica trabalhada por Pêcheux (1975), que nos diz que “essas sistematicidades não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica. A relação é de recobrimento, não havendo, portanto, uma separação estável entre elas”.

Continuando a reflexão, é fundamental pensar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Para Orlandi (1999^a, p.48), “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”.

Assim, a noção de acontecimento discursivo proposta pela Análise de Discurso e que é desenvolvida neste trabalho, pensa o encontro da língua, enquanto estrutura, com a história, como acontecimento, em um determinado contexto.

Os autores, Maltidier e Guilhaumou, (1986), Paul Henry, (1997, p.51), Orlandi, (2003. p.31), Orlandi (1999 e 1999^a), e Pêcheux, me permitiram compreender a *primeira divisão estadual*, assim denominada na prática discursiva mato-grossense, ocorrida em Mato Grosso no ano de 1977, como um acontecimento discursivo. Retomando o

pensamento de Orlandi (1999) que nos afirma que “fatos vividos reclamam sentidos”, considero importante deitar um olhar sobre as idéias divisionistas que permeiam a história mato-grossense.

Para percorrer essas idéias, e partindo do princípio de que “o modo de constituição do sujeito é diferente nos modos como se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes instituições, em diferentes formações sociais, tomadas na história em que trabalham as diferentes formas de confronto do político com o simbólico” (ORLANDI, 1999^a, p. 77), trago um texto jornalístico⁵ do historiador mato-grossense Louremberg Alves⁶ (2001), que nos afirma que este processo divisionista já fincava suas raízes no início do século, mais precisamente em 1932, quando eclodiu a chamada Revolução Constitucionalista.

Para o autor, “Mato Grosso dividiu-se política, cultural, econômica e ideologicamente de tal forma que o chefe do movimento, o General Bertholdo Klinger nomeou Vespasiano Martins, líder divisionista, governador da região Sul, com sua administração instalada em Campo Grande”, região sul do antigo Estado de Mato Grosso. Este fato estabeleceu a dualidade de governos no Estado, considerando que Cuiabá permanecia como capital.

As forças constitucionalistas foram derrotadas, mas a derrota do grupo divisionista não significou o fim da idéia separatista que renasce um ano depois sob comando do mesmo Vespasiano Martins através da Liga Sul-mato-grossense. Argumentava-se que a população do Estado era constituída de “povos distintos” e que “o Norte absorvia o Sul em rendas”, porque, segundo o autor, “enquanto a região sulista (Campo Grande)⁷ contribuía com a maior parte da receita estadual, Cuiabá absorvia quase toda a riqueza do Estado”.

Para Louremberg Alves, com a instalação do Estado Novo, as campanhas separatistas foram severamente reprimidas pelo interventor Júlio Strubing Muller que,

⁵ *A divisão de Mato Grosso*, Jornal A Gazeta, Cuiabá, quinta-feira, 10 de maio de 2001, p. 3A.

⁶ Louremberg Alves é ocupante da cadeira nº. 06 da Academia Mato-grossense de Letras

⁷ Inserção minha.

apoiado por Getúlio Vargas, imprimiu uma censura à imprensa sulista no sentido de proibir quaisquer notícias e/ou comentários que mencionassem ou relacionassem a divisão de Mato Grosso. Mesmo com essa rígida censura, a idéia separatista ganha fôlego, principalmente a partir da criação do Território Federal do Guaporé, posteriormente denominado Território de Rondônia, no ano de 1943. Criado pelo Governo Federal, esse território é desmembrado de parte do Estado de Mato Grosso e parte do Amazonas, e, em homenagem ao sertanista mato-grossense Cândido Rondon, atualmente é denominado Estado de Rondônia.

Na mesma data foi criado também o Território Federal de Ponta Porã, na região sul de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai e reincorporado pela Constituição de 1946 ao Estado de Mato Grosso.

Com o fim da ditadura Vargas e a eleição de Vespasiano Martins ao Senado (1945), a Liga Sul-mato-grossense retorna à luta, pressionando o Governo Federal pela divisão, movimento esse que ganha repercussão nacional, em função da cobertura dada por jornais cariocas e paulistas, o que fortaleceu sobremaneira o movimento pró-divisão. O próprio Presidente Geisel já tinha fixado as diretrizes fundamentais que deveriam nortear a divisão territorial do País, nas quais constava a aprovação da divisão de Mato Grosso.

Para o autor, novos sentidos se apresentam à região de Cuiabá e cidades vizinhas em relação à divisão do então Estado de Mato Grosso, já que, à época da primeira divisão estadual⁸, esses moradores eram denominados de nortistas em relação a Campo Grande:

Nesta altura dos acontecimentos, inúmeros nortistas, que até então eram contrários à divisão de Mato Grosso, passaram a aderir às idéias divisionistas. Talvez porque já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida ou de revidarem as agressões sofridas ou porque perceberam que a divisão do Estado poderia

⁸ A prática discursiva mato-grossense formula a divisão territorial ocorrida em 1977, como “a primeira divisão estadual” de Mato Grosso. Divisões territoriais anteriores como a criação do Estado de Rondônia que foi desmembrado parte de Mato Grosso e parte do Estado do Pará em 1943, não se apresentam como acontecimento discursivo “porque não se inscreveram em uma memória”, (PÊCHEUX, 1999b).

liberar a região norte do “seu atraso sócio-econômico” e da opressão que era condenada pela carência de infra-estrutura.

E, continua o autor Louremberg Alves, em sua prática discursiva, marcando fortemente sua posição contra a divisão:

Dentro desse novo clima, o próprio Governador José Fragelli que, na surdina do seu cargo apoiava a campanha divisionista, passou a defendê-la publicamente (não o fez antes porque temia a reação contrária dos nortistas). Inclusive, o Governador começou a divulgar o seu projeto de divisão no qual Mato Grosso deveria ser dividido nos Estados de Campo Grande e Mato Grosso e em três Territórios, a saber: Aripuanã, Xingu e Araguaia. Isso, obviamente, retalhando toda região mato-grossense. Nesse meio tempo em Brasília o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte (ao passo que os sulistas estiveram presentes).

A redação do projeto ficou pronta e assinada em 1977, e, em setembro do mesmo ano, a Presidência da República a encaminhou ao Congresso Nacional sendo aprovada um mês depois em onze de outubro de 1977, consolidando a luta sul mato-grossense pela divisão pretendida em dois novos Estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Vejamos a distribuição territorial do Estado de Mato Grosso até 1977, e após a divisão territorial⁹:

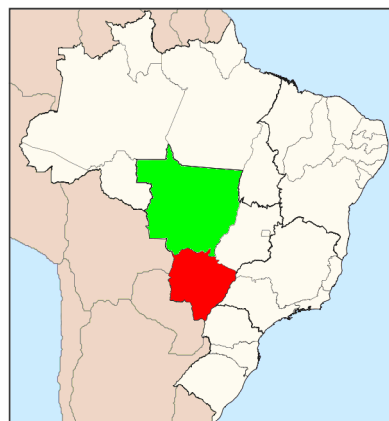
⁹ FONTE: <http://upload.wikipedia.org/wikipedia/commons/2/2f>

MT - até 1977



■ Mato Grosso (MT) Capital Cuiabá

MT e MS – após a divisão estadual



■ Mato Grosso (MT) Capital Cuiabá.

■ Mato Grosso do Sul (MS)
Capital Campo Grande.

A prática discursiva divisionista se organiza, enquanto processo histórico, tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos. Desta forma, é necessário se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos para entender suas condições de produção, como organiza presente e passado, como este fato se projeta no futuro e influência novos acontecimentos determinados pela ideologia.

O acontecimento discursivo da denominada – primeira divisão estadual de Mato Grosso – me permite compreender como o sujeito produz gestos de interpretação entre o real da língua e o real da história, em um movimento que permite refletir sobre o acontecimento do texto como discurso pela relação de encontro da língua com a história.

Vejamos os recortes:

Mato Grosso dividiu-se política, cultural, econômica e ideologicamente de tal forma que o chefe do movimento, o General Bertholdo Klinger nomeou Vespasiano Martins, líder divisionista, governador da região Sul, com sua administração instalada em Campo Grande, região sul do antigo Estado de Mato Grosso. Este fato estabeleceu a dualidade de governos no Estado, considerando que Cuiabá permanecia como capital.

A temática da “divisão” é recorrente nas práticas discursivas que tratam do acontecimento da divisão estadual, como podemos observar em “Mato Grosso dividiu-se, líder divisionista, e dualidade de governos”.

E, ainda:

Argumentava-se que a população do Estado era constituída de “povos distintos” e que “o Norte absorvia o Sul em rendas”, porque, segundo o autor, “enquanto a região sulista (Campo Grande)¹⁰ contribuía com a maior parte da receita estadual, Cuiabá absorvia quase toda a riqueza do Estado.

Em “povos distintos” vejo o funcionamento de constituição do sujeito nos diferentes modos como se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes formas de confronto. Em um processo divisionista, se constitui, imaginariamente, a distinção entre sujeitos. Aqueles que “absorvem” e aqueles que “contribuem”.

Na relação com a mídia:

(...) a Liga Sul-mato-grossense retorna à luta, pressionando o Governo Federal pela divisão, movimento esse que ganha repercussão nacional, em função da cobertura dada por jornais cariocas e paulistas, o que fortaleceu

¹⁰ Inserção minha.

sobremaneira o movimento pró-divisão. O próprio Presidente Geisel já tinha fixado as diretrizes fundamentais que deveriam nortear a divisão territorial do País, nas quais constava a aprovação da divisão de Mato Grosso.

Em “movimento esse que ganha repercussão nacional, em função da cobertura dada por jornais cariocas e paulistas, o que fortaleceu sobremaneira o movimento pró-divisão” mostra a força do discurso jornalístico que produz sentidos para os acontecimentos diários, no amplo processo de organização política e sócio-cultural de uma sociedade.

E, na continuidade da reflexão:

Nesta altura dos acontecimentos, inúmeros nortistas (Cuiabá em relação a Campo Grande no ano de 1977)¹¹, que até então eram contrários à divisão de Mato Grosso, passaram a aderir às idéias divisionistas. Talvez porque já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida (...) o próprio Governador José Fragelli que, na surdina do seu cargo apoiava a campanha divisionista, passou a defendê-la publicamente (...)o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte (ao passo que os sulistas estiveram presentes).

Retomando Orlandi (1999), que nos afirma que “fatos vividos reclamam sentidos”, situo nos recortes acima um gesto de interpretação marcado pelos sentidos de aceitação em “passaram a aderir às idéias divisionistas”, pelo menosprezo sentido em “já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida”, ou ainda porque “já estavam cansados (...) revidarem as agressões sofridas”.

¹¹ Inserção minha.

Os sentidos de “aceitação, menosprezo, cansaço e agressões sofridas”, marcam o imaginário mato-grossense à época da primeira divisão estadual.

A desconfiança quanto à posição dos políticos que representam a região também é questionada em “o próprio Governador José Fragelli que, na surdina do seu cargo, apoiava a campanha divisionista, passou a defendê-la publicamente” e, ainda, a não participação nas decisões políticas, como vemos em “o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte”.

E, na seqüência,

Inclusive, o Governador começou a divulgar o seu projeto de divisão no qual Mato Grosso deveria ser dividido nos Estados de Campo Grande e Mato Grosso e em três Territórios, a saber: Aripuanã, Xingu e Araguaia. Isso, obviamente, retalhando toda região mato-grossense. Nesse meio tempo em Brasília o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte (ao passo que os sulistas estiveram presentes).

Em “o Governador começou a divulgar o seu projeto de divisão no qual Mato Grosso deveria ser dividido nos Estados de Campo Grande e Mato Grosso e em três Territórios, a saber: Aripuanã, Xingu e Araguaia. Isso, obviamente, retalhando toda região mato-grossense”, os efeitos de “retalhando” marcam fortemente o acontecimento da primeira divisão estadual mato-grossense.

Os sentidos de “retalhados”, “divididos”, são postos no imaginário mato-grossense pelo acontecimento formulado como primeira divisão estadual produzindo como efeito final – mato-grossenses divididos.

1.4 - DECLARAÇÃO DA AMAZÔNIA: MOVIMENTO NA CONSTRUÇÃO DE FUNDAR OS SENTIDOS.

Na década de 60, o governo militar de Castelo Branco, alegando uma crescente cobiça internacional de mundialização da Amazônia, promoveu uma etapa de colonização desta região.

Conforme Oliveira (1991, p.31), definida a estratégia, começou a ação. Estava deflagrada a Operação Amazônia, consubstanciada na ideologia que serviu de lema ao Projeto Rondon, *Integrar para não entregar*. Era necessária, no entender do governo militar do Brasil, a integração da região amazônica ao modelo de desenvolvimento em que estava inserida a região sul do país.

As propostas desenvolvimentistas dos governos militares com relação à Amazônia ficaram seladas na célebre *Declaração da Amazônia*.

DECLARAÇÃO DA AMAZÔNIA:

Governo e homens de empresa no Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita,

CONSIDERANDO: que a Amazônia constitui ainda em nossos dias, considerada no seu conjunto, um dos maiores espaços desertos do mundo e um desafio à nossa capacidade realizadora;

Que a Amazônia, com os seus cinco milhões de quilômetros quadrados correspondentes à cerca de sessenta por cento do território brasileiro, está a exigir a criação de condições para o seu povoamento;

Que na hora presente, a ocupação e o racional aproveitamento desse espaço vazio, pelo Brasil, é um imperativo da própria segurança nacional;

Que as grandes distâncias que isolam seus núcleos urbanos, e a separam dos centros políticos e econômicos do País, constituem um repto à determinação nacional de efetivamente ocupar o grande território, e aproveitar a sua potencialidade econômica igualmente grande;

Que os índices de evolução da economia regional, nos anos recentes, demonstram uma tendência espontânea à gradativa substituição do extrativismo como setor principal por atividade economicamente mais produtiva e socialmente mais evoluída;

Que a conquista definitiva da Amazônia deverá ser conseguida de forma a também assegurar uma harmoniosa integração inter-regional;

Que alguns empreendimentos de infra-estrutura, em especial no setor de transporte, realizados na Região possibilitam o surgimento de algumas subáreas de economia externas e de mercados significativos;

Que os estudos e pesquisas dos recursos naturais já realizados proporcionam desde agora um conhecimento mínimo indispensável para o progresso e desenvolvimento da área;

Que a expansão dos meios de treinamento às exigências do plano

global dos programas e dos projetos;

Que as diretrizes, que as características, as prioridades e os planos de desenvolvimento para a Amazônia devem ser estabelecidos pelo Governo brasileiro, e que a ajuda externa pode e deve vir em caráter meramente suplementar sob a forma de assistência técnica e financeira a programas ou projetos indicados e administrados por nós; (...)

DECLARAM:

1. sua adesão às recomendações da I Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia;
2. sua determinação de conjugar esforços, recursos e atividade de trabalho no sentido de promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil;
3. seu compromisso de mobilizar todas as forças vivas da Nação visando a atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza indispensáveis ao seu desenvolvimento;
4. sua aceitação, enfim, ao desafio lançado e a resposta da sua presença para que a Amazônia contribua através de sua perfeita e adequada incorporação à sociedade brasileira sob a sua soberania inalienável, para a solução dos grandes problemas da Humanidade.

João Gonçalves de Souza

Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais

General Luiz Mendes da Silva
Governador do Território Federal do Amapá
Otávio Lage de Siqueira
Governador do Estado de Goiás
Pedro Pedrossian
Governador do Estado de Mato Grosso
T.te. Cel. João Carlos Mader
Governador do Território Federal de Rondônia
Iris Meimberg
Presidente da Confederação Nacional da Agricultura
Jorge Kalume

Governador do Estado do Acre
Arthur Cezar Ferreira reis
Governador do Estado do Amazonas
Djalma Tenório Brito
Pelo Governador do Estado do Maranhão
Coronel Alacid da Silva Nunes
Governador do Estado do Pará
T.te. Cel. Dilermando Cunha da Rocha
Governador do território federal de Roraima
Thomaz Pompeu de Souza Brasil Neto

Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria na
ausência do Presidente

Belém, 11 de dezembro de 1966.

(FOLHA DE SÃO PAULO, 16/04/67, p.23)¹²

In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia – 2 ed.- Campinas, SP : Papirus, 1991.

Mais do que ver no acontecimento da *Declaração da Amazônia* a constatação de uma proposta desenvolvimentista para a região amazônica, interessa vê-la enquanto texto fundador de uma discursividade. Orlandi (1993) procura refletir sobre o que caracteriza um discurso fundador no processo de estabilização na construção de uma memória nacional.

Para a autora, os discursos fundadores funcionam como referência básica no imaginário constitutivo em relação à história de um país. Essa noção de discurso pode ser observada em materiais discursivos de diferentes natureza e dimensão como enunciados, mitos, e lendas, mas afirma a autora que, o que define o discurso fundador não são esses materiais, mas a historicidade.

São três os aspectos da historicidade que Orlandi (1993, p.23) considera como discursivamente relevantes:

1- A historicidade do processo discursivo. Neste caso, podemos refletir, por exemplo, como uma criança, ao nascer, mergulha no discurso, é posta na relação necessária com o interdiscurso e seus efeitos de exterioridade. Ao nascer entramos num processo de produção discursiva já instalada;

2- A historicidade do falante no ‘seu’ processo discursivo. Podemos então aí pensar no modo como um sujeito vai se deslocando através de suas posições, na sua história pessoal, em diferentes estados do processo discursivo;

3- E é este o aspecto da historicidade que mais nos interessa. A historicidade dos próprios processos discursivos. Trata-se de pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam. Como uns vão se constituindo em relação aos outros. Nesse caso

¹² Grifos meus.

é que inscrevemos a questão do discurso fundador. Isto é, na perspectiva de sua historicidade.

Orlandi (1993) continua a reflexão nos dizendo que o discurso fundador contempla a instância da produção de sentidos, geralmente se faz em uma relação de conflito com o processo de produção discursiva dominante de sentidos, produzindo uma ruptura, um deslocamento.

Como princípio discursivo, se aceita que as idéias não têm lugares absolutos, que os sentidos não têm origem, não pertencendo, de direito, a lugar algum.

O fato a ser considerado é o de que há uma história de constituição dos sentidos que, para a Análise de Discurso, não são considerados em sua essência, mas também não se trata dos sentidos estarem fora do lugar. Como a organização dos sentidos é um trabalho ideológico, e este trabalho depende da história de construção dos sentidos para a configuração de lugares para as idéias no entrelaçamento da relação linguagem/ silêncio/ pensamento/ mundo, o que funciona é o efeito de realidade do pensamento, da ilusão referencial que ele produz.

O discurso fundador não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria que é delimitada pelo próprio exercício de análise dos fatos que o constituem, observando sua relevância teórica.

Refletir sobre as forças também desorganizadoras que são parte do processo de instituição dos sentidos é um modo de tornar visível a relatividade dos seus *lugares*. Desmontar sua certeza e sua territorialização, que são sempre função de uma relação de forças, no entanto, silenciadas, é esse o trabalho que a autora procura trazer para a reflexão sobre o discurso fundador. “Sem defini-lo categoricamente, procuramos pensá-lo como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido”. (ORLANDI, 1990).

Para a autora, a noção de discurso fundador possibilita compreender como do sem-sentido se faz sentido e irrompe o sentido novo. Pensando discursivamente a linguagem, Orlandi (1999^a), nos afirma que “é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o

diferente”, e afirma que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos “são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer”. A autora situa a paráfrase ao lado da estabilização, ao passo que na polissemia, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco”.

A *Declaração da Amazônia* institui novos sentidos, abre para o deslocamento, e instaura a ruptura dos processos de significação, produzindo uma mexida na tensão “entre o mesmo e o diferente”, entre a “paráfrase e a polissemia”. Ao instaurar o “a se dizer” joga com o processo polissêmico e abre possibilidades para novos sentidos. Nesta reflexão, penso apreender a difícil dimensão do discurso que é a de seu acontecimento, enquanto discurso fundador de uma discursividade.

Nesse movimento de construção dos sentidos, inscrevo a *Declaração da Amazônia* como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que vai culminar com um intenso processo migratório e no predomínio do discurso desenvolvimentista nesta região de migrantes, que é a região norte do Estado de Mato Grosso.

O texto da *Declaração da Amazônia* inaugura uma nova discursividade para a região, produzindo efeitos metafóricos que afetaram a história e a sociedade em várias direções: politicamente, culturalmente e economicamente. Importa, então, pensar como se dá essa discursividade hoje?

A formulação que considero como identidade histórica, que é temporalizada e se apresenta como institucional e legítima na contemporaneidade, apresento no recorte abaixo.

Vejamos o funcionamento da *Declaração da Amazônia* enquanto discurso fundador:

Governo e homens de empresa no Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade

nacional como patrimônio, que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita (...). (Declaração da Amazônia, Jornal A Folha de São Paulo, em 16/ 04/ 1967).

Nessa reflexão, procuro as marcas que são construídas nesse espaço. Nesse lugar de memória, a inspiração divina (inspiração de Deus), importante em um país católico como o Brasil e a unidade do Brasil frente a interesses estrangeiros que, à época, pareciam nortear os interesses do governo brasileiro (norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional); sustentam uma prática discursiva governamental que se mostra como que *solicitada por Deus e pela Pátria a promover o crescimento acelerado da Região Amazônica*.

Após quatro décadas (*Declaração da Amazônia* em 1967-2007), vejamos a relação de sentidos com o recorte que traz a fala do Governador do Estado de Mato Grosso:

Em seu gabinete no Palácio Paiaguás, o governador Blairo Maggi disse que é contra a divisão de Mato Grosso. (...) segundo o governador, as potencialidades da região são suficientes para alavancar o desenvolvimento. “Temos um Estado com potencial e com uma variedade enorme de vegetação, relevo, água e outras coisas. Ou seja, é um Estado abençoado por Deus”, argumenta.

(Jornal A Tribuna, sexta-feira, 14 de abril de 2006)

Em “é um Estado abençoado por Deus”, vejo a atualização de uma memória da Declaração em “reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus”. Os sentidos de “as potencialidades da região são suficientes para alavancar o desenvolvimento. Temos um Estado com potencial e com uma variedade enorme de vegetação, relevo, água e outras

coisas”, se encontram marcados pelos sentidos da Declaração em “conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita” (...), e, ainda, “Em seu gabinete no Palácio Paiaguás, o governador Blairo Maggi disse que é contra a divisão de Mato Grosso”, vejo uma memória marcada pelos efeitos de “norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam indiviso”.

Toda a fala do governador de Estado é permeada pelos efeitos do trabalho de uma memória que o afeta.

Neste exercício de análise dos fatos que constituem a *Declaração da Amazônia*, e à procura de compreender a difícil dimensão do discurso que é a do seu acontecimento, procuro observar “como do sem-sentido se faz sentido e irrompe um sentido novo” (ORLANDI, 1990); pensando o sentido novo como – a região amazônica precisa ser desbravada e povoada através de um modelo de desenvolvimento econômico que a aproxime da região sul do País, na ocupação de lugares “desertos e vazios”, silenciando, nesta formulação, toda uma população indígena e a floresta existente.

E a Declaração, em seu chamamento à população brasileira, a convoca a ocupar um dos maiores espaços desertos do mundo, lançando um desafio à nossa capacidade realizadora; pois sessenta por cento do território nacional está a exigir a criação de condições para o seu povoamento.

Ao afirmar que na hora presente, a ocupação e o racional aproveitamento desse espaço vazio, pelo Brasil, é um imperativo da própria segurança nacional; convida brasileiros a se mudar e ocupar a região Amazônica (o Brasil ocupado por brasileiros), dando a entender que esta Região pode vir a ser ocupada por outros países (própria segurança nacional). É preciso que os brasileiros ocupem este vasto território antes que ele possa vir a ser invadido. Nesta proposta da *Declaração*, são brasileiros ocupando como direito e dever seu território.

Ao afirmar a Amazônia como um dos maiores espaços desertos do mundo e um desafio à nossa capacidade realizadora; e também que, a ocupação e o racional aproveitamento desse espaço vazio, pelo Brasil, é um imperativo da própria segurança nacional; observo uma relação de paráfrase Amazônia/espaço deserto, e, Amazônia/espaço vazio.

As noções ambientalistas ainda não se afluam e a Amazônia da década de setenta era vista/compreendida pelo governo e população como um grande (sessenta por cento do território brasileiro) espaço deserto e vazio. Espaço deserto e vazio que precisava de infra-estrutura para garantir mercados significativos indispensáveis ao seu progresso e desenvolvimento, como vemos no recorte em que alguns empreendimentos de infra-estrutura, em especial no setor de transporte, realizados na Região possibilitam o surgimento de algumas subáreas de economia externas e de mercados significativos; que possam gerar o progresso e desenvolvimento da área (...).

Esta era a imagem da Amazônia apresentada aos brasileiros para que se desse início ao processo de colonização, em que milhares de migrantes se deslocaram de suas regiões em busca de progresso e desenvolvimento, com o firme propósito de promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil; na firme convicção de que a “Operação Amazônia” ora iniciada prosseguirá no tempo e com os meios necessários até atingir a completa consecução dos objetivos que a inspiram; em seu compromisso de mobilizar todas as forças vivas da Nação visando a atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza indispensáveis ao seu desenvolvimento.

E a “Operação Amazônia” prosseguiu no tempo, mobilizando forças vivas da Nação à promessa/chamamento governamental de atrair empreendimentos “de qualquer natureza”, desde que indispensáveis ao progresso e desenvolvimento desta região.

Assim, o dever cívico e até divino (inspirados por Deus) de ocupação racional deste espaço vazio/deserto, em que a floresta e a população indígena eram silenciadas, para promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil prosseguiu no

tempo, década de 70/década até 2000; e inspira, nos dias atuais, migrantes e seus descendentes, a atrair *empreendimentos de qualquer natureza indispensáveis ao seu desenvolvimento*.

Dou continuidade, a seguir, a alguns recortes do discurso jornalístico que trazem marcas da *Declaração da Amazônia* como texto fundador de sentidos, na prática discursiva do sujeito migrante.

No dizer de liderança política da região norte:

Em artigo do Jornal Capital, se encontram referências ao mito do Eldorado / ou sonho acalentado, na voz do vereador do PSDB Pedro Serafini do município de Sinop, indignado com uma frase propagada pelo governador do Estado Blairo Maggi, em que desafiava o segmento político do Nortão, dizendo que “separação do Estado somente por cima do meu cadáver”. O vereador fez uso da tribuna na Câmara municipal e, conforme o discurso jornalístico, “levantou uma antiga questão”.



(Jornal Capital, Caderno Político, Edição 476 – Sinop-MT, 23 e 24 de novembro de 2004)

Vejamos qual é esta antiga questão:

Intrigado com a posição de Maggi, Pedrinho usou a tribuna para reascender o sonho. Em suas explanações o tucano sugeriu a criação de uma comissão, ou mesmo um setor, dentro da câmara municipal, que ficasse incumbido de levantar dados e recolher todo o material necessário para que esse “sonho” tivesse ao menos um embasamento técnico, onde estaria ilustrado as necessidades de estrutura física e financeira, os procedimentos, trâmites e ações que já foram tomadas para que a divisão aconteça (...) até hoje, esse assunto foi tratado apenas de forma eleitoreira, servindo de bandeira para a eleição de muitos.

Ao dizer que o vereador estava reascendendo um sonho, o próprio jornalista reafirma a existência desse sonho como uma questão. “Sonho”, na voz do vereador, é paráfrase de “divisão”. E, ao dizer que esse assunto serve de “bandeira”, é pego pelos efeitos da *Declaração da Amazônia* em que o sonho da divisão estadual promoveria, no olhar deste vereador representante da população migrante do norte do Estado, o desenvolvimento e progresso da região, como um desafio à capacidade realizadora desta população.

Elabora uma crítica aos que utilizam o tema da divisão com objetivos eleitoreiros. Chama de bandeira *a causa da divisão ou o sonho acalentado* e propõe “levantar dados e recolher todo o material necessário para que esse “sonho” tivesse ao menos um embasamento técnico”.

Vejamos um outro recorte:

“20 anos sonhando”

A proposta para a divisão do Estado do Mato Grosso criando o Estado do Araguaia foi lançada pela primeira vez pelo então governador Júlio Campos, nos anos de 1983 e 1984. Naquele período, Campos ergueu a bandeira da divisão e da instalação de um novo Estado, capaz de dividir o Norte do Estado, aberto pelos sulistas, das divergências culturais encontradas no mesmo Mato Grosso, no Sul do Estado, a região da Grande Cuiabá. Campos afirmou que em 10 anos surgiria o novo Estado. Mas não foi o que aconteceu de fato.

O governador acabou lançando um mote que seria bandeira de campanha para uma série de políticos que se alçavam a postos estaduais e federais, muitas vezes criando falsas expectativas que posteriormente seriam frustradas. Alguns projetos chegaram a ser encaminhados à assembleia legislativa e também à câmara federal, mas sem nenhum sucesso. O deputado Wellington, de Rondonópolis, foi um dos políticos a lançar um projeto de lei instituindo a divisão do Estado, criando o Mato Grosso do Norte. O projeto foi arquivado. “Pouco adianta berrarmos pedindo a divisão e dizer a cada eleição que o Norte será desmembrado”.

Precisamos nos preocupar com a estruturação da cidade, afim de que comporte ser uma capital do Estado. É preciso estabelecer todo os poderes, o Ministério Público, um Tribunal de Contas e mais uma série de órgãos que sejam ativos desde o primeiro momento. Isso envolve custo, requer receita, que ninguém ainda não se sabe como começar a recolher. Então um projeto dessa envergadura precisa estar embasado de forma sólida e estritamente planejado, para que não vá por água abaixo”, argumenta Pedrinho. De acordo com o edil, a ação deve partir de cima, do congresso nacional.

Algumas ações revelam um quadro otimista. Recentemente o governo Lula revelou que está estudando um projeto de reorganização territorial, de proporção nacional, onde o Mato Grosso é dos Estados que estão na mira da caneta que vai redesenhar o mapa do Brasil. “Com o novo Estado, todas as ações ganham agilidade e o centro onde são tomadas as decisões está mais próximo do ponto de atuação”, ressalta Pedrinho.

Naquele período, Campos ergueu a bandeira da divisão e da instalação de um novo Estado, capaz de dividir o Norte do Estado, aberto pelos sulistas, das divergências culturais encontradas no mesmo Mato Grosso, no sul do Estado, a região da Grande Cuiabá.(...) O governador acabou lançando um mote que seria bandeira de campanha para uma série de políticos que se alçavam a postos estaduais e federais (...).

Novamente encontro referência ao sonho, desta vez no título da reportagem “20 anos sonhando”. Neste recorte, “sonho” vem, outra vez, associado aos sentidos de “divisão estadual” e traz, novamente, uma crítica aos que utilizam essa temática como “bandeira” política próxima aos períodos eleitorais como vemos em “O governador acabou lançando

um mote que seria bandeira de campanha para uma série de políticos que se alçavam a postos estaduais e federais (...).”.

Segundo o senador, a bandeira que ora é defendida por grande parte da população mato-grossense é justa e correta, já que trará grandes benefícios para uma região esquecida e distante da capital do estado.

(Folha da Amazônia, Caderno político, p. 03, fevereiro de 2001, Sinop - MT)

Neste recorte, os sentidos de bandeira estão voltados para a população mato-grossense, “a bandeira que ora é defendida por grande parte da população mato-grossense é justa e correta” e, não mais, como uma crítica aos políticos que utilizam esse tema às vésperas das eleições e depois deixam cair no esquecimento.

E, continuam os sentidos de sonho no recorte abaixo, que se apresenta com o título: *O Estado do Araguaia e a construção da independência do Brasil*, cujo autor, à época, era coordenador do *campus* da Universidade Estadual de Mato Grosso, UNEMAT/SINOP.

A proposição de novos Estados e dentre eles o do Araguaia, que nos atinge diretamente, não é um sonho descabido de um louco, como pretendem dizer os contrários à divisão (...).

Percebo uma ligação na questão do sonho, na proposta do título do artigo: *O Estado do Araguaia e a construção da independência do Brasil*, em que os sentidos de independência – quer do Brasil como colônia de Portugal, quer das regiões mais desenvolvidas do país em relação às regiões em processo de desenvolvimento – continuam funcionando na relação da construção de um processo de independência.

Independência do Brasil, divisão de Mato Grosso. Como argumento, encontramos no recorte relações de sentido entre *dividir o estado (autonomia) e ter o direito de escolher não ser colônia*. Ainda, uma relação de paráfrase entre “independência do Brasil e divisão de Mato Grosso”.

Observemos o recorte:

(...) a luta para conseguir autonomia, o que significa ter o direito de escolher não ser “colônia”, de gerir a própria vida, os próprios destinos (...) é dentro desse posicionamento que faz sentido a proposta de um redimensionamento político e de divisão territorial do país”.

O estado do Araguaia e a construção da independência do Brasil

Sabemos que depois de 500 anos nosso país continua a lutar para conseguir autonomia, o que significa ter o direito de escolher não ser “colônia”, de gerir a própria vida, os próprios destinos, quer seja em relação aos países ricos e aos seus fiéis órgãos (ONU, FMI, Banco Mundial), quer seja em relação aos centro sócio-econômicos do próprio país que manipulam a economia brasileira e por consequência a própria sociedade.

É dentro deste posicionamento que faz sentido a proposta de um redimensionamento político e de divisão territorial do país. Se analisarmos a proporção de municípios novos criados em nosso país com a justificativa de desenvolvimento, quer seja humano, político ou econômico, verificamos que em relação à criação de novos estados a situação em quase nada foi alterada.

A proposição de novos estados e dentre eles o do Araguaia, que nos atinge diretamente, não é um sonho descabido de um louco, como pretendem dizer os contrários à divisão, que falseiam ou escamoteiam

ser teleguiada e que quer construir também de maneira mais próxima os próprios destinos políticos, organizando uma estrutura que garanta o seu crescimento enquanto povo. Aliás, como cita o proponente do Projeto, a idéia é oriunda dos trabalhos datados da elaboração da constituição de 1988, grande fórum de discussão do país, que já havia detectado tal necessidade.

Temos de ser favoráveis à autonomia dos povos, até porque aí é que, de verdade, poderão ser responsabilizados por seus destinos. O Brasil não é só sul ou sudoeste, nem somente o litoral. Existe um território e povos que precisam ser considerados e que habitam o “sertão” brasileiro e que, de fato, garantem a soberania do país, garantem o desenvolvimento humano e fazem com que o próprio país cresça social, cultural e economicamente. São nos novos espaços que se abrem as novas possibilidades.

*Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Coordenador da UNEMAT
Campus de Sinop*

(Jornal Folha da Amazônia, Caderno Político, fevereiro de 2001)

Na seqüência do texto, encontramos:

O Brasil não é só sul ou sudoeste, nem somente o litoral. Existe um território e povos que precisam ser considerados e que habitam o “sertão” brasileiro, e que, de fato, garantem a soberania do país, garantem o desenvolvimento humano e fazem com que o próprio País cresça social, culturalmente e economicamente. São nos novos espaços que se abrem as novas possibilidades.

Em “O Brasil não é só sul ou sudoeste, nem somente o litoral. Existe um território e povos que precisam ser considerados e que habitam o “sertão” brasileiro”, encontro uma continuidade de sentidos com a proposta da Declaração da Amazônia em:

(...) conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita, (...) sua determinação de conjugar esforços, recursos e atividade de trabalho no sentido de promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil.

E, nos sentidos de “e que de fato, garantem a soberania do país, garantem o desenvolvimento humano e fazem com que o próprio País cresça social, culturalmente e economicamente. São nos novos espaços que se abrem as novas possibilidades”, encontro relações de sentido com a proposta da Declaração em:

(...) sua aceitação, enfim, ao desafio lançado e a resposta da sua presença para que a Amazônia contribua através de sua perfeita e adequada

incorporação à sociedade brasileira sob a sua soberania inalienável, para a solução dos grandes problemas da Humanidade.

No movimento dos sentidos, o “sonho” de ocupar a Amazônia, garantir a soberania do país, gerar progresso e desenvolvimento na valoração do homem que a habita em um processo de integração nacional e inter-regional; continuam ocupando o imaginário migrante da população do norte do Estado de Mato Grosso, como que uma responsabilidade e uma obrigação a fazer cumprir o que diz o texto da *Declaração da Amazônia*, em “sua convicção de que a “Operação Amazônia” ora iniciada prosseguirá no tempo e com os meios necessários até atingir a completa consecução dos objetivos que a inspiram”.

O apoio à questão da divisão territorial do Estado de Mato Grosso se apresenta nas práticas discursivas daqueles que apóiam a redivisão territorial do Estado, com marcas da *Declaração da Amazônia* que as acompanham.

Vejamos a fala do Deputado Silval Barbosa,

A redivisão territorial do Brasil é um Plano estratégico traçado pelo Governo Militar, enquanto esteve no Poder, que, já naquela época, alegava preocupação com a Defesa do País, principalmente da Região Amazônica. (Jornal Diário Regional, Caderno de Política, domingo, 12 de dezembro de 2004).

Comparemos com a fala da Declaração:

CONSIDERANDO:

Que na hora presente, a ocupação e o racional aproveitamento desse espaço vazio, pelo Brasil, é um imperativo da própria segurança nacional;

O Deputado Silval Barbosa, vice-governador do Estado na gestão 2006/2010, afirma em texto do ano de 2004, quando ainda ocupava a posição de deputado estadual, que “a divisão estadual é uma questão de defesa nacional” ao diminuir as desigualdades encontradas de um Estado para outro, e que o governo federal terá que investir no novo Estado, repetindo, em seu discurso, a fala da *Declaração da Amazônia*.



(Jornal Diário Regional, Caderno de Política, domingo, 12 de dezembro de 2004).

No editorial do Jornal Capital com o título *Escrevo o que eu quero?* (edição 541, de 03 e 04 de maio de 2005, Sinop MT), encontro o seguinte texto:

Foco nós temos. Talvez o leitor jamais possa imaginar que, dentro da nossa redação existem firmes bandeiras cravadas que servem de estímulo constante ao nosso trabalho, metas que julgamos de extrema importância para o avanço dessa região à qual representamos. No mastro mais alto está a divisão do Estado. Portanto, jamais se espante se abrir o jornal Capital e ver ferrenhas defesas pelo desmembramento desse nosso grande Estado, fundando assim o Nortão e edificando Sinop como capital do Estado, posto que, por sinal, merece.

A memória da Declaração se marca nos sentidos de “(...) existem firmes bandeiras cravadas que servem de estímulo constante ao nosso trabalho, metas que julgamos de extrema importância para o avanço dessa região à qual representamos. No mastro mais alto está a divisão do Estado”, encontro uma relação de paráfrase entre “bandeiras e metas”. Ao declarar que “a divisão estadual se encontra no mastro mais alto entre outras firmes bandeiras”, novamente a questão posta vem de encontro à necessidade da divisão estadual como bandeira ou meta para propiciar o “avanço dessa região à qual representamos”.

Neste recorte, o discurso jornalístico do Jornal Capital se apresenta constitutivo e constituído por confrontos históricos, nem sempre visíveis para os leitores nem mesmo para a imprensa, se comportando como uma prática social repetidora de certa ideologia. Apaga-se o processo pelo qual esse movimento é produzido e por isso as interpretações são sempre ideológicas.

Desta forma, a história de Mato Grosso é constituída pela Declaração da Amazônia, que funda sentidos, instaura movimentos e os mantém em uma memória.

Ao falar sobre o Papel da Memória, Pêcheux (1999b, p.50) procura compreender,

junto a lingüistas, semioticistas e historiadores, a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço de memória que, segundo ele, joga em uma dupla forma:

- a) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se;
- b) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido.

Penso que o acontecimento discursivo da Declaração da Amazônia se encaixa em (b) em que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido. Se perguntarmos aos falantes retratados nesse *corpus*, muito provavelmente, com alguma exceção, afirmariam que desconhecem o texto da *Declaração da Amazônia*, mas os efeitos desse texto se repetem e se reafirmam em suas práticas discursivas.

Para Pêcheux (1999b, p.52), tocamos aqui em um dos “pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização”. Para o autor, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos e outros) de que sua leitura necessita. E continua sua reflexão questionando que “a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que ‘estão ausentes por sua presença’.

Pierre Achard (1999b, p.11-17) contribui, afirmando que “haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’- termo introduzido por Achard – se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeito de paráfrase”. Para Achard, a regularização discursiva é sempre suscetível de “ruir sob o peso do acontecimento novo”, que vem perturbar a memória, em um jogo de força sob o choque do acontecimento.

Esse efeito material que é a repetição, “assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material”.

Vejamos essas recorrências da materialidade, encontradas nas formulações dos migrantes da região norte do Estado de Mato Grosso, em: “(...) reascender o sonho, (...)

para que esse ‘sonho’ tivesse ao menos um embasamento técnico, (...) não é sonho descabido de um louco; e, ainda encontramos repetição da materialidade em (...) servindo de bandeira para a eleição, (...) ergueu a bandeira da divisão, (...) um mote que seria bandeira de campanha

Neste ponto, Jean-Marie Marandin (1999b, p.53) contribui pensando que a recorrência do item ou do enunciado pode vir a caracterizar uma “divisão da identidade material do item: sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra, abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se, antes de desdobrar-se em paráfrase”.

E encontro, nesse jogo propiciado pela metáfora, a repetição de ‘sonho’ (futuro) e de bandeira (nacionalismo), um deslize na articulação discursiva dos sentidos. No texto da *Declaração da Amazônia*, os sentidos de ‘sonho e bandeira’ caminham na direção da integração nacional e, agora, ano 2000, os sentidos de ‘sonho e bandeira’ caminham, em um efeito de opacidade em que os ‘implícitos’ não mais se reconstroem, na direção de uma proposta de divisão estadual.

Assim, exponho a fala de Pêcheux (1999b, p. 56), que nos diz que “a certeza que aparece é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização...”.

Neste percurso de análises, penso que os sentidos no texto da *Declaração da Amazônia*, no movimento temporal que a recobre – sofrendo de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e de regularizações; se apresentam outros, na contemporaneidade desta *Amazônia da Declaração*.

Nesta *Amazônia da Declaração*, mantêm-se os sentidos de “a convicção de que a ‘Operação Amazônia’ ora iniciada prosseguirá no tempo e com os meios necessários até

atingir a completa consecução dos objetivos que a inspiram”, em que vejo uma relação de paráfrase entre *desenvolvimento* e *objetivos que a inspiram*. Assim, nas décadas de 60/70 era necessária a integração da Amazônia ao desenvolvimento brasileiro para preservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam indiviso, para se alcançar o desenvolvimento. Nos dias atuais, dividir é processo indispensável, para atingir esse objetivo de desenvolvimento e a própria valorização do homem que a habita.

Assim, encontro uma relação parafrástica entre:

- Declaração da Amazônia (anos 60/70): integrar para desenvolver.
- Amazônia da Declaração (contemporaneidade): dividir para desenvolver.

Integrar e dividir, verbos que aparentemente indicam ações antagônicas, são encontrados em relação de paráfrase na relação temporal que as recobre. Teríamos, então, como efeito final, somente assim a Amazônia se integraria ao Brasil.

CAPÍTULO II

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção de dar sentido, a significar-se – em um gesto, um movimento sócio-históricamente situado em que reflete sua interpelação pela ideologia. (ORLANDI, E. 1999c, p. 17)¹³.

Visando a uma articulação de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux e Fuchs (1975), preconizam um quadro epistemológico geral da Análise de Discurso que reside na articulação de três regiões do conhecimento, a saber:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria, ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Acrescente-se, ainda, que estas três regiões de conhecimento se apresentam marcadas por conceitos básicos como os de formação social, língua e discurso. Conceitos estes atravessados pela referência a uma teoria da subjetividade – de natureza psicanalítica.

Esta articulação, perpassada pela noção de sujeito do inconsciente, trazida pela psicanálise lacaniana, se constitui, conforme Orlandi (1999^a: 19), na relação de três

¹³ Escritos nº. 04 – Contextos epistemológicos da Análise de Discurso – LABEURB – NUDECRI.

domínios “nos anos 60 a Análise do Discurso se constituiu no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares (...) a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise”.

Como explica a autora, a Análise do Discurso, em sua relação com a Lingüística que se constitui por ter como objeto a língua e esta ter sua ordem própria, procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é uma relação termo-a-termo, não passa diretamente de um a outro, tendo cada um suas especificidades.

Na relação com a história pressupõe o legado do materialismo em que há um real da história, o homem faz história, mas ela não lhe é transparente. Conjugando língua e história na produção dos sentidos, a Análise de Discurso estuda a forma material (não abstrata como a da Lingüística) que se inscreve na história para produzir sentidos.

A contribuição da Psicanálise desloca a noção de homem para a noção de sujeito na compreensão da língua como estrutura e principalmente como acontecimento. A forma material é o acontecimento da língua em um sujeito afetado pela história.

Orlandi (1999^a, p. 19) pontua que, para a Análise de Discurso:

- a. - língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. - história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. - o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Orlandi (2003), em seu livro *Língua e Conhecimento Lingüístico*, nos vai revelando a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma sujeito histórica. Com esta forma sujeito constituída, ocorre o processo de individualização

do sujeito. Como afirma a autora, a forma histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individualização do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade.

Neste trabalho, e refletindo sobre essas considerações, procuro pensar esse indivíduo afetado pela sua relação com os acontecimentos discursivos propostos nas relações institucionais MT (Mato Grosso) e MS (Mato Grosso do Sul), no acontecimento discursivo da primeira divisão estadual MT/MS, e também afetado pelo gesto de leitura da *Declaração da Amazônia* que desencadeou todo um processo migratório para a região norte do Estado de Mato Grosso nos seus efeitos de sentido, somado, ainda, às propostas de divisão/criação do Estado que constam nos PDLs - Projetos de Decreto Legislativo - que tramitam no Congresso Nacional.

Importa pensar esse processo de individualização do sujeito inserido nessas relações ideológicas e pego pelo simbólico. Que sentidos afetam esses sujeitos se pensarmos a relação do indivíduo com a sociedade de que faz parte?

Ao trabalhar a noção de sujeito e situação na análise da linguagem, a Análise de Discurso se volta para a noção de condições de produção. Pêcheux (1969, p.81) remete essa noção de condições de produção, inscrevendo essa noção no esquema *informacional* da comunicação elaborado por Jakobson (1963, p.214)-

O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamamos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o “referente”), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um código, comum, ou menos em parte, ao

destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um contacto, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação.

(Jakobson, 1963, pp.213-214) –

para acrescentar que, a propósito de “D” (a sequência verbal emitida por A em direção a B), “a teoria da informação (...) leva a falar de *mensagem* como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1969, p. 82).

Sustentado pelas reflexões acima, Pêcheux enuncia os diferentes elementos das condições de produção do discurso, em que apresentando a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso e o seu *referente* permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso. A contribuição de Pêcheux reside em ver nos protagonistas do discurso, não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia”.

Assim, tomando como exemplo o interior de uma instituição escolar, há o *lugar* do diretor, o *lugar* do professor, e o *lugar* do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representados por uma série de formações imaginárias que designam os lugares que cada um atribui a si mesmo e aos outros e a imagem que se faz de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, “em todo processo discursivo, existem regras que estabelecem relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”. (PÊCHEUX, 1997, p.82).

Ao questionar, o que são, pois, as condições de produção, Orlandi (1999^a, p.30) acrescenta que “as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a maneira como a memória aciona, as faz valer”, acrescentando que podem ser consideradas “em sentido estrito, definido como sendo o contexto imediato das circunstâncias da formulação”; e, em um sentido amplo “inclui o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Pensando nas condições de produção e nos reportando ao tema desse trabalho, considero como contexto imediato o sujeito migrante e suas relações de confronto discursivo com o sujeito mato-grossense, postas na questão que se apresenta como divisão/criação territorial. Em um contexto amplo, considero as relações da Instituição Estado/ Instituição Federativa, no modo como delimita seus territórios, desloca contingentes populacionais, e estabelece polêmicas, como parâmetros da forma de nossa sociedade.

E a forma como a memória aciona, faz valer as condições de produção tem características próprias quando pensada em relação ao *discurso*. Nessa perspectiva, “a memória é tratada como interdiscurso, definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, (ORLANDI, 1999^a, p.31). E a autora define “memória discursiva como sendo o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Para a autora, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Nas reflexões dessa tese, os dizeres disponibilizados que afetam os modos como os sujeitos significam dizem respeito a tudo que foi dito na história sobre processos de identificação marcados ou que se apresentam como questão de posse territorial.

Assim, a Análise de Discurso constitui um novo objeto, o *discurso*, que vai afetar estas formas de conhecimento em seu conjunto. O discurso na Análise de Discurso está no ponto de articulação dos processos ideológicos e dos acontecimentos lingüísticos.

É a noção de Discurso que vai tornar possível, na análise da linguagem, as reflexões sobre sujeito e a situação. Para Orlandi (1996, p. 12), é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais concretas dessa relação.

Orlandi (1994), retomando Pêcheux (AAD – Análise Automática de Discurso, 1969), define discurso como *efeito de sentido entre locutores*. Ou seja, se pensarmos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos que pensar a linguagem em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação desse sistema com sua exterioridade, já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da língua na história que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E a dimensão simbólica dos fatos.

E este sistema significante – ou sistema da língua – é o mesmo para o conjunto de falantes, mas o *discurso* não é o mesmo para os seus sujeitos. Um enunciado, apesar de único, está, ao mesmo tempo, ligado a enunciados que vieram antes e que virão depois dele, em um jogo de relações não só entre enunciados, como também entre acontecimentos de ordens diferentes da linguagem: a do histórico, a do político e a ordem do inconsciente.

2.1 - A SUBJETIVIDADE COMO ACONTECIMENTO DA LÍNGUA NO HOMEM

Em seu artigo, *Do sujeito na história e no simbólico*, cujo subtítulo é *Interpelação pela ideologia e individualização pelo Estado: a forma da contradição*, Orlandi (1999c), afirma que a *ideologia* e a *subjetividade* funcionam pelo equívoco (ilusão de autonomia) e se estruturam pela contradição.

E define o equívoco:

O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais ideologicamente determinado, mais cegamente preso a sua ilusão de autonomia. Quanto mais certas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. Como já tivemos ocasião de dizer (Orlandi, 1990), não é em ‘x’ que está a ideologia, mas no mecanismo (imaginário) de produzir ‘x’, sendo ‘x’ um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história. (Orlandi, 1999c, p. 23).

Reflete sobre a proposição de Pêcheux (1975), de situar o campo de sua reflexão em uma teoria materialista dos processos discursivos, na articulação de três noções: “a de discursividade, a de subjetividade e a de descontinuidade ciência/ideologia, propondo uma teoria não subjetiva da subjetividade”.

Para que se entenda a articulação dessas noções, é necessário um duplo movimento na compreensão da subjetividade, conforme pensa e expõe Orlandi:

1. em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo (que chamaremos em primeiro grau – I), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. Expressão de uma teoria da materialidade do sentido que procura levar em conta a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer. (Orlandi, 1999c, p. 24).

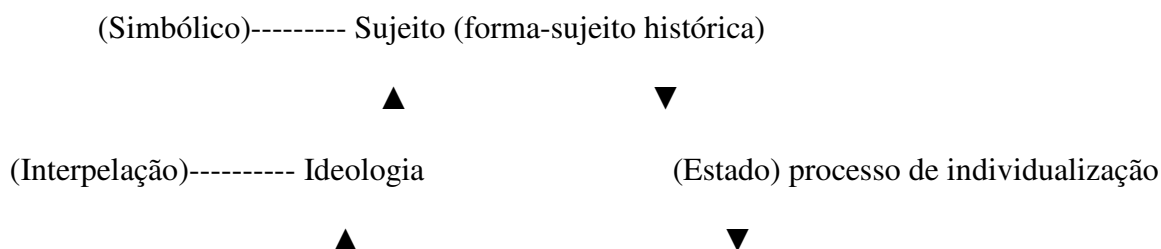
A forma-sujeito que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade. Com essa forma sujeito já constituída, podemos observar um segundo processo:

2. Se pensamos a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, uma nova perspectiva nos permite então compreender um segundo momento teórico: nesse passo, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e a transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado (cf. os trabalhos de M. Foucault). (Orlandi, 1999c, p. 24).

A autora acrescenta que, agora o Estado, com suas Instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, em um novo movimento em relação aos processos identitários, é que produz diferentes efeitos nos processos de identificação (individualização do sujeito na produção dos sentidos).

Consequentemente, o indivíduo não é unidade de origem (o indivíduo interpelado em sujeito – I), mas o resultado de um processo referido pelo Estado (teríamos então o I², ou seja, indivíduo em segundo grau).

Vejamos a representação (Orlandi, 1999c, p. 25):



Indivíduo (I¹).....Indivíduo (I²) forma social capitalista
(bio, psico)----- (social)

E, conclui a autora que, “uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora, enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual (lizada) concreta”.

Em nosso regime capitalista, “se apresenta a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens”.

Pensando o funcionamento de um imaginário discursivo e suas relações com o político, penso que os PDLs (Projetos de Decreto Legislativos) do Senado Federal que propõem a redivisão territorial do Estado de Mato Grosso no ano de 2000, fazem emergir os dispositivos de arquivo que remetem o sujeito mato-grossense às suas relações com a história – o acontecimento discursivo da primeira divisão estadual ocorrida em 1977 - produzindo sua inscrição em uma posição discursiva ideologicamente contrária a uma nova proposta divisionista – em uma situação de oposição ao sujeito mato-grossense migrante - no momento em que a questão é novamente proposta, relatada, formulada, categorizada.

A noção de subjetividade como estruturada no acontecimento do discurso é trabalhada em Orlandi (1999c), no mesmo artigo, *Do sujeito na história e no simbólico*. Para a autora, o discurso que se apresenta como acontecimento significativo e tem como lugar fundamental a subjetividade. É esta relação – encontro da língua com a história produzindo acontecimento – que acarreta o deslocamento do sentido e da história.

Pode-se, então, observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada, partindo-se do pressuposto de que “o sujeito é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva”).

A autora relaciona Psicanálise e Análise de Discurso, considerando que, se para a Psicanálise lacaniana, o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise de Discurso, o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia.

Em relação à quantificação, não se pode quantificar o assujeitamento. Não se é mais ou menos assujeitado. Esta relação se dá na relação constitutiva do sujeito com o simbólico: “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história”. O sujeito precisa estar afetado pelo simbólico e pelo sistema significante. Em outras palavras, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”.

Orlandi (1999c), retomando Pêcheux, discute o efeito ideológico elementar, pelo qual o sujeito, “sendo sempre-já sujeito, coloca-se na origem do que diz”. Remete esse tema ao *pequeno teatro teórico* da interpelação (Pêcheux, 1975), no qual a ideologia intervém na relação com a linguagem, e o compara com o “teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, e outros) é observado lá dos bastidores, lá de onde se pode captar que ‘se’ fala ‘ao’ sujeito, que ‘se’ fala ‘do’ sujeito, antes que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’,”.

E, em relação ao funcionamento discursivo, apresenta a articulação entre ideologia e inconsciente quando observa que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente “é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de ‘evidências subjetivas’,”; em que o adjetivo ‘subjetivas’ deve ser entendido não como aquele *que afeta o sujeito*, mas no qual *se constitui o sujeito*.

Nesta reflexão sobre a ideologia, observo uma crítica de Pêcheux à constituição do sujeito e do sentido, nas teorias da enunciação “em sua submissão à ilusão das evidências subjetivas (do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo) e à evidência do sentido (a ilusão de literalidade)”.

E constata que esta *evidência* da identidade não deixa ver que esta “resulta de uma identificação-interpelação do sujeito em um já-lá pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”, na contradição ao que se apresenta como origem de si.

É essa contradição que faz com que a Análise de Discurso trate o próprio (do) sujeito, na filiação lacaniana, “como um processo significante: ‘como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes’,” ou, na versão discursiva althusseriana como:

(...) um processo que funciona pela contradição em que o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e que faz com que ‘como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra designe uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar...

(*Do Sujeito na História e no Simbólico*. In: *Escritos n.º. 04*, Laboratório de Estudos Urbanos – LABEUB/NUDECRI, Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1999c, p. 19)

Em relação a trabalhos teóricos desenvolvidos na área da Análise de Discurso, encontramos, em nota de rodapé, alusão de Orlandi a dois autores que se filiam a essas duas abordagens. De um lado J. Authier, pensando a relação língua-sujeito pela exploração do inconsciente, trabalha as rupturas no fio do discurso, elaborando a noção de heterogeneidade (não coincidência); e, de outro lado, temos J. J. Courtine, explorando a relação língua-sentido (sujeito), que trabalha no fio da contradição pensando a heterogeneidade da formação discursiva com ela mesma, na relação com a ideologia.

Para Orlandi, quando se afirma que o sujeito, “para se constituir, deve se submeter à língua, ao simbólico”; não se está se referindo à língua enquanto sistema formal, mas ao

jogo da língua na história, pelos sentidos. É “o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos – algo do mundo tem que ressoar no ‘teatro da consciência’ do sujeito para que faça sentido”.

Ancorada nestas reflexões, Orlandi distingue a falha do equívoco. Diz a autora que a língua é capaz de falha – falha vista como constitutiva da ordem simbólica. E o equívoco é fato do discurso. Portanto, “é a inscrição da língua, capaz de falhas na história que produz o equívoco. O equívoco é a falha da língua na história”.

E conclui,

“O sujeito se submete à língua(em) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção à dar sentido, a significar-se – em um gesto, um movimento sócio-históricamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia” (ORLANDI, 1999c, p.21).

Observemos o discurso jornalístico, datado de 11 de outubro de 2007, veiculado como propaganda no canal de maior audiência do Estado, na afiliada da Rede Globo no Mato Grosso, TV Centro América - Cuiabá, e no site da emissora na internet:

Divisão de MT é pouco lembrada 30 anos depois¹⁴

Divisão

Trinta anos se passaram. Foi no dia 11 de outubro de 1977 que o presidente Ernesto Geisel sancionou a lei complementar número 31, que dividiu Mato Grosso e criou o Estado de Mato Grosso do Sul. A justificativa era permitir que a administração estadual estivesse mais próxima da população e incrementasse a ocupação no norte.

¹⁴ Esta página pode ser encontrada em www.tvca.com.br – versão para impressão.

Barbaridade

O ex-governador Garcia Neto foi o último governador de Mato Grosso quando o Estado ainda estava unificado. Lutou contra a divisão, mas foi vencido pelo presidente Ernesto Geisel, responsável pela lei. Quando assumiu o governo, Garcia Neto inquiriu o general sobre a intenção dele em dividir o Estado. Acreditava que poderia impedir a divisão. Não conseguiu. Hoje, acredita que fizeram uma "barbaridade" com o povo dessa terra. Há quem diga o contrário.



Bastidores

Em entrevista ao site da TV Centro América, Garcia Neto revelou detalhes dos bastidores do governo e das discussões para dividir Mato Grosso. Contou que soube da divisão seis meses antes da lei ser sancionada e que não conseguiu mudar o pensamento do presidente. Garcia, diz que o Estado, se estivesse unido, hoje seria uma das maiores potências do país.

Sem comemoração

Em Mato Grosso, poucos sabem da data da divisão. Em Mato Grosso do Sul, é feriado estadual, com festa e pompa. E não podia ser diferente. A relação de Cuiabá com os festejos no sul é semelhante à dos portugueses com a celebração de 07 de setembro no Brasil. Afinal, no sul a data é lembrada como um marco de independência com relação ao norte.

Em “Divisão de MT é pouco lembrada 30 anos depois” encontro uma relação temporal “30 anos depois” e as considerações de queixa quanto à indiferença em relação ao acontecimento por parte dos mato-grossenses, como vemos em “Em Mato Grosso, poucos sabem da data da divisão. Em Mato Grosso do Sul, é feriado estadual, com festa e pompa”.

Os sentidos de *barbaridade* em “O ex-governador Garcia Neto acredita que fizeram uma “barbaridade” com o povo dessa terra”, se alinham com os sentidos de *traição*,

engendradora nos “bastidores”, como vemos em “Garcia Neto, revelou detalhes dos bastidores (...) contou que ‘soube’ da divisão seis meses antes”.

A construção “A relação de Cuiabá com os festejos no sul é semelhante à dos portugueses com a celebração de 07 de setembro no Brasil. Afinal, no sul a data é lembrada como um marco de independência com relação ao norte”, me permite estabelecer uma relação de paráfrase entre “Cuiabá e Portugal”, que perderam um território, e, entre, “Mato Grosso do Sul e o Brasil”, que festejam a independência.

Nesta relação, a formulação “Cuiabá” se sobrepõe à formulação “Mato Grosso”, dando um caráter bem específico aos sentidos de “barbaridade, traição nos bastidores e perda” como específicos dos mato-grossenses de Cuiabá, e não de todo o Estado, caso em que a formulação seria “A relação de Mato Grosso com os festejos no sul é semelhante à dos portugueses com a celebração de 07 de setembro”.

Porém, a paráfrase não se estabelece:

- A relação de Cuiabá com os festejos no sul é semelhante à dos portugueses com a celebração de 07 de setembro.
- A relação de Mato Grosso com os festejos no sul é semelhante à dos portugueses com a celebração de 07 de setembro.

Esta reflexão me permite pensar que as relações de sentido entre os habitantes de “Cuiabá e Mato Grosso” não coincidem, como podemos observar em “Garcia Neto inquiriu o general sobre a intenção dele em dividir o Estado. Acreditava que poderia impedir a divisão. Não conseguiu. Hoje, acredita que fizeram uma “barbaridade” com o povo dessa terra. Há quem diga o contrário”.

Em “há quem diga o contrário” aponta para a possibilidade de sujeitos mato-grossenses que não consideram a “questão da divisão estadual” como “barbaridade”.

A repetição das formulações “divisão, barbaridade, bastidores, sem comemoração” na prática discursiva contemporânea do discurso jornalístico da capital Cuiabá, mostra a

necessidade de marcar e reafirmar sentidos contrários ao processo dividionista. É o discurso jornalístico constituído e constitutivo de sentidos.

Considero interessante refletir sobre a divisão dos sujeitos mato-grossenses posta nos sentidos de “fizeram uma barbaridade com o povo dessa terra” e “Há quem diga o contrário” aponta para “o outro” em “há quem”, se coloca em uma posição favorável ao processo divisionista na contemporaneidade.

Assim, retomo Orlandi (1999), para afirmar que “fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o real da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação”.

Toda proposta de divisão, pelos efeitos de sentido que a palavra carrega em um processo de formações imaginárias, produz tensão e faz com que a “não estabilidade” no processo de significação circule.

A questão que se apresenta é que há um processo de identificação circulando, e que joga à luz das discussões temas fundadores que acentuam demandas como a etnia, diferenças culturais, diferenças geográficas, diferenças econômicas, e diferenças da/na Língua.

Segundo Pêcheux (AAD, 1969, p. 82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. As formações imaginárias podem ser consideradas como regras de projeção dos mecanismos de uma formação social que estabelecem as relações entre *as situações* (objetivamente definíveis) e *as posições* (representações dessas situações).

Esse jogo de imagens vai se construindo à medida que se constitui o próprio discurso, a partir do lugar que é permitido ao sujeito ocupar e das representações configuradas na enunciação. Nesse jogo, o sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é determinada pela posição que o sujeito ocupa em uma formação discursiva, entendida como uma região do dizer determinada ideologicamente.

Para Pêcheux (1997, p.159), “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*”. Podemos dizer, então, que o que singulariza o sujeito é o lugar que ele ocupa na língua, de um lado em relação às condições de produção, e, de outro, pelo interdiscurso.

2.2 - “PAUS RODADOS”, “PAUS FINCADOS” E “PAUS NASCIDOS”.

Em uma de minhas idas a capital Cuiabá e sentada na sala de espera de uma clínica médica, escolho uma revista para ler e passar o tempo e então me deparo com um artigo que, de pronto, me chama muito a atenção. Peço para a secretária uma cópia já pensando ser importante para minhas reflexões.

Apesar de extenso, me disponho a escrevê-lo na íntegra por considerá-lo representativo de uma prática discursiva regional e também porque seu autor é reconhecido pela população de Cuiabá, com artigos semanais e mensais publicados em vários jornais da cidade.

Com o título e subtítulo abaixo, que chamaram a minha atenção no decorrer da leitura, percebo o delinear, no jogo das formações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, do cenário dos eleitores no ambiente das eleições presidenciais de outubro de 2006, ou como o apresenta seu autor, um oportuno resgate das transformações sociológicas de Mato Grosso nesses últimos 30 anos.

PAUS RODADOS, PAUS FINCADOS E PAUS NASCIDOS.

“O fato é que cada vez mais não se tem como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso”.

Gostaria de aproveitar o ambiente das eleições para traçar um oportuno resgate das transformações sociológicas de Mato grosso nesses últimos 30 anos.

Bom lembrar que a partir de 1973 começaram as migrações vindas de todo o Brasil, em especial do sul e do sudeste, para a ocupação da Amazônia iniciada pela estratégia federal de segurança e desenvolvimento.

Em 1970, a população da região Norte do estado era de 599 mil habitantes. Em 1980, já era de 1 milhão e 139 mil e em 2005 chegou aos 2 milhões e 805 mil. Cresceu, portanto, 417% em 32 anos.

Um dia desses fiz uma palestra para um grupo de jovens na faixa dos 14 a 18 anos. Quase todos loiros e de olhos claros. Distraído, perguntei: “quem de vocês nasceu em outros estados?”. Todos eram cuiabanos ou nascidos em Mato Grosso. De repente, dei-me conta de que se passaram 32 anos e que 76% dos jovens entre 15 e 24 anos são cuiabanos da nova geração, carinhosamente chamados de “paus fincados” pela socióloga Miriam Braga, do Instituto Vetor de Pesquisas. Nem todos são nascidos na capital. Cerca de 15% nasceram em cidades do interior, e 9,4 vieram de outros estados.

O paralelo que cabe é lembrar que nas décadas de 70 e 80, os seus pais aspiravam ganhar muito dinheiro em Mato Grosso e depois retornar para os seus estados de origem. Tanto que as férias de fim de ano eram passadas ano após ano lá na origem. E havia até um certo preconceito em passá-las aqui. Até porque era preciso mostrar lá o sucesso econômico alcançado por eles. Isso durou anos e anos.

Porém, os jovens cresceram aqui, agruparam-se, casaram, fizeram carreira em Mato Grosso. E lá, os avós morreram, os tios, os amigos mudaram-se ou também morreram. E a origem das pessoas foi se distanciando numa lembrança longe da realidade atual.

O fato é que, cada vez mais, não se tem como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso. Todos reivindicam a cidadania mato-grossense.

Hoje, as férias são passadas em lugares diversos, sem o compromisso de “voltar ao sul”, ou a Minas, São Paulo, seja lá onde fosse. As crianças, todas mato-grossenses, sabem da origem dos pais pelas conversas e pelas notícias, ou ainda, pelo uso do chimarrão do sul. Mas são apenas informações familiares.

Nas férias, os shoppings centers de Cuiabá são um atrativo inevitável para a galera jovem. As faculdades na capital trouxeram filhos do interior. Daí para se enturmar, namorar e casar, foi um pulo.

Por isso, hoje está completamente fora de moda separar as carteiras de identidade. A que vale é o viver. E se vive aqui, se é daqui. Cada vez mais os “paus fincados”, filhos dos antigos “paus rodados” migrantes, se fincam na terrinha.

Dos 600 mil habitantes atuais de Cuiabá, restam 39% tradicionais nascidos na terra. Os demais, vieram de fora do interior do estado, na sua maioria, são filhos de antigos “paus rodados”. Aliás, essa era uma forma meio cínica, sem deixar de ter um quê de carinho, como eram tratados freqüentemente todos os que chegavam a Cuiabá.

A síntese dessa singela avaliação, é que as eleições deste ano já imprimiram um relatório sociológico completamente uniforme. Não dá para estabelecer bolsões de votos regionais com influências

vindas de fora de Mato Grosso. Do ponto de vista dos “paus nascidos”, dos “paus rodados” e dos “paus fincados”, somos todos mato-grossenses culturais e aculturados sob o mesmo teto.

(Onofre Ribeiro, articulista de RDM e Jornal Diário de Cuiabá. In: Revista RDM de 22 de outubro de 2006, nº. 155, ano VIII).

A leitura do texto acima contribuiu para que eu começasse a entender o sentimento favorável à proposta de divisão estadual expresso pelos habitantes da região norte do Estado, como um sentimento de oposição, de resistência à prática discursiva de exclusão, de não aceitação por parte dos mato-grossenses, que se denominam filhos da terra. Também de reafirmação de uma identidade mato-grossense ao se afirmarem pela diferença. Ao se estabelecer um processo de diferenciação, marca-se um processo de identificação.

O título do artigo *Paus rodados, paus fincados e paus nascidos* é uma clara alusão aos migrantes que chegaram com suas famílias nas décadas de 60 e 70 ao Estado de Mato Grosso e constituíram famílias, tiveram filhos e contribuíram para a miscigenação dos moradores desse estado.

À formulação discursiva *paus rodados*, o autor atribui outra, *paus fincados*, e credita sua autoria à socióloga Miriam Braga, acrescentando que 76% dos jovens entre 15 e 24 anos são cuiabanos da nova geração, carinhosamente chamados de *paus fincados*.

Em primeiro lugar, me causa um certo desconforto uma socióloga definir um grupo de pessoas como *paus fincados*, porque mesmo com toda a necessidade de impingir que esta é uma maneira carinhosa de se referir aos migrantes da década de 60 e 70, como faz questão de ressaltar em “Aliás, essa era uma forma meio cínica, sem deixar de ter um quê de carinho, como eram tratados freqüentemente todos os que chegavam a Cuiabá”. Esta é, sim, uma expressão pejorativa, que procura desqualificar o outro, no caso os migrantes, como reconhece o jornalista Onofre Ribeiro quando afirma essa era uma maneira *meio cínica*.

Outro funcionamento interessante neste texto é que contribui para minhas reflexões é a referência ao ‘aqui’ e ao ‘lá’. O ‘aqui’ está diretamente relacionado ao ser do lugar, ter nascido em Mato Grosso, cultivar as tradições cuiabanas; enquanto que o ‘lá’ significa uma amada e distante lembrança para o migrante, a região sul, em “lá na origem” e longe da realidade atual.

Vejamos as referências ao ‘aqui’ em: (...) todos eram cuiabanos ou nascidos em Mato Grosso; (...) nem todos são nascidos na capital, E havia até um certo preconceito em passá-las por aqui, (...) porém os jovens cresceram aqui (...) fizeram carreira em Mato Grosso, (...) e se vive aqui, se é daqui.

E nas referências ao ‘lá’: (...) as férias de fim de ano eram passadas ano após ano lá na origem, (...) até porque era preciso mostrar lá o sucesso econômico alcançado por eles, (...) E lá, os avós morreram, os tios, os amigos mudaram-se ou também morreram.

Encontro uma relação de paráfrase em ‘aqui’, diretamente relacionado aos nascidos em Mato Grosso, e entre o ‘lá’ e a região de origem dos migrantes. Qualquer que seja o Estado, o ‘lá’ indica a origem, local de nascimento, aquele que não é nascido em Mato Grosso, portanto, é migrante, é de fora.

Sobre a situação da enunciação do ‘aqui’ e do ‘lá’, pronomes demonstrativos de lugar, podemos pensar o funcionamento da dêixis. “Os dêiticos realizam o fenômeno da dêixis (ato de mostrar), (...) os demonstrativos são algumas formulações que permitem identificar pessoas, coisas, momentos e lugares a partir da situação de fala” (ILARI&GERALDI, 1994, p. 66).

Os sentidos dos dêiticos precisam ser considerados em relação às condições de produção do discurso em análise, para se conhecer, exatamente, a que se referem os pronomes demonstrativos de lugar ‘aqui’ e ‘lá’.

Tomando os demonstrativos como exemplo típico em seu papel habitual de identificar algum lugar presente na situação de fala, lembramos que o demonstrativo vem,

geralmente, acompanhado de um gesto de apontar. E, ao apontar, marca a distância, aponta a diferença.

As características físicas, para o autor, também contribuem para dar visibilidade a diferenças entre os cuiabanos e os migrantes como se nota em:

Um dia desses fiz uma palestra para um grupo de jovens na faixa dos 14 a 18. Quase todos loiros e de olhos claros. Distraído, perguntei: quem de vocês nasceu em outro estado? Todos eram cuiabanos ou nascidos em Mato Grosso. De repente, dei-me conta de que se passaram 32 anos e que 76% dos jovens entre 15 e 24 anos são cuiabanos da nova geração, carinhosamente chamados de “paus fincados”.

Assim, ser loiro e ter os olhos claros distingue mato-grossenses (origem sulista) e mato-grossenses (nascidos em Mato grosso). O nascimento já não configura mais o *sujeito mato-grossense*, pois as características físicas denunciam a origem sulista, mesmo tendo nascido em terras mato-grossenses. O que passa a distinguir, na contemporaneidade, o sujeito mato-grossense do sujeito-migrante (paus fincados), para o autor, são as características físicas, configurando uma memória assentada em questões raciais.

Como o autor deste artigo tem uma série de outros artigos em que trata da temática dos (PDLs) – Projetos de Lei de proposta de criação de um novo Estado, e que são trabalhados em outros momentos desta tese, ousou traçar um paralelo de sentidos com a temática da divisão estadual quando observo as afirmativas: “O fato é que, cada vez mais, não se tem como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso. Todos reivindicam a cidadania mato-grossense”.

Em “(...) não se tem como separar mato-grossenses dos que vivem em Mato Grosso”, o texto reafirma a diferença entre ‘ser do lugar’ e ‘vir de fora’. Ao apontar a diferença, o texto a ressalta. Em “o fato é que, cada vez mais, não se tem como separar”,

observamos a exposição da dificuldade encontrada em separar os nascidos na terra dos migrantes, e esse fato ocorre de maneira gradual, em “cada vez mais”. Assim, com uma intensidade, cada vez maior, fica mais difícil reafirmar as diferenças, pois os migrantes se dizem mato-grossenses, como vemos em “todos reivindicam a cidadania mato-grossense”.

“Todos”, nesse sentido, se refere apenas aos migrantes, pois os nascidos no Estado já nascem cidadãos mato-grossenses, numa relação de pertencimento natural.

O texto é marcado do início “O fato é que cada vez mais não se tem como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso” ao fim “Do ponto de vista dos “paus nascidos”, dos “paus rodados” e dos “paus fincados”, somos todos mato-grossenses culturais e aculturados sob o mesmo teto”, com uma prática discursiva que reafirma as diferenças.

A tentativa de explicação do processo de miscigenação dos *mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso*, reafirma o processo discriminatório quando, na conclusão, reafirma a exclusão no momento da afirmação – “somos todos mato-grossenses culturais e aculturados sob o mesmo teto”. Em que *culturais*, para o autor, são aqueles inseridos na cultura cuiabana regional do Estado e denominados de *aculturados* são os migrantes que trazem consigo sua cultura. Observo a afirmação de que, imaginariamente, só tem cultura quem conhece a cultura local.

Mais do que a econômica, a diferença cultural marca abismos e os mantém como podemos perceber no texto acima. Ao propor compreender e aparar as diferenças “por isso, hoje está completamente fora de moda separar as carteiras de identidade. A que vale é o viver. E se vive aqui, se é daqui”, essas diferenças são mantidas no fio discursivo, como encontro em “cada vez mais os “paus fincados”, filhos dos antigos “paus rodados” migrantes, se fincam na terrinha”.

Vejamos a mesma formulação “paus rodados” em outro autor, Paulo Zaviasky, extraído do Diário de Cuiabá, edição nº. 10904 de 30/04/2004:

PAUS RODADOS

Sinto-me à vontade para falar sobre “paus rodados”, expressão típica, bem cuiabana e goiana, que apenas apelida aqueles que para cá migram com a única finalidade de tirar proveitos pessoais, imaginando que onças e macacos perambulam pelas nossas ruas e que todo mundo por aqui é cego.

E, digo o porquê.

Sou cuiabano, nascido na “rua do cemitério”, Batista das Neves, exatamente onde hoje está funcionando a Câmara Municipal de Cuiabá. Porém, minhas origens são dos quatros cantos do mundo, sendo a mais próxima a de meu pai que nasceu em Moscou, a Rússia de tantos sofrimentos.

Seria, portanto, uma enorme incoerência detratar minhas próprias origens, contra irmãos do mundo inteiro que aqui chegam carregados de sonhos e de boa vontade. Meus parentes paulistas, mineiros, gaúchos de tantas saudades, aqueles poloneses ilustraram a minha infância...

O mundo é testemunha sobre como os irmãos goianos definem, apelidam, os forasteiros...

Exatamente como nós! Os goianos também apelidam de paus rodados os migrantes ou forasteiros que naquela cidade tão gostosa procuram fixar residência. Os paulistas definem os nordestinos ou “baianadas” de modo também gozador. Ou como os cariocas definem os paulistas, “burros de carga”, ou mesmo os gaúchos que

definem num linguajar próprio e gostoso os migrantes... Ou será que os cearenses, os nordestinos tão queridos e que sempre nos tratam tão bem, nunca apelidam também os forasteiros?!...De “cabra-da-pestes” à “jirimum-de-terno”. Eu, uma “cabra” ou “jirimum”? É brejeirice, gente. Nunca xingamento. Todos os Estados, principalmente do Brasil, têm essa mania! E a maioria entende isso.

E o mundo não acaba por isso!

Cuiabá apelida, sim, de paus-rodados alguns forasteiros, mas, sempre, com aquela brejeirice de gente que abraça e que protege, como o fazem os paulistas, os nordestinos, os gaúchos e os índios que nos chamam de “cara-pálidas”...

Registro que tais brejeirices também são uma homenagem a tantos irmãos que tanto se preocuparam – e se preocupam – com possíveis xenofobismos ou uma conspiração para “guerra santa” entre Estados irmãos que não os há em lugar algum dos registros aqui efetuados.

Está no dicionário do Aurélio a palavra pau-rodado! Só que acho incompleto. Apenas afirma ser uma palavra utilizada por mato grosso e por Goiás aos forasteiros que tentam fixar residência nesses/nestes Estados.

Eu iria além. Afirmaria que o imortal Arcebispo de nossa História mais poderosa, Dom Francisco de Aquino Corrêa, da Academia Mato-grossense de Letras e da Academia Brasileira de Letras, ex-Presidente mais jovem de nosso Estado, com 33 anos de idade, já fazia artigos satíricos, porém, nunca pejorativos, sobre “Paus-Rodados”, com sete gigantescas estrofes, datado de 1935, publicado na página 156, Obras, Volume I, Poética, Tomo II. Terra natal, das

“Obras Completas de Dom Aquino Corrêa”, impressas pela Academia Mato-grossense de Letras, em 1985.

Nunca fora execrado por exercitar sua veia satírica e a cultura salutar de sua terra natal Cuiabá. Neste mesmo diapasão, também sem provocar um arrepio entre Estados irmãos, e obedecendo aos critérios dos usos e costumes locais, exatamente como Goiás, que utiliza o mesmo termo, como de resto, como registrei acima, todas as regiões assim também o fazem com sutilezas diferenciadas, através dos nativos, seus costumes e suas culturas locais, repito, em 1911, Frederico Augusto Prado de Oliveira também escrevia, desta vez como protesto político, já naquela época, vejam só, com o pseudônimo de “Zé Capilé”, os seguintes versos sob o título de “Paus-Rodados”.

“uma coisa mi bole n’ispinha/ I mi dá tremo na pacuera:/ É num vê meus patrício, nenhum;/ Qui mereça justiça – divéra*/ Só se vê canaia de bátxo,/ Pau rodado qui aqui incaio,/ Impiriquitada im redó du governo/ A txpá todo nosso suo”.

(Revento e Reciclando a Cultura Cuiabana, 1ª edição, ano 2000 – Moisés M. Martins Júnior).

A prática discursiva do texto intitulado *Paus-Rodados* extraído de *Revento e Reciclando a Cultura Cuiabana* (2000), reforça e reafirma os sentidos de *paus-rodados* para explicar como as imagens se constituem no próprio processo discursivo.

São citados textos de 1911 de Frederico Augusto Prado de Oliveira, conhecido em Cuiabá como “Zé Capilé”:

(...) em 1911, Frederico Augusto Prado de Oliveira também escrevia, desta vez como protesto político, já naquela época, vejam só, com o pseudônimo de “Zé Capilé”, os seguintes versos sob o título de “Paus-Rodados”.

“uma coisa mi bole n’ispinha/ I mi dá tremo na pacuera:/ É num vê meus patrício, nenhum;/ Qui mereça justiça – divéra*/ Só se vê canaia de bátxo,/ Pau rodado qui aqui incaio,/ Impiriquitada im redó du governo/ A txpá todo nosso suo”.

(Revendo e Reciclando a Cultura Cuiabana, 1ª edição, ano 2000 – Moisés M. Martins Júnior).

Também a formulação “Pau rodado” encontrada nas alusões trazidas da voz do “Imortal Arcebispo de nossa história mais poderosa, Dom Francisco de Aquino Corrêa”, produz uma imagem do migrante, como vemos em “Pau rodado qui aqui incaio,/ Impiriquitada im redó du governo/ A txpá todo nosso suo”. Estabelece os sentidos de “incaio”, ao invés mora, habita reside e vive; os sentidos de “impiriquitada” ao invés de ocupa cargos de gestão; e afirma “a txpá” na direção do sentido de sugar o suor, demonstrando sua inconformidade de ter que trabalhar para um “pau rodado”.

O Arcebispo funda e é membro da Academia da Academia Mato-grossense de Letras e membro da Academia Brasileira de Letras, ex-presidente mais jovem do Estado, com 33 anos de idade, *já fazia artigos satíricos, porém, nunca pejorativos*, conforme encontramos enfatizado sobre os sentidos de *Paus-Rodados*, nos idos de 1918 até 1940.

Vejamos,

Eu iria além. Afirmaria que o imortal Arcebispo de nossa História mais poderosa, Dom Francisco de Aquino Corrêa, da Academia Mato-grossense

de Letras e da Academia Brasileira de Letras, Ex-Presidente mais jovem de nosso Estado, com 33 anos de idade, já fazia artigos satíricos, porém, nunca pejorativos, sobre “Paus-Rodados”, com sete gigantescas estrofes, datado de 1935, publicado na página 156, Obras, Volume I, Poética, Tomo II. Terra natal, das “Obras Completas de Dom Aquino Corrêa”, impressas pela Academia Mato-grossense de Letras, em 1985.

Importa ressaltar o lugar social de onde fala o Arcebispo e ex-governador do Estado: dirigente maior, e que teve sua obra publicada no ano de 1985, em meio ao processo migratório do Estado de Mato Grosso que se iniciou em 1970.

Ao tentar opor os sentidos de satírico e pejorativo em, *já fazia artigos satíricos, porém, nunca pejorativos*, vejo dificuldade em sustentar as diferenças entre ser *picante, mordaz e sarcástico*, próximos do sentido de satírico; e uma significação *torpe, obscena ou desagradável*, próximos do sentido de pejorativo. As duas formulações seguem na direção da distinção do diferente, do sarcasmo, do desagradável. Não se sustenta, portanto, a oposição das formulações satírico e pejorativo afirmadas pelo autor em *satíricos, porém, nunca pejorativos*.

Tanto satíricos como pejorativos, no texto em questão, são utilizados para marcar diferenças, acentuar conflitos e contendas, como podemos observar no recorte do texto de Paulo Zaviasky abaixo:

“uma coisa mi bole n’ispinha/ I mi dá tremo na pacuera:/ É num vê meus patrício, nenhum;/ Qui mereça justiça – divéra*/ Só se vê canaia de bátxo,/ Pau rodado qui aqui incaio,/ Impiriquitada im redó du governo/ A txpá todo nosso suo”.

(Revendo e Reciclando a Cultura Cuiabana, 1ª edição, ano 2000 – Moisés M. Martins Júnior).

O texto se inicia trazendo a afirmação de que os cuiabanos se sentem à vontade para falar sobre os paus-rodados e justifica: “e, digo o porquê. Sou cuiabano, nascido na “rua do cemitério”, Batista das Neves, exatamente onde hoje está funcionando a Câmara Municipal de Cuiabá”.

Assim, os nativos, que nasceram na terra, podem utilizar a expressão com naturalidade. E, ao afirmar seu direito como nascido cuiabano; formula, sustentado pelo funcionamento das posições imaginárias, o conceito de paus-rodados como: “expressão típica, bem cuiabana e goiana, que apenas apelida aqueles que para cá migram com a única finalidade de tirar proveitos pessoais, imaginando que onças e macacos perambulam pelas nossas ruas e que todo mundo por aqui é cego”.

A expressão “apenas apelida”, vem carregada de sentidos, em que “apenas” ameniza os sentidos de “apelida”, caminhando discursivamente no sentido de “apelidar como algo carinhoso”. Esse efeito não se mantém devido a maneira de conclusão da formulação “aqueles que para cá migram com a única finalidade de tirar proveitos pessoais”.

Aponta como *enorme incoerência* detratar suas próprias origens contra irmãos do mundo todo que aqui chegam carregados de sonhos e de boa vontade; mas a incoerência expressa no texto é a sua contradição na definição de migrantes. Retornemos ao primeiro parágrafo:

(...) expressão típica, bem cuiabana e goiana, que apenas apelida aqueles que para cá migram com a única finalidade de tirar proveitos pessoais, imaginando que onças e macacos perambulam pelas nossas ruas e que todo mundo por aqui é cego.

E, no quarto parágrafo:

Seria, portanto, uma enorme incoerência detratar minhas próprias origens, contra irmãos do mundo inteiro que aqui chegam carregados de sonhos e de boa vontade. Meus parentes paulistas, mineiros, gaúchos de tantas saudades, aqueles poloneses ilustraram a minha infância.

A formulação do texto produz, enquanto sentido, a tentativa de amenizar a formulação, se reportando aos goianos, paulistas, cariocas, gaúchos, nordestinos quando afirma que “É brejeirice, gente. Nunca xingamento. Todos os Estados, principalmente do Brasil, têm essa mania! E a maioria entende isso. E o mundo não acaba por isso”! Em, “a maioria entende isso”, se ancora no senso comum “a maioria entende” e, também, “todos os Estados do Brasil” reforça a inserção das partes em um todo, e em “e o mundo não acaba por isso” procura amenizar os efeitos dos argumentos lançados anteriormente, como se isso fosse possível, a partir do momento que se considera que os sentidos sempre podem ser outros, dependendo das relações de força e poder sustentadas pelas formações imaginárias.

O quarto parágrafo do texto se encontra marcado por ressalvas, “(...) enorme incoerência detratar minhas próprias origens, (...) irmãos do mundo inteiro, (...) carregados de sonhos e boa vontade, (...) meus parentes paulistas, mineiros, gaúchos de tantas saudades, (...) ilustraram minha infância”.

Também marcado por modalizações, o parágrafo vem iniciado com o verbo ‘ser’ no futuro do pretérito – seria – tempo verbal que indica incerteza em relação a uma causa – relação causal -, seguido da conjunção *portanto*, e da causa “uma enorme incoerência detratar minhas próprias origens”.

Vejamos,

Seria, portanto, uma enorme incoerência detratar minhas próprias origens.

Encontro uma relação marcada por um conhecimento ou julgamento que passa pela avaliação do autor e se marca pela *incerteza* no efeito temporal de *seria*.

Observo, ainda, uma redução nos sentidos de paus-rodados/ migrantes e forasteiros; que se limitam a somente um – aquele que é de fora -.

E, um deslize de sentidos nas formulações a respeito – daquele que é de fora – em: expressão típica, apelido, brejeirice, homenagem, sátira, cultura salutar; que parecem tentar amenizar os efeitos de paus rodados.

Mas, é na formulação:

Registro que tais brejeirices também são uma homenagem a tantos irmãos que tanto se preocuparam – e se preocupam – com possíveis xenofobismos ou uma conspiração para “guerra santa” entre Estados irmãos que não os há em lugar algum dos registros aqui efetuados.

que a temporalidade se mostra, marcada como um passado que ainda se faz presente em “tais brejeirices também são uma homenagem a tantos irmãos que tanto se preocuparam – e se preocupam – com possíveis xenofobismos ou uma conspiração para “guerra santa” entre Estados”.

A formulação “a tantos irmãos que tanto se preocuparam – e se preocupam”, nos diz que existiram pessoas e ainda existem que se preocupam com a possibilidade desta prática discursiva de hostilidade gerar conflitos.

A formulação “xenofobismo” – aversão ao que é estrangeiro - e “guerra santa entre Estados”, são utilizadas na referência entre Estados irmãos, silenciando a possibilidade de guerra/discórdia entre irmãos no mesmo Estado – Mato Grosso, dos nascidos e dos migrantes.

E, em seguida, o recorte com a formulação mais deslocada que encontro nesse texto: “não os há em lugar algum dos registros aqui efetuados. Momento em que se reporta a tantos irmãos que tanto se preocuparam – e se preocupam – com possíveis xenofobismos” e finaliza dizendo que nunca faria tais registros que poderiam levar a gestos de interpretação de conflitos, sendo que estes registros são afirmados e defendidos em todo o percurso da prática discursiva do texto, sendo que a conclusão insiste que “não os há”!

Observo, como regularidade enunciativa entre os dois textos analisados a formulação “paus rodados”, marcada pelo sentido daquele que é de fora, do pejorativo, do que é diferente, do outro. Também nos dois textos esses sentidos são amenizados em práticas discursivas como “apenas apelida, é brejeirice gente, nunca xingamento, somos todos mato-grossenses”.

Outra regularidade enunciativa é a permissão para diferenciar aquele que é de fora, pau rodado, como em:

Afirmaria que o imortal Arcebispo de nossa História mais poderosa, Dom Francisco de Aquino Corrêa, da Academia Mato-grossense de Letras e da Academia Brasileira de Letras, ex-Presidente mais jovem de nosso Estado, com 33 anos de idade (...) nunca fora execrado por exercitar sua veia satírica e a cultura salutar de sua terra natal Cuiabá (...) obedecendo aos critérios dos usos e costumes locais.

(...) os demais vieram de fora, do interior do Estado, na sua maioria são filhos de antigos paus rodados. Aliás, essa era uma forma (...) como eram tratados frequentemente todos os que chegavam a Cuiabá.

Nos dois textos, há um pequeno movimento de aceitação do que é diferente, como em “são cuiabanos da nova geração, carinhosamente chamados de paus fincados”, e, no segundo texto, “contra irmãos do mundo inteiro que aqui chegam”.

Mas, as duas conclusões fecham a questão do não reconhecimento de identificação:

Do ponto de vista dos “paus nascidos”, dos “paus rodados” e dos “paus fincados”, somos todos mato-grossenses culturais e aculturados sob o mesmo teto.

“uma coisa mi bole n’ispinha/ I mi dá tremo na pacuera:/ É num vê meus patrício, nenhum;/ Qui mereça justiça – divéra/*/ Só se vê canaia de bátxo,/ Pau rodado qui aqui incaio,/ Impiriquitada im redó du governo/ A txpá todo nosso suo”.

A reflexão acima nos mostra que o Brasil é um país, como tantos outros, de constituição heterogênea, e, apesar de sua vasta extensão territorial; o ponto de união se ancora na Língua. Nomeada como Língua Portuguesa, funda uma união necessária do povo desse país. Mas, esse laço que nos envolve não é atado sempre da mesma maneira. Falamos a mesma Língua, mas em condições de produção diferentes, o que nos posiciona em diferentes formações discursivas, com formas de dizer e escutar.

Para que se entenda essas formas diferentes de dizer e de escutar, os pressupostos teóricos da Análise de Discurso nos mostram que sujeito e sentido se constituem mutuamente e esse processo é histórico. Nos textos analisados, temos a contradição constitutiva dos processos de significação do sujeito, por mais que se imagine a ilusão da unidade, do mesmo e da literalidade dos sentidos. A Análise de Discurso, tal como Michel Pêcheux a propõe, trabalha com essa margem de contradição constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, do equívoco que se instaura e faz falhar a vontade de unidade e transparência do sujeito.

Para Pêcheux (1975, p.119), sentido e sujeito não são dados *a priori*, mas são constituídos no discurso, descartando-se uma concepção idealista da noção de subjetividade que aparece “como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação”. Pêcheux contrapõe a toda uma filosofia idealista da linguagem atravessada pela “evidência da existência do sujeito (como origem ou causa de si)” e pela “evidência do sentido”, a

questão de uma constituição do sentido e do sujeito a se processar simultaneamente através da figura da interpretação ideológica.

Segundo Pêcheux, “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (1975, p.144).

O autor continua sua reflexão explicitando essa idéia quando afirma que “as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência a estas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem”.

Esse conjunto de reflexões carrega em seu bojo os conceitos de formação ideológica (FI) e de formação discursiva (FD).

Para Pêcheux (1975), a região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada. Assim, é uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia: “o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como ‘determinado em última instância’ pela instância econômica na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica”.

Essa concepção da instância ideológica é que vai permitir a Pêcheux chegar à representação do “exterior da língua” é pensada em relação ao trabalho de Althusser sobre as ideologias.

Ao discorrer sobre o assunto, reflete que na obra *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado* (1970), Althusser, fazendo uma releitura de Marx, propõe investigar o que determina as condições de reprodução social. Parte do pressuposto de que as ideologias têm

existência material, ou seja, devem ser estudadas não como idéias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência, rompendo com a pretensão idealista da ciência de dominar o objeto de estudo controlando-o a partir de um procedimento administrativo aplicável a um universo, como se a sua existência se desse no nível das idéias.

Para o materialismo, “o objeto real (tanto no domínio das ciências da natureza como no da história) existe independentemente da produção ou não produção do objeto do conhecimento que lhe corresponde”¹⁵.

Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da “interpelação ou assujeitamento do indivíduo como sujeito ideológico”. Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é o senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar em uma determinada formação social. Em um determinado momento histórico, as relações podem se caracterizar pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação.

Essa organização de posição política é que constitui as formações ideológicas (FI) que Haroche et alii (1971:102), assim definem:

Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta dos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais’ nem ‘universais’ mas se

¹⁵ Pêcheux, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988, p. 74.

relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologias, pode-se afirmar que o discursivo é ideológico. Em outras palavras, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa afirmar que os discursos são constituídos por formações ideológicas.

Para Pêcheux (1975), são as formações discursivas (FDs) que, em uma formação ideológica (FI) específica determinam “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Essa interpelação-assujeitamento do indivíduo ao seu discurso possibilita o fato de que sujeitos falantes, tomados em uma conjuntura histórica determinada, possam concordar ou se afrontar sobre o sentido a dar às palavras.

Concebida por Foucault (1969), ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber e, depois, elaborada por Pêcheux, a noção de formação discursiva (FD) ocupa na Análise de discurso (AD) um lugar central da articulação entre língua e discurso. E envolve dois tipos de funcionamentos.

O primeiro é a paráfrase. Uma formação discursiva (FD) é constituída por um sistema de paráfrases, isto é, um espaço em que enunciados são retomados e reformulados em um esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1994) contrapõe a noção de polissemia (1976) que rompe essas fronteiras “entrecruzando” os limites entre diferentes formações discursivas (FDs), instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos.

O segundo funcionamento é a noção de pré-construído. Segundo Pêcheux (1975), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. Introduzido por Paul Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção

anterior e exterior, independente, por oposição ao que é construído pelo enunciado. É o que irrompe como se já estivesse já-aí.

Para Courtine (1981), “o pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em um situação dada. Isso equivale a dizer o que se constitui em uma formação discursiva (FD) como ‘o que cada um conhece, pode ver ou compreender’”, e que determina também “o que pode ser dito”.

A noção de formação discursiva constrói, dessa forma, a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito do seu discurso. É a formação discursiva (FD) que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados em uma determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”.

Assim, os sujeitos, com suas diferentes formas de dizer e escutar, constituem diferentes formações discursivas (FDs) para mato-grossenses nascidos em Mato-Grosso e migrantes, na relação da língua com a história em que pesam também o momento em que essas discursividades se constituem, a forma e conteúdo que assumem e as relações que têm entre si.

2.3 - PROCESSO MIGRATÓRIO

Na organização do fio discursivo de sentidos para a elaboração desse trabalho, penso que a escolha do texto¹⁶ *PAUS RODADOS, PAUS FINCADOS E PAUS NASCIDOS* de Onofre Ribeiro, e, do segundo texto *PAUS-RODADOS* de Paulo Zaviasky; me permite

¹⁶ *PAUS RODADOS, PAUS FINCADOS E PAUS NASCIDOS - O fato é que cada vez mais não se têm como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso* de Onofre Ribeiro, articulista de RDM e Jornal Diário de Cuiabá. In: Revista RDM de 22 de outubro de 2006, nº 155, ano VIII; e, o segundo texto *PAUS-RODADOS* de Paulo Zaviasky, extraído do Diário de Cuiabá, edição nº. 10904 de 30/04/2004.

olhar para o processo histórico de seleção dos acontecimentos e considerar que o processo migratório que tem início na década de 70 no Estado de Mato Grosso, instaura novos processos discursivos, tanto para os habitantes do Estado como para a leva de migrantes que para esse Estado foi deslocada.

A posição do migrante é problematizada pelos que se consideram mato-grossenses “nascidos na terra”, na medida em que muitos são os pontos de uma “não identificação” com os norte mato-grossenses migrantes. Encontro exemplos dessa problematização na prática discursiva divisionista instaurada no contexto estadual.

O sujeito migrante presta homenagem, inserido nessa prática discursiva divisionista, à sua filiação, ao seu semelhante e à sua tradição como, por exemplo, o hábito de tomar chimarrão em terras acaloradas norte mato-grossenses.

Ainda recortando sentidos que afloram no texto *Paus-Rodados, paus-fincados, e paus-nascidos*:

O paralelo que cabe é lembrar que nas décadas de 70 e 80, os seus pais aspiravam ganhar muito dinheiro em Mato Grosso e depois retornar para os seus estados de origem. Tanto que as férias de fim de ano eram passadas ano após ano lá na origem. E havia até um certo preconceito em passá-las aqui. Até porque era preciso mostrar lá o sucesso econômico alcançado por eles. Isso durou anos e anos.

Porém, os jovens cresceram aqui, agruparam-se, casaram, fizeram carreira em Mato Grosso. E lá, os avós morreram, os tios, os amigos mudaram-se ou também morreram. E a origem das pessoas foi se distanciando numa lembrança longe da realidade atual.

Passados trinta anos, o Brasil é um país de dimensões continentais com regiões ainda em processo de colonização. Estes novos espaços sofrem uma reorganização social, cultural e política que inclui todo um contingente populacional mato-grossense em um

redimensionamento que desencadeia uma *marcha* discursiva que se desloca em direção ao centro-oeste e norte do País.

Neste contexto, importa compreender, um pouco mais, as relações que se estabelecem entre língua, sujeito e história no contexto estadual, ou ainda, os efeitos da história, da ideologia, do político nas práticas lingüísticas postas pelo processo migratório. Para compreender essas relações, tomo a linguagem como lugar de conflito. Sendo a linguagem “a mediação necessária entre o homem e a sua realidade” (Orlandi, 1999^a) e uma forma de engajá-lo na sua própria realidade, esse confronto ideológico não pode ser estudado fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem – as realidades – são histórico-sociais.

Portanto, o que mobiliza esse retorno, ou essa constante referência ao passado é o presente. Um tempo presente em que, pela análise discursiva de determinadas formulações ou pela circulação constante de tantas outras, apresenta o funcionamento de um imaginário e de posições de sujeito contraditórias no cotidiano das práticas discursivas mato-grossenses.

Observo que não se trata apenas do estranhamento com o diferente, com o novo, com o movimento instaurado pelo processo migratório, mas da necessidade de reatualização de sentidos pelo funcionamento de um discurso marcado por entraves histórico/econômicos e sócio/culturais.

Essa reatualização de sentidos marcados pela história, pela disputa de força e poder nas relações sócio-econômicas e culturais se afunila em uma prática discursiva divisionista em que são postos os migrantes em um processo de identificação que circula na mídia.

Para Duarte¹⁷ (1988, p. 261-265), o antigo Estado de Mato Grosso apresentava, até a década de setenta, uma evolução econômica centrada em sua parte sul, atual Mato Grosso

¹⁷ DUARTE, Ana S. (2003) Divisão Territorial em Estados Brasileiros: Benefícios e Perdas para o Estado de Origem e Perspectivas para os Novos Estados. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília – DF.

do Sul. Com a divisão do Estado, Mato Grosso passou a fazer parte da chamada Amazônia Legal, recebendo incentivos fiscais para financiar seu desenvolvimento. O potencial de Mato Grosso, na perspectiva nacional, foi alterado pelas mudanças político-administrativas do país e também devido ao surgimento de fatores culturais, especialmente os relacionados à agricultura brasileira.

Desta forma, o Estado passou a conhecer um processo acelerado de desenvolvimento, inserido no papel a ele destinado de fornecedor de alimentos e matéria-prima para os grandes centros do país, como afirma o IPEA (1985)¹⁸: a característica básica do impulso de crescimento do Estado de Mato Grosso foi a expansão da produção agropecuária integrada à economia nacional via exportação da produção.

A exploração de grandes reservas de terras públicas, que até então se encontravam intocadas pelo Estado, agilizou a evolução do sistema produtivo e a organização do Estado foi, sobremaneira, afetada.

A região considerada como faixa de transição entre o cerrado e a floresta amazônica¹⁹ no norte de Mato Grosso sofreu profundas transformações - histórico/econômicas e sócio/culturais - a partir dos primeiros anos da década de 1970, ocasionadas pela implantação de projetos de colonização que atraíram migrantes das áreas de pressão social do sul do país. Os produtores que adquiriram terras na região norte do Estado procediam dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, principalmente, do Paraná. O Projeto, valorizado pela interveniência do Estado, dotou a área de infra-estrutura como a Br - 163 (inicialmente asfaltada até o município de Sinop - 1984); grande artéria de articulação entre as áreas produtoras do norte-matogrossense e a capital, Cuiabá, ponto de intermediação e passagem da produção agrícola e madeireira.

¹⁸ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

¹⁹ EMBRAPA - Empresa brasileira de pesquisa agropecuária. In: Manual de diretrizes ambientais para investidores e analistas de projetos na Amazônia - SUDAM - Cobertura vegetal da Amazônia brasileira, 1994, p. 08.

E, finaliza, afirmando que,

(...) uma sociedade nova, com padrões não tradicionais de Mato Grosso, começou a ser formada no norte do Estado. São interesses de uma comunidade que se transportou para a região, contribuiu para sua formação econômica e espacial, mas mantém laços com suas origens no Sul. Estes laços são culturais, econômicos e políticos. Uma análise desses elementos leva à conclusão que se está formando um novo regionalismo no norte de Mato Grosso que não está relacionado às tradições mato-grossenses, muito menos cuiabanas. Esses interesses já surgem a nível do discurso político – com tendências separatistas, visando uma nova divisão político-administrativa de Mato Grosso que cria o Estado do Mato Grosso do Norte, com capital nas cidades de Sinop ou Alta Floresta. São produtores, colonos ou empresários à procura de um novo espaço político, em terras estranhas. (Duarte, 1988, p. 256 e 259).

No recorte acima, vejo a questão da busca pelo pertencimento/ser do lugar, em “à procura de um novo espaço político, em terras estranhas”, em que migrantes, em uma relação de paráfrase com “uma sociedade nova”, estão inseridos em processos de identificação, como apresentado em “(...) com padrões não tradicionais de Mato Grosso, começou a ser formada no norte do Estado”, e “contribuiu para sua formação econômica e espacial”, mas, esses migrantes estão inseridos em uma memória, nas relações de passado, em “mantém laços com suas origens no Sul”.

Na formulação discursiva “um novo espaço político”, pontuo político não como a disputa política por cargos, mas nas relações de força e poder que movem um imaginário e compõem o conjunto de relações que constituem o sujeito. Partindo dessa colocação, na relação ‘novo espaço’ e ‘político’, encontro fortemente marcada a questão cultural – como as raízes que constituem e sustentam o ser-sujeito – nas práticas discursivas “uma

sociedade nova, com padrões não tradicionais, formação econômica e espacial, mantém laços com suas origens no Sul, estes laços são culturais, está se formando um novo regionalismo no norte, não relacionado às tradições mato-grossenses, muito menos cuiabanas, à procura de um novo espaço político em terras estranhas”.

Observo que os efeitos da história, da ideologia, e do político nas práticas lingüísticas postas pela *Declaração da Amazônia* e pelo processo migratório, estão também postos discursivamente fora dos limites geográficos do Estado de Mato Grosso. Veremos, a seguir, que esses sentidos se movimentam, na prática discursiva nacional, em um relatório de Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília – DF.

2.4 - DIVIDIR/CRIAR

Ao retomar a prática discursiva dos Projetos de Decreto Legislativo – PDLs – que convocam/dispõem sobre a divisão/criação de um novo Estado, observa-se que a formulação *criação do Estado*, e não *divisão do Estado*, é utilizada nas formulações dos Decretos Legislativos elaborados no Congresso Nacional.

Vejamos os PDLs que dizem respeito à proposta de divisão/criação do Estado de Mato Grosso:

- 16) PDL n° 606, de 2000, do Sr. Rogério Silva e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte”;
- 2) PDL n° 850, de 2001, do Senado Federal (PDS n° 18/99), que “convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia”;
- 08) PDL n° 49, de 2003, do Sr. Wellington Fagundes, que “dispõe sobre a realização de Plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e do Mato Grosso do Norte”;

Nos recortes acima, observo que o escopo, a direção, os efeitos de sentido estão voltados para a unidade federativa a ser criada, embora estes mesmos efeitos sejam percebidos e, até com maior intensidade, pela unidade federativa que se sente dividida.

Vejamos nos recortes, as seguintes formulações:

- (...) dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte;
- (...) convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia
- (...) dispõe sobre a realização de Plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e do Mato Grosso do Norte.

E, agora, vamos comparar com a formulação de um representante da classe política e autor do parecer substitutivo que solicita plebiscito para criação do Estado do Mato Grosso do Norte e Território do Araguaia.

Ora, apesar de o projeto do senado colocar em discussão a divisão de Mato Grosso, seu principal objetivo é o de autorizar a realização do plebiscito por meio do qual a população, e estamos aqui falando dos mais de um milhão e meio de eleitores mato-grossenses, opinará sobre a criação do Estado proposto.

(Ricarte de Freitas, deputado estadual PSDB/MT, é relator do PDC 850/01 que propõe o plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia).

Na formulação acima, os verbos *dividir* e *criar*, aparentemente, estão sendo utilizados em uma relação de paráfrase: *a divisão de Mato Grosso*, e, *a criação do Estado*.

Digo, aparentemente, porque o objeto que complementa os verbos *dividir e criar* não são os mesmos. Em divisão de Mato Grosso, o verbo dividir se refere à unidade federativa empírica e que vai sofrer o processo de divisão. Nas referências do verbo criar, se apresenta, sempre, a unidade federativa a ser criada (ainda com nome indefinido), mas sempre como algo a ser proposto, ainda não existente.

Em nosso dia-a-dia, dividir e criar são verbos utilizados em contextos bem específicos e com funcionamentos bem distintos e dificilmente seriam pensados em uma relação de paráfrase ou serem usados indistintamente.

Vejamos essas formulações contextualizadas nos dicionários:

Criar. [. Do lat. Creare.]. V. t. d. **1.** Dar existência a; tirar do nada: Deus criou o mundo em seis dias. **2.** Dar origem a; gerar, formar: A insolubilidade cria germes. **3.** Dar princípio a; produzir, inventar, imaginar, suscitar: criar uma filosofia, uma religião; Smetana, todos sabem, criou a música nacional dos tchecos. **4.** Estabelecer, fundar, instituir: Criou escolas em suas terras. **5.** Alimentar, sustentar: A mãe não tinha leite para criar o filho. **6.** Instruir, educar: Cria os filhos na religião católica. **7.** Promover a procriação de: cria gado de raça. **8.** Entregar-se à cultura de, cultivar: Criar rosas. **9.** Adquirir, granjear: Boa-praça, cria facilmente simpatias e afetos; No presídio, o bandido criara fama de boa pessoa, de trabalhador. (José Lins do Rego, Usinas, p. 5). **10.** Adquirir, cobrar, Apesar de enfraquecido, criou forças para enfrentar a situação. **11.** Vir a ter; adquirir: criar raízes; criar cabelos brancos. **12.** Originar, causar: Criou prejuízos para a família. **13.** Deixar-se possuir, cobrar: Criou amor ao filho adotivo. **14.** Tornar, fazer, instituir. **15.** Encher-se de pus (uma ferida). **16.** Nascer, originar-se: O arroz criava-se com abundância naquele vale. **17.** Formar-se, crescer, desenvolver-se; educar-se: Machado de Assis criou-se no morro do Livramento.
(Dicionário Aurélio, p. 400.).

E nos sentidos de dividir,

DIVIDIR. [Do latim dividere.] V. t. d. **1.** Partir ou distinguir em diversas partes; separar as diversas parte de; desunir: Os cientistas dividiram o átomo. **2.** Estabelecer desavença entre; pôr em discórdia; desavir; indispor: A notícia dividiu os legisladores. **3.** Limitar, demarcar, estremar: A Cordilheira dos Andes divide vários países. **4.** Cortar, sulcar: O barco dividia as águas tranqüilas da lagoa. **5.** Separar, apartar,: Um tabique de madeira divide os dois cômodos. T, d. e i. **6.** Separar, apartar: O Arroio Chuí divide o Brasil do Uruguai. **7.** Distribuir, repartir: A cooperativa dividiu os lucros pelos associados. **8.** Classificar: Lineu dividiu os animais em seis classes. **9.** Fazer com (um número) a operação da divisão: Dividir oito por dois. Int. **10.** Efetuar operação de divisão: O pequeno já sabe dividir. **11.** Dispersar esforços, em detrimento de um interesse comum: A hora é de somar, e não de dividir. P. **12.** Separar-se em diversas partes; desunir-se. **13.** Divergir, discordar, dissentir, discrepar.
(Dicionário Aurélio, p. 486).

Portanto, as formulações *dividir/criar* que em um primeiro olhar, aparentemente, se apresentam como sendo usadas indistintamente no corpus desse trabalho, em uma relação de intercambiabilidade, após uma análise dos recortes se apresentam como práticas discursivas diferenciadas e diferentes posições-sujeito.

Vejamos recortes da prática discursiva favorável à criação de um novo Estado,

Câmara dos deputados aprova substitutivo criando Estado do Mato Grosso do Norte englobando de Nova Mutum até Guarantã.

(Jornal Virtual Só Notícias, 07/08/2002)

Cerca de 1,5 mil pessoas participaram na sexta-feira (09) em Sinop, do encontro que discutiu a criação do Estado do Araguaia.

(Jornal Regional, 11 de fevereiro de 2001)

Deputado vai debater com acadêmicos projeto criando o Estado do Araguaia, unindo regiões Norte e Araguaia.

(Jornal Capital, março de 2001)

O que ficou foi o exemplo de como se cria um Estado. Não se divide povos, nem cultura, criam-se oportunidades. Para que isso ocorra no futuro sem traumas é fundamental discutirmos o assunto, afinal, quem decide é o povo.

(Jornal Virtual Só Notícias, outubro de 2003)

Na prática discursiva dos mato-grossenses da região norte do Estado de Mato Grosso, a formulação, o verbo “criar” recobre os sentidos da questão da divisão estadual, como visto em “criando Estado do Mato Grosso do Norte englobando de Nova Mutum até Guarantã” e “a criação do Estado do Araguaia”. Não importa como nem qual unidade federada será criada – Mato Grosso ou Araguaia – importa sim, que será criada.

Em “Deputado vai debater com acadêmicos projeto criando o Estado do Araguaia, unindo regiões Norte e Araguaia”, encontro uma relação de paráfrase entre *criando* e *unindo*. Assim, é necessário, para os habitantes da região norte, criar um novo estado para que haja união. Nessa linha de sentidos, “cria um Estado (...) criam-se oportunidades”.

Ainda, na prática discursiva favorável ao processo divisionista, a posição sujeito autor da proposta é imaginariamente construída.

Observemos o recorte,

Encontro busca saídas para criação de novo Estado (...) Assim como todos os deputados que participaram dos debates, o deputado estadual José riva – PSDB, também defendeu a proposta de criação de um novo Estado (...) temos que ser coerentes e responsáveis ao criar um novo Estado.
(Folha da Amazônia, fevereiro de 2001).

É preciso ser, no entender dos que ocupam a posição-político, como responsáveis “coerente e responsável” na busca de propostas para a criação do Estado.

Nas seqüências seguintes apresento recortes da prática discursiva dos que se posicionam contrários à divisão estadual,

A proposta de divisão é inviável a curto e médio prazos e politicamente inconsistente. Esta foi a tese dominante entre os debatedores do Seminário “Divisão ou Integração – uma visão estratégica para Mato grosso, realizado no dia 18 de setembro de 1995.

(Jornal Diário de Cuiabá, 2002)

Blairo Maggi foi um dos primeiros a se manifestar contra uma nova divisão de Mato Grosso.

(Jornal Folha do Estado, 28 de abril de 2003).

A formulação “dividir” é sempre marcada na prática discursiva contrária à divisão estadual. São efeitos de sentido distintos quando compreendo que os sentidos formulados no verbo *criar* são encontrados somente na prática discursiva da posição sujeito favorável ao processo divisionista e os sentidos do verbo *dividir* estão fortemente marcados na prática discursiva da posição sujeito contrária ao processo divisionista.

Quando, no discurso jornalístico da capital Cuiabá, encontro a formulação “criação”, esta vem marcada, logo em seguida, pela sua autoria, como sendo *um outro*.

Observemos,

Com a presença do senador Mozarildo Cavalcante (PFL – RR), defensores da criação do Estado do Araguaia, a ser desmembrado de Mato Grosso, lançam hoje à noite em Cuiabá, uma campanha que visa acelerar o processo (...) Cavalcante é autor da polêmica proposta. O governador Dante de Oliveira, no entanto, lidera um movimento contrário à proposta.

(Jornal A Gazeta, sexta-feira, 15 de março de 2002)

Assim, os jornais da capital usam a formulação “criação do Estado do Araguaia” quando se referem ao autor da proposta do PDL (projeto de Decreto Legislativo), mas marcam a paráfrase “criar = desmembrar” em “defensores da criação do Estado do Araguaia, a ser desmembrado de Mato Grosso”, para marcar distintas posições sujeito em “Cavalcante é autor da polêmica proposta. O governador Dante de Oliveira, no entanto, lidera um movimento contrário à proposta”.

A formulação *dividir* é encontrada em alguns recortes pertencentes à prática discursiva da posição sujeito favorável ao processo divisionista, mas os efeitos de sentido de dividir, nesse caso, não são os mesmos dos sentidos produzidos pela posição-sujeito contrária ao processo de divisão estadual. Conjugam a mesma formulação, mas apontam para o diferente.

Vejamos,

É dentro desse posicionamento que faz sentido a proposta de um redimensionamento político e de divisão territorial de um País. Se analisarmos a proporção de municípios novos criados em nosso país com a justificativa de desenvolvimento, quer seja humano, político ou econômico,

verificamos que em relação à criação de novos Estados, a situação em quase nada foi alterada.

(Jornal Folha da Amazônia, Caderno Político, fevereiro de 2001)

A formulação *divisão territorial* é utilizada para apoiar a idéia divisionista, seja de “municípios novos criados”, seja “em relação à criação de novos Estados”. Os sentidos de *dividir*, funcionam favoravelmente à idéia divisionista. A intercambiabilidade da formulação *criar* não se dá entre os que são favoráveis ou contrários à divisão estadual.

O sentido de *dividir* é constitutivo de uma memória do Estado de Mato Grosso e quando você tem a formulação *criar*, essa formulação fica sempre sobre-determinada por *dividir*.

As formulações *criar* e *dividir* não se distinguem pela ação verbal que cada uma expressa, mas pela posição sujeito de quem as formula, no caso a posição sujeito nascido em Mato Grosso e a posição sujeito mato-grossense migrante.

A linguagem, em sua materialidade, presta-se a todo tipo de construções e armadilhas. Surpreende, embaraça e confunde. Pode também silenciar, esconder de forma arredia e esquiva.

No caso do presente trabalho, esta necessidade de posicionamento do sujeito quanto à questão da divisão – de que lado se está – se mostra na própria redação deste trabalho de tese, em que muitas vezes me pego na dúvida, me questionando se escrevo *favoráveis ou contrários ao processo divisionista* e então me colocando inserida nos sentidos daqueles que se sentem *divididos*, com perdas em relação ao processo, ou se escrevo *favoráveis ou contrários ao processo de criação de um novo Estado* e me insiro nos sentidos dos que se posicionam favoráveis à criação do novo.

Penso ser importante, nesse contexto, retomar a reflexão fundamental que Orlandi (1999c, p.17) faz para quem trabalha a Análise de Discurso, no artigo *Do Sujeito na*

História e no Simbólico – a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história.

Eis o ponto em que, em uma teoria materialista do discurso, me parece necessário pensar a reflexão de Pêcheux (1997, p.152) que observa que “o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas nas quais se constitui o sujeito”.

E, para trabalhar essa reflexão, Pêcheux retoma Althusser (1985, p.94):

(...) tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.).

E, continua:

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.

Nesta referência tomada de Althusser sobre a evidência do sujeito, os acréscimos sobre a evidência do sentido são de Pêcheux, pois para o autor a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição dos sujeitos na figura da interpelação.

A posição sujeito se encontra marcada pela possibilidade de esquecimento daquilo que o determina, ou seja, o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito.

Pêcheux (1997, p.173), designa esquecimento nº. 2 ao “esquecimento pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva (FD) que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*”. Assim, “é aí precisamente, que se apóia sua ‘liberdade’ de sujeito-falante”.

E, chama de esquecimento nº. 1, o esquecimento “que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”.

É fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e a sua relação com os sujeitos e com a ideologia o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. A observação permite remeter os discursos encontrados a uma memória e a identificá-los em sua historicidade mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

A ideologia não possui um exterior – para si mesma. A ideologia é exterioridade (ALTHUSSER) para si mesma e para o real. Não atinge esse real. O sujeito bate, contorna e, sempre, simboliza o real.

Desta forma, “o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº. 1, pelo viés do esquecimento nº. 2. Assim, o espaço de reformulação paráfrase que caracteriza uma formação discursiva (FD) dada, aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário lingüístico* (corpo verbal)”, conforme (Pêcheux, 1997, p.177).

Proponho, então, pensar as formulações - dividir e criar - nesse lugar de constituição chamado por Pêcheux de *imaginário lingüístico*.

Dividir (primeira divisão estadual) e criar (Declaração da Amazônia e Projetos de Decreto Legislativos (PDLs)) se referem a acontecimentos discursivos distintos. São utilizados para marcar a posição do sujeito e a causa por ele defendida. A escolha da formulação: *dividir ou criar*, marca o lugar que esse sujeito ocupa no conflito.

Vejamos os recortes abaixo retirados do Jornal do Interior – Suplemento Especial Novo Estado, Mato Grosso, Ano 01 de 30 de junho de 2002:

Amputação de Mato Grosso. Os nortistas que me perdoem, mas os argumentos que usam para sustentar a amputação, sim amputação, pois o território que Mato Grosso perderia nunca mais faria parte do Estado, são fajutas (...) a proposta de seccionar 70% do território do atual estado, justamente a parte mais atrasada e que mais precisa de apoio. Apoio que nunca lhes faltou por parte dos mato-grossenses do sul para bancar seu desenvolvimento. Dividir neste caso é mais que uma temeridade, cheira vingança contra a população do sul do Estado.

(Roberto Loureiro, morador de Cuiabá, seção Livre Pensar do Jornal do Interior – Suplemento Especial, p. 02 Ano 01 de 30 de junho de 2002.)

E, ainda:

Vocês podem sepultar essa idéia de dividir Mato Grosso, porque o Governo do estado está presente em todos os municípios prestando serviços nas mais diversas áreas, afirmou o Governador Blairo Maggi durante discurso dirigido a uma multidão na praça central da cidade de Feliz Natal.

(Só Notícias, em 19 de novembro de 2005 em www.sonoticias.com.br)

A inevitabilidade da criação do Mato Grosso do Norte e do Território Federal do Araguaia não significa que a separação deva ocorrer em curto prazo (...)

será indispensável implementar preventivamente programas de desenvolvimento que supram algumas das muitas carências das duas regiões a se tornarem independentes em termos de transportes, energia e comunicações.

(Deputado Federal autor do substitutivo que propõe a criação do Estado de Mato Grosso do Norte e Território do Araguaia)

No primeiro recorte, os sentidos de dividir se apresentam parafraseados por “Amputação de Mato Grosso”. *Dividir* significa perda, perder um pedaço, seccionar. Passa para uma relação emocional, passional, quando se afirma “dividir neste caso é mais que uma temeridade, cheira vingança contra a população do sul do Estado”.

E, ainda, em “A inevitabilidade da criação não significa que a separação deva ocorrer em curto prazo”, observa-se uma relação de intercambiabilidade criação/separação, na proposta de paráfrase – A inevitabilidade da separação não significa que a criação deva ocorrer em curto prazo.

Observo, na voz do deputado que representa o contexto da região norte do Estado de Mato Grosso e se pronuncia a respeito da proposta de criação/divisão do novo Estado, o acontecimento projetado, discursivamente, para um futuro como que para acalmar os ânimos dos que se posicionam contrários à divisão. A formulação *divisão* não é citada, sendo substituída por *separação*, em que os efeitos de sentido, talvez, possam parecer mais amenos.

Divisão é a palavra de choque, que gera conflitos entre e os migrantes e os que se consideram “nascidos na terra”. É a bandeira que estimula, engaja e, ao mesmo tempo, arrepia, produz um sentimento de contrariedade.

E, na voz dos moradores da região norte mato-grossense, favoráveis ao processo de criação de um novo Estado:

O movimento pró-criação do Estado do Araguaia ganhou muito com esse debate em Lucas do rio Verde. Estamos mostrando que a multiplicação de Mato Grosso será importante para todos nós.

(Baiano Filho, presidente à época da Câmara Municipal de Sinop).

O verbo criar – criação – é uma referência constante nas práticas discursivas dos norte mato-grossenses que apóiam a idéia de criação de um novo Estado. Em “estamos mostrando que a multiplicação de Mato Grosso será importante para todos nós”, os sentidos de *dividir* são parafraseados por *multiplicar*.

Assim, na prática discursiva dos migrantes, não existe referência a sentidos que se apresentam como: corte, amputação, seccionar; mas sim, acrescentar, multiplicar, criar o novo.

Procuro compreender o funcionamento das formulações dividir/criar em sua materialidade lingüística no procedimento de análise da constituição de sujeitos e sentidos, lançando mão de elementos como paráfrase e metáfora.

Por materialidade lingüística, Orlandi (1999^a), afirma ser “o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias e quem diz”. Aquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de formulação em que o sujeito se marca no que diz, fornecendo, desta maneira, pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquiso se contextualiza.

Ao procurar contextualizar, neste procedimento de análise, como o sujeito se marca no que diz, trago a noção de efeito metafórico de Pêcheux (1969), “como fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y.

Esse é um efeito característico das línguas naturais, portanto, as línguas naturais são portadoras do deslize que caracteriza e instaura a metáfora. Logo, não há língua que não ofereça lugar à interpretação. Sendo a interpretação constitutiva da própria língua, onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar.

A metáfora é constitutiva do processo de produção de sentido e constituição do sujeito, não sendo vista como desvio, mas como transferência ou deriva.

Vejamos o processo de deriva de sentidos nos recortes abaixo:

Criação do Estado ----- multiplicação -----desenvolvimento



Dividir o Estado ----- amputar ----- seccionar

Os efeitos de sentido produzidos nos PDLs (Projetos de Lei) pela formulação *criação do Estado* nos levam a pensar que o dizer tem relação com o não dizer.

O não-dizer tem sido objeto de reflexão de alguns lingüistas dos quais cito O. Ducrot (1988). Em sua reflexão, distinguindo como diferentes formas de não-dizer (implícito), o pressuposto e o subentendido, esse autor vai separar aquilo que deriva propriamente da instância da língua (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subentendido). Na formulação *criação do Estado*, o pressuposto é que essa federação não existia anteriormente. É uma maneira de silenciar o existente, desconsiderar o que já existe. Não há possibilidade de criação a partir do nada. Cria-se a partir do existente.

O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente). O motivo fica como subentendido e depende do contexto. As justificativas podem ser políticas/econômicas/sócio-culturais. Não pode ser, necessariamente, ligada ao dito. Essa noção teórica tem filiações com a semântica argumentativa e importa dizer que mantém o fato de que o não-dito é subsidiário ao dito, que, de alguma forma, o complementa e acrescenta.

Para nossa reflexão, esse passeio importa por permitir considerar que, ao longo de todo dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam.

Para a Análise do Discurso, há conceitos que situam diferentemente a possibilidade do não-dizer como o conceito de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Há sempre no dizer um não-dizer constitutivo necessário. Também o que já foi dito, mas esquecido, tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Para Orlandi, “o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva”.

Orlandi (2002) apresenta outra dimensão de se trabalhar o não-dito na Análise de Discurso quando aborda os sentidos do silêncio. Para a autora:

(...) o silêncio é a respiração (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito.

Ao se distanciar da noção de implícito de Ducrot, afirma que o sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do locutor, mas há um silêncio no sentido.

Pensando nas reflexões de Orlandi sobre o silêncio (1995), vejo que o termo *criação* usado na formulação dos PDLs (Projetos de Decreto Legislativos) e na formulação dos migrantes favoráveis ao processo divisionista, silencia os sentidos que carrega a formulação dividir, que encontramos parafraseada por: amputar, perder, nunca mais, seccionar, temeridade e vingança.

O processo de silenciamento é definido pela autora como uma política do silêncio “ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1995, p.75), e apresenta duas formas de existência ligadas: o silêncio constitutivo e o silêncio local.

Retomo os sentidos de silêncio constitutivo como representante da política do silêncio “como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “X” para não (deixar) dizer “Y”, este sendo o sentido a se descartar do dito”. Orlandi ainda afirma que “(...) é o não-dito necessariamente excluído (...) se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos”.

Este é o mecanismo que põe em funcionamento o que é preciso não dizer para poder dizer. Vejo, assim, o funcionamento das formulações *não dividir/criar*. Os sentidos que carrega a formulação *criar*, no sentido de ser favorável ao processo divisionista dos PDLs e migrantes, procura silenciar os sentidos de *dividir*, nas formulações daqueles contrários ao processo divisionista.

A formulação *criação do Estado* observada em “convoca plebiscito sobre a criação do Estado de” e “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território” nos textos dos PDLs – Projetos de Decreto Legislativo do Senado Federal - mostra o Estado construindo sentidos na direção de “acrescentar, multiplicar, desenvolvimento” e, desta forma, pondo em funcionamento o que é preciso não dizer, como os sentidos de “amputar, perder, nunca mais, seccionar, temeridade e vingança”. É o Estado que, ao mostrar o que dizer, apaga, necessariamente, outros sentidos possíveis. Para Orlandi (1995, p.76), “mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”.

Nesse trabalho, verifico sempre, no material analisado, a concomitância entre dividir e criar. Um conflito constitutivo que não se resolve entre essas duas posições discursivas. Trago para essa reflexão, a noção de silêncio constitutivo como uma das formas da política do silêncio, proposta por Orlandi (1995, p.75). Essa noção interessa porque para Orlandi “pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Para a autora, o silêncio constitutivo “pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem”. Desta forma, se apagam os sentidos que se quer evitar e nas

palavras de Orlandi (1975), “sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ região de sentidos”.

2.5 - A PROPOSTA DE PLEBISCITO E O SUJEITO DE DIREITO

Observo um outro funcionamento na proposta de plebiscito, expresso na formulação dos PDLs - Projetos de Decreto Legislativo do Senado Federal, que dispõem sobre, convocam o – plebiscito – sobre a criação (ou do Estado do Mato Grosso do Norte, ou do Estado do Araguaia, ou Território Federal do Araguaia), conforme relacionado abaixo:

- PDL n° 606, de 2000, do Sr. Rogério Silva e outros, que “dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte”;
- PDL n° 850, de 2001, do Senado Federal (PDS n° 18/99), que “convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia”;
- PDL n° 49, de 2003, do Sr. Wellington Fagundes, que “dispõe sobre a realização de Plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e do Mato Grosso do Norte”.

Lagazzi (1988, p.13) afirma que nas sociedades de Estado, as relações entre pessoas colocam-se enquanto relações de poder, fundadas em responsabilidades, direitos e deveres. Segundo a autora, e retomando Clastres (1978), não é a ausência ou existência do poder que se deve questionar, mas sim a concepção de poder em vigor em uma determinada sociedade.

O poder pode realizar-se de forma coercitiva e não coercitiva. E essa forma de realização não é *natural* de toda sociedade, mas sim *histórica*. Discorre essa afirmação expondo que nas sociedades primitivas, o poder político se encontrava desvinculado da

coerção. Estas sociedades tinham como propriedade essencial exercer um poder absoluto e complexo sobre tudo que as compõem, interditar a autonomia dos subconjuntos que a compõem, manter todos os movimentos internos, conscientes e inconscientes, que alimentem a vida social, nos limites e na direção desejados pela sociedade. “A tribo manifesta sua vontade de preservar essa ordem primitiva interditando a emergência de um poder político individual, central e separado” (CLASTRES, 1978). Esta necessidade de interdição ocorre porque, para Clastres, com o surgimento do Estado impõe-se a coerção.

Esta visão do Estado como coercitivo, não encontra respaldo na tese liberal-democrata, que defende uma democracia-liberal em “uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades” (MACPHERSON, 1978).

Para Lagazzi, a problemática do poder coercitivo coloca-se também como uma preocupação do pensamento liberal-democrata, que pensa “uma sociedade que garanta a seus membros a liberdade de concretizarem suas capacidades”, em uma visão de poder não-coercitivo; e afirma que uma democracia liberal não teria espaço de realização em um sociedade de Estado, pois “ao pensar uma sociedade que garanta a seus membros a liberdade de concretizarem suas capacidades, estaríamos atingindo a essência do Estado: a divergência de interesses, de direitos e deveres conflitantes”.

A autora continua sua reflexão, dizendo que *o Estado* “é o Estado-capitalista-jurídico e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade da coerção, já que os interesses e direitos/deveres de uns não são os direitos/deveres de outros”. Desta forma, “pensar uma sociedade sem desigualdade, em que as relações de poder possam se dar como não-coercitivas, é pensar uma sociedade sem Estado”.

Lagazzi afirma que as sociedades primitivas se apresentam como não-coercitivas por serem políticas e não jurídicas. A fundamentação jurídica é constitutiva do poder coercitivo. E, mudando a colocação de Clastres (1978), de que “o poder coercitivo é uma

realização possível do poder político, a autora nos diz que o poder político, fundamentado pelo jurídico, tem como realização o poder coercitivo”.

Conclui sua reflexão dizendo que para coagir, o Estado precisa se mostrar forte, centro do poder que ‘emanaria’ do próprio povo. É o “Estado centralizador, autoritário que enquanto aparelho repressivo (Althusser, 1974), mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos”.

Vejamos o papel centralizador e autoritário do Estado em uma relação Estado=cidadão, que se mostra no destaque da fala do deputado Silval Barbosa (2004) e atual presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso (2007):



(Diário Regional de Sinop, domingo, 12 de dezembro de 2004, p. 04).

Ao afirmar que “vai depender do povo, decidir se quer ou não a divisão”, encontro um Estado centralizador que se mantém na relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos.

Vejamos também o recorte,

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1- Na forma do art. 49, inciso XV, e do art. 18, § 3º, da Constituição Federal, fica convocado plebiscito em todos os municípios do Estado de Mato Grosso para que a população se manifeste sobre a criação do Território Federal do Araguaia e do Estado do mato Grosso do Norte.

(Suplemento especial do Jornal do Interior, Mato Grosso, Ano 01, de 30 de junho de 2002).

Observo o papel do Estado nas suas relações de poder, tomando o texto do Deputado federal e relator do PDC (Projeto de Decreto legislativo) do Senado Federal que propõe a criação do Estado do Araguaia. Em seu Parecer Substitutivo 850/01, apresentado à Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, que deveria ser apresentado no dia 26 de junho de 2002 e que foi adiado, se refere à proposta de plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia.

Com o título *Divisão de Mato Grosso: um problema de democracia e responsabilidade*, pontuo *problema de democracia* como afirmando que a democracia em si constitui um problema, um conflito e, sendo *democracia*, inclui a participação popular como direito e dever. Ao afirmar que é um problema de *responsabilidade*, cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos. E o próprio plebiscito é uma manifestação do poder político, fundamentado pelo jurídico, como consta no PDL (Projeto de Decreto Legislativo) do Senado Federal.

Recortes do Parecer 850/01:

Ora, apesar de o projeto do senado colocar em discussão a divisão de Mato Grosso, seu principal objetivo é o de autorizar a realização do plebiscito por meio do qual a população, e estamos aqui falando dos mais de um milhão e meio de eleitores mato-grossenses, opinará sobre a criação do Estado proposto. Meu parecer não poderia fugir, portanto, de ser contra ou a favor do plebiscito – cerne do projeto em apreciação. (...) uma vez constatada pelo resultado da consulta plebiscitária de que trata a proposição em tela, a posição favorável do povo mato-grossense à idéia da redivisão territorial do Estado, será indispensável implementar preventivamente programas de desenvolvimento que supram algumas das muitas carências das duas regiões a se tornarem independentes em termos de transportes, energia e comunicações. (...) Precisamos evitar sofrer o que sofreu a população sul de Mato Grosso, que alimentou a luta separatista desde o fim da guerra com o Paraguai, em 1870, e acreditou que, a partir de 1979, sairia do “domínio” nortista para a felicidade plena.

(Ricarte de Freitas, deputado estadual PSDB/MT, é relator do PDC – Parecer Substitutivo 850/01 que propõe o plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia).

E continua:

Sou visceralmente democrata.

(Deputado Federal autor do parecer substitutivo que solicita plebiscito para criação do Estado de Mato Grosso do Norte e Território do Araguaia em 27/06/2002 – carta aberta à população)

E, ainda no mesmo parecer, retoma a fala do Deputado Wilson Santos (PSDB/MT), que representa Cuiabá e se posiciona contrário à divisão do Estado, chamando a atenção

para posição de desconfiança de seu colega de bancada frente ao problema de responsabilidade popular, que cobra de cada indivíduo responsabilidade perante seus atos.

Ao contrário de meu colega de bancada que lembra o fato de o povo ter votado pela salvação de Barrabás no plebiscito que permitiu a Pôncio Pilatos lavar as mãos ante a crucificação de Cristo, para justificar sua posição de desconfiança frente à qualidade do voto popular.

Penso, então, que a existência do Estado capitalista que se manifesta pelo juridismo da convocação do plebiscito se mostra na coerção/obrigatoriedade do plebiscito, traduzido como participação popular.

A coerção do plebiscito pelo poder político que se mostra em “Sou visceralmente democrata” mostra um Estado forte, centro do poder que “emana do próprio povo” e, como nos diz Lagazzi, é o “Estado centralizador, autoritário que enquanto aparelho repressivo (Althusser, 1974), mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos”.

Ao colocar em questão a responsabilidade popular em “lembra o fato de o povo ter votado pela salvação de Barrabás no plebiscito que permitiu a Pôncio Pilatos lavar as mãos ante a crucificação de Cristo, para justificar sua posição de desconfiança frente à qualidade do voto popular”, o deputado Wilson Santos mostra sua preocupação “já que os interesses e direitos/deveres de uns não são os direitos/deveres de outros” (LAGAZZI, 1988).

Esta é uma questão que se mostra como jurídica, fruto de uma sociedade contemporânea, política, e preocupa aos interessados, na medida em que não se tem como medir democracia e responsabilidade – no título do artigo *Divisão de Mato Grosso: um problema de democracia e responsabilidade*. Vejo a divisão de Mato Grosso posta como um problema, e mais, como ponto, como um *problema de democracia* (de quem, para

com quem, com o quê). E claro que discutir democracia significa tocar em questões de processos de identificação.

A divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos precisa de princípios coercitivos, parafraseados por democracia e responsabilidade, direitos e deveres, para passar a ilusão de que, ao participar do plebiscito, os sujeitos sempre pensados de maneira homogênea, são “responsáv[eis] pelos seus atos e senhor[es] de sua vontade”, para um Estado que se mostra forte.

É o estado capitalista, com sua ideologia positivista (ORLANDI, 1993), que se mostra em um modo de olhar os fatos como evidentes, onde não se admite dúvidas, indiscutível, de caráter prático e derivado da vontade “que emana do povo” e sempre, “em nome do próprio povo”, nas sociedades de Estado em suas relações de poder. Um povo que se constitui por diferentes processos, mas que é sempre afirmado em nome de unidades justificadas por razões outras.

2.6 - INDEFINIÇÃO DO NOME: UMA QUESTÃO DE ORDEM DE IDENTIFICAÇÃO

No confronto posto no Estado do Mato Grosso pelo acontecimento da questão da primeira divisão territorial de Mato Grosso em 1977, até as propostas dos PDLs (Projetos de Decreto Legislativo) do Senado federal, dois funcionamentos discursivos se destacam em um primeiro olhar. O primeiro funcionamento diz respeito à formulação do nome, que muda e, assim, identifica uma outra proposta.

Vejamos as diversas propostas de designação dos nomes. Cada formulação se assenta em um movimento

- até 1977, Estado do Mato Grosso; (compreendia os atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul);
- 1977, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- PDL n 606, de 2000, plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte.
- PDL n 850, de 2001, plebiscito para criação do Estado do Araguaia;
- Parecer Substitutivo ao plebiscito para a criação do Estado do Araguaia em 18/06/2002, que propõe, então, a criação do Estado do Mato Grosso do Norte e do Território Federal do Araguaia.
- PDL n 49, de 2003, realização de plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e Estado do Mato Grosso do Norte.

A prática discursiva divisionista do Estado do Mato Grosso tem início em 1932, conforme descrito no item 1.3 desta tese, fato esse concretizado em 1977 com a divisão do então Estado de Mato Grosso em duas unidades federativas: MT (Mato Grosso) e MS (Mato Grosso do Sul). A formulação – do sul – na escolha do nome do novo Estado, reflete a necessidade de aproximação com os Estados mais ao sul, e, inseridos em um imaginário nacional, mais desenvolvidos frente aos estados do Norte.

Essa reflexão se deve aos recortes abaixo, retirados do texto de Louremberg Alves (2001), historiador mato-grossense:

(...) Para o autor, novos sentidos se apresentam à região de Cuiabá e cidades vizinhas em relação à divisão do então Estado de Mato Grosso, que, à época, esses moradores eram denominados de nortistas em relação a Campo Grande, (...)

Nesta altura dos acontecimentos, inúmeros nortistas, que até então eram contrários à divisão de Mato Grosso, passaram a aderir às idéias divisionistas. Talvez porque já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida ou de revidarem as agressões sofridas ou porque perceberam que a divisão do Estado poderia liberar a região norte do “seu atraso socioeconômico” e da opressão que era condenada pela carência de infra-estrutura.

A redação do projeto ficou pronta e assinada em 1977 e em setembro do mesmo ano a Presidência da República a encaminhou ao Congresso Nacional, sendo aprovada um mês depois em onze de outubro de 1977, consolidando a luta sul mato-grossense pela divisão pretendida em dois novos Estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O segundo funcionamento, diz respeito à temporalidade do acontecimento discursivo, que mobiliza atenções para a questão da divisão territorial, acontece em 2000, vinte e três anos após o acontecimento do primeiro processo divisionista.

Quando afirmo – primeiro acontecimento divisionista – e, pareço silenciar processos divisionistas anteriores como:

- a criação do Território Federal do Guaporé e posteriormente denominado Território de Rondônia, no ano de 1943, em homenagem ao sertanista mato-grossense Cândido Rondon, que foi criado pelo Governo Federal sendo desmembrado de parte do Estado do Mato Grosso e parte do Amazonas; atualmente denominado Estado de Rondônia;

- e, a criação do Território Federal de Ponta Porã, na região sul de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai e reincorporada pela Constituição de 1946, novamente, ao Estado de Mato Grosso;

retomo a fala de Pêcheux (1999b, p.50), nesta tese à p.59, sobre o *Papel da Memória* e a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço de memória e que, segundo o autor, joga em uma dupla forma:

- a) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se;
- b) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido.

Diferentemente da inscrição da *Declaração da Amazônia* que encaixa em (b) em que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido, os processos divisionistas anteriores ao processo denominado como “primeira divisão estadual de Mato Grosso” na prática discursiva mato-grossense, se encaixam em (a) como acontecimentos que escapam à inscrição, que não chegam a inscrever-se em uma memória.

Nesse processo de divisão estadual, iniciado em 2000, observo que a questão da formulação do ‘nome’ do novo Estado ou Território, é forte e caracteriza a proposta e a população que a defende.

Primeiramente, o Projeto de Decreto Legislativo, (PDL) nº. 606, de 2000, plebiscito para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte, em que esse novo espaço territorial compreenderia, então, a região norte do Estado do Mato Grosso, sul do Pará e a região do Araguaia é substituída por outra proposta, que não altera a formatação territorial, mas sim a troca do nome.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº. 850, de 2001, instaura o plebiscito para a criação do Estado do Araguaia. Em vez da formulação - Mato Grosso do Norte -, a proposição, agora, é - Estado do Araguaia.

Novamente, a formulação ‘Estado do Araguaia’ é alterada, e faz pensar, quando o deputado Federal Ricarte de Freitas (PSDB/MT), que tem suas raízes políticas no município de Sinop, região norte do Estado, é nomeado relator do Projeto de divisão territorial e defende o plebiscito na forma de substitutivo, propondo a criação do Estado do Mato Grosso do Norte e do Território Federal do Araguaia.

Afirmo que essa nova proposta faz pensar porque, até então, as práticas discursivas se referiam à divisão/criação estadual. Portanto, discutia-se Estados Federativos. Esta nova proposta propõe a criação de um Estado e um Território e fundamenta suas justificativas em questões físicas e culturais “duas áreas física e culturalmente distantes”.

Vejamos como o discurso jornalístico textualiza a exclusão do Território Federal do Araguaia,



(Jornal do Interior, 30 de julho de 2002)

A proposta é construída afirmando as diferenças entre as regiões. Diferenças em relação ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural:

“(...) a região do Baixo Araguaia precisa de uma injeção de investimentos federais para que possa se organizar social e economicamente antes de ser transformada em novo Estado da federação” e em relação às questões culturais “(...) as chances de desenvolvimento de um Estado não se conta por km². Se assim fosse, o Amazonas seria nosso melhor Estado e o

Sergipe, o pior. A questão não passa por aí, essa questão é simplesmente ridícula”.

Esta proposta de Parecer Substitutivo, em que seu relator propõe a retomada do nome Estado do Mato Grosso do Norte, e Território Federal do Araguaia, é assim justificada:

(...) a região do Baixo Araguaia precisa de uma injeção de investimentos federais para que possa se organizar social e economicamente antes de ser transformada em novo Estado da federação (...) a proposta engloba, em uma só unidade territorial, duas áreas física e culturalmente distintas (...) devido ao Parque do Xingu (...) a comunicação terrestre entre as duas regiões mato-grossenses é quase nenhuma (...) Para se ir de Sinop, a “capital” do norte de Mato grosso, a São Félix, a “capital” do Baixo Araguaia, que em linha reta estão a uns 400 km, só há um caminho. E esse caminho passa por Cuiabá (...) a região do Baixo Araguaia está histórica e culturalmente muito mais próxima de Goiás que de Mato Grosso, separada fisicamente do Nortão pelo Parque Nacional do Xingu e vivendo um fuso horário que a faz levantar-se uma hora mais cedo que os demais mato-grossenses (...) não há como ignorar o fato de que, até por sua própria história de colonização, o Nortão sempre acalentou o sonho da independência (...) as chances de desenvolvimento de um Estado não se conta por km². Se assim fosse, o Amazonas seria nosso melhor Estado e o Sergipe, o pior. A questão não passa por aí, essa questão é simplesmente ridícula. Não há nenhum crime em acreditar que um Estado possa crescer tendo seu território reduzido. São Paulo tem parcos 248.256 km² e ninguém tem dúvidas de que é o maior Estado brasileiro (...) o Mato Grosso remanescente no substitutivo que proponho, teria todas as condições de manter os atuais índices de desenvolvimento. Basta que se conheça um pouco menos superficialmente a realidade do Estado para se confiar nisso.

(Deputado federal, autor do Parecer Substitutivo à proposta de criação do Estado do Araguaia).

Na redação deste Parecer Substitutivo, a direção da formulação vai ao encontro da defesa de que regiões tão distintas culturalmente, não têm como pertencer a uma mesma unidade: “duas áreas física e culturalmente distintas; a região do Baixo Araguaia está histórica e culturalmente muito mais próxima de Goiás que de Mato Grosso, vivendo um fuso horário que a faz levantar-se uma hora mais cedo que os demais mato-grossenses”. Em seu parecer, o relator nos deixa antever que são questões de ordem de identificação que regem e organizam a formulação: “não há como ignorar o fato de que, até por sua própria história de colonização, o Nortão sempre acalentou o sonho da independência (...) Basta que se conheça um pouco menos superficialmente a realidade do Estado para se confiar nisso”.

E, em 2003, o PDL nº. 49 (Projeto de Decreto Legislativo) em sua redação, propõe a realização de plebiscito para a criação do Estado do Araguaia e Estado do Mato Grosso do Norte. A justificativa pela troca de *território* para *Estado* está na voz do autor da proposta, o Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL RR):

(...) já morei em um território e não desejo isso para o pior inimigo.
(Jornal A gazeta, Cuiabá, domingo, 11 de fevereiro de 2001)

Assim, neste confronto que se apresenta entre as formulações, podemos conhecer esta população mato-grossense, que convive em seus diversos setores com discursos sobre a divisão do Estado e, quais sentidos, para os que se posicionam como favoráveis ou contrários à divisão e seus representantes políticos, são fundamentais para a constituição deste espaço de representação política, econômica e cultural.

Para Orlandi (1995, p.81), “o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade, assim como paralelamente, o efeito de literalidade (unidade) no domínio do sentido: o sujeito se lança no *seu* sentido, o que lhe dá o sentimento de que esse sentido é *uno*”.

Ao refletir sobre os processos de identificação, Orlandi (2002, p.204), retoma quatro afirmações que são resultado de reflexões anteriores:

1. A identidade é um movimento na história;
2. Ao significar, o sujeito se significa;
3. Identidade não se aprende, isto é, não resulta de processos de aprendizagem, mas refere, isso sim, a posições que se constituem em processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia;
4. Todo processo de significação é constituído por uma “mexida” (deslize) em redes de filiação históricas (Pêcheux, 1983), sendo, desse modo, ao mesmo tempo, repetição e deslocamento.

Desta forma, a formulação do *nome* que caracteriza a proposta de divisão estadual, está ancorada em processos de identificação, que, de um lado são parte de um imaginário que garante a unidade necessária, como proposto em “Mato Grosso do Norte”, por outro, constituem um ponto de estabilização de preconceitos e de processos de exclusão, como em “Território Federal do Araguaia”.

2.7 – ARGUMENTOS DE OPOSIÇÃO NA RELAÇÃO COM “O OUTRO”

Neste cenário de conflitos, a Proposta de Divisão Territorial de Mato Grosso se mostra ancorada em diversos temas que, nas práticas discursivas dos que se consideram já habitantes do Estado e dos migrantes, sustentam a questão da divisão/criação estadual.

2.7 - ARGUMENTOS DE ORDEM CULTURAL:

Os efeitos de sentido analisados no item 2.2 (p. 74), neste trabalho marcam os argumentos postos, no conjunto das formações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, entre ser mato-grossense (nascido em Mato-Grosso) e estar/viver em Mato-Grosso.

PAUS RODADOS, PAUS FINCADOS E PAUS NASCIDOS.

“O fato é que cada vez mais não se têm como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso. Todos reivindicam a cidadania mato-grossense”.

Esses sentidos continuam ecoando, se movimentando e se refletem em editoriais jornalísticos contemporâneos. Vejamos o Caderno sobre Política do Jornal A GAZETA 7A, de 08 de outubro de 2006, quando anuncia o resultado do processo eleitoral do mesmo ano:

ELEIÇÕES 2006

MAIORIA DA NOVA BANCADA É COMPOSTA POR EMPRESÁRIOS E PRODUTORES RURAIS

Todos os 24 eleitos têm ramo de atuação fora da política e somente 08 nasceram em MT.

Ao afirmar que somente 08 dos 24 eleitos para a Assembléia Legislativa nasceram em Cuiabá, o discurso jornalístico no caderno de Política reafirma, no conjunto das formações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, uma posição contra a inserção do migrante na comunidade para a qual se deslocou, e, ainda, produz-se um *quê* de

inevitabilidade: cada vez mais não se têm como separar mato-grossenses dos mato-grossenses que vivem em Mato Grosso.

E esses efeitos são propagados com menor ou maior intensidade contra a possibilidade de se dividir o espaço sócio-político cultural daqueles que se autodenominam *mato-grossenses nascidos em Mato Grosso* com os divisionistas/migrantes.

Vejamos:

É importante que os divisionistas falem ao povo da baixada Cuiabana (o que mais se manifesta contra a divisão), expliquem, defendam e façam a cabeça do papa-maxixe...e para isso eles já têm até, diríamos, um Mein Kampf, um resumo teórico, uma máxima programática: é preciso descuiabanizar o governo.

Entendem os mentores da segunda divisão que eles detêm o poder econômico, mas não detêm o poder político, obviamente, enraizado em mais de quatro séculos de laços familiares, e, principalmente, culturais. Sim, porque a energia primeira que move esses movimentos vem das diferenças culturais que podem se manifestar e até explodir em conflitos em conflitos étnicos e religiosos. No nosso caso, não há exageros étnicos.

(Jota Alves, Formado em Direito Internacional e economia na Rússia. Criou o dia do Brasil em Nova York e escritor).

Em “é preciso descuiabanizar o governo”, observo que essa é uma máxima atribuída aos “divisionistas”, vista “como um resumo teórico, uma máxima programática” inserida nas relações de força como uma luta, não pelo poder econômico “entendem os mentores da segunda divisão que eles detêm o poder econômico, mas não detêm o poder político”, em que percebo uma relação de paráfrase entre poder político e cultura, como é possível observar na seqüência do recorte: “eles detêm o poder econômico, mas não detêm o poder político, obviamente, enraizado em mais de quatro séculos de laços familiares, e,

principalmente, culturais. Sim, porque a energia primeira que move esses movimentos vem das diferenças culturais”.

Na construção discursiva “os mentores da segunda divisão”, encontro marcado em uma memória, o acontecimento da primeira divisão estadual em 1977.

E, reafirmando a questão cultural, estão as justificativas que sustentam o encaminhamento do plebiscito para a criação do Território do Araguaia:

O deputado Ricarte de Freitas (PSDB)²⁰ entregou, no dia 18 de junho de 2002, à Comissão da Amazônia e Desenvolvimento regional seu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal que propõe o plebiscito para a criação do Estado do Araguaia. (...) Em seu parecer, o deputado defende o plebiscito na forma de substitutivo no qual propõe a criação do Estado do Mato Grosso do Norte e do Território do Araguaia.

Ricarte não via qualquer possibilidade de sucesso na redivisão territorial de Mato Grosso conforme o projeto do Senado:

“A proposta engloba, em uma só unidade territorial, duas áreas física e culturalmente distintas. A porção leste de Mato Grosso, que formaria o núcleo do proposto Estado do Araguaia, encontra-se separada da porção norte – que integraria o Noroeste do novo Estado – pelo Parque Nacional do Xingu, dificultando toda sorte de comunicação entre as duas regiões e o que levou o Baixo Araguaia a ser, hoje, uma região mais voltada para Goiás do que para Mato Grosso”; (...) “Hoje”, afirma o deputado em seu parecer, “para se ir de Sinop – a ‘capital’ do norte de Mato Grosso, a São Félix – a ‘capital’ do Baixo Araguaia, que em linha reta estão a uma distância de 400 KM, por exemplo, só há um caminho. E esse caminho passa por Cuiabá! E, mais, para se ir de avião de carreira de aviação

²⁰ Este texto aparece no item 2.4, p. 96 desse trabalho e foi retirado da publicação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n°. 850, de 2001, sustentando que a indefinição do nome do novo Estado e das propostas de criação de Estados ou Territórios é uma questão de identificação. Nesse recorte considero necessário retomá-lo, em publicação de outro jornal, que reafirma a circulação do texto e manutenção de efeitos na direção de reafirmar os processos de identificação como uma questão cultural.

regional, de São Félix a Cuiabá passa-se obrigatoriamente, pela capital de Goiás. Estado com o qual, até por isso, o Baixo Araguaia está culturalmente muito mais próximo”; (...) A região do Araguaia vive, inclusive, no mesmo fuso horário de Goiás, diferente de Mato Grosso, acorda uma hora mais cedo, por sua posição muito mais oriental do que do restante do território mato-grossense.

(Jornal do Interior, Suplemento Novo Estado, julho de 2002).

Em “A proposta engloba, em uma só unidade territorial, duas áreas física e culturalmente distintas” o texto do Parecer ao PDL – (Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal), marca argumentos culturais e físicos para dar sustentação à solicitação de um plebiscito na forma de substitutivo no qual propõe a criação do Estado do Mato Grosso do Norte e do Território do Araguaia.

A proposta para que a Região do Araguaia seja considerada Território, mesmo quando afirmada como física (geográfica), se apresenta com marcada pelo cultural, como vemos em “dificultando toda sorte de comunicação entre as duas regiões e o que levou o Baixo Araguaia a ser, hoje, uma região mais voltada para Goiás do que para Mato Grosso”; e nas fortes relações que o Araguaia mantém com Goiás, “Estado com o qual, até por isso, o Baixo Araguaia está culturalmente muito mais próximo; (...) A região do Araguaia vive, inclusive, no mesmo fuso horário de Goiás, diferente de Mato Grosso, acorda uma hora mais cedo, por sua posição muito mais oriental do que do restante do território mato-grossense”.

A sustentação da discursividade da proposta da criação do Território do Araguaia se mostra como efeito de questões culturais.

E, em outro jornal,

(....) a diferença econômica, cultural e sociológica entre o nortão e o Araguaia não pode ser negada;

(Jornal A gazeta, Cuiabá, 12/02/2001 p. 2^A. Jornalista Onofre Ribeiro)

Na relação “(...) a diferença econômica, cultural e sociológica (...) não pode ser negada”, vejo as chamadas diferenças, como marcas constitutivas dos sujeitos. Essa afirmação me permite refletir que, ao se fixar, imaginariamente, as identidades – mato-grossenses e mato-grossenses migrantes - garantindo a ilusão da unidade, promove preconceitos e pontos de exclusão.

- ARGUMENTOS GEOGRÁFICAS – Mato Grosso e a região Norte.

Pela enorme dimensão territorial do Estado de Mato Grosso, encontro uma discursividade marcada pelas questões geográficas:

Observemos o recorte:

A única união entre Mato Grosso e o Nortão é a BR – 163, a Cuiabá-Santarém. Distintos e distantes, não há motivos para se forjar uma siamesidade geográfica. A divisão na verdade será um ato político porque na prática ela já existe”.

(Jornal Diário de Cuiabá, 19/09/95, In: Jornal Diário de Cuiabá, 2002).

Em “A única união entre Mato Grosso e o Nortão é a BR – 163, a Cuiabá-Santarém. (...) vejo como excludente a relação “a única união entre Mato Grosso e o Nortão”, em que Nortão não está inserido em Mato Grosso, o que seria muito diferente se estivesse formulado – A única união entre Mato Grosso e a região norte do Estado -. Assim, posso afirmar que, discursivamente, “(...) a divisão na verdade será um ato político porque na prática ela já existe”.

Em “Distintos e distantes, não há motivos para se forjar uma siamesidade geográfica”, encontro uma relação entre distintos (culturalmente) e entre distantes (geograficamente), indicando a impossibilidade de se “fingir” uma igualdade.

Vejamos um outro recorte:

Os Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso somam quase metade dos cerca de 8 milhões de quilômetros quadrados que formam o território brasileiro. Para o deputado Rogério Silva, a grande extensão territorial destes estados é um dos fatores que levam ao abandono, ao baixo investimento e ao precário desenvolvimento econômico de muitas regiões.

A grande extensão territorial de Mato Grosso é considerada fator de abandono, baixo investimento e precário desenvolvimento econômico de muitas regiões. Como argumento final, marca a necessidade de dividir os Estados para uma maior assistência, melhorar os investimentos e acelerar o desenvolvimento econômico, de muitas regiões. Em “muitas regiões” vejo o sentido favorável à divisão.

Continuando,

(...) “É uma discussão que precisa ser assumida pelo Congresso Nacional, porque as áreas são imensas, e cada região precisa de uma política diferenciada. Às vezes uma lei, uma medida provisória, feita para todo o país, pode em algum momento prejudicar uma região.

A proposta é a solicitação de controle pelo Estado em “É uma discussão que precisa ser assumida pelo Congresso Nacional”. Nesta proposta, vejo a solicitação de se tomar as partes pelo todo, em um sentido de crítica à posição estatal de se considerar o todo em detrimento das partes.

E, ainda,

Para justificar sua proposta, o deputado lembra que muitos municípios do interior de Mato Grosso estão distantes mais de mil quilômetros da capital, o que dificulta o atendimento do poder público estadual nas áreas de saúde, energia elétrica, saneamento, transporte, educação e segurança. (Jornal Folha do estado, Cuiabá, 28 de abril de 2003, p. 05).

A questão do distanciamento é recorrente na prática discursiva mato-grossense, e as distâncias geográficas, como em “distantes mais de mil quilômetros da capital”, se apresentam como a materialidade que propicia o distanciamento.

- ARGUMENTOS ECONÔMICOS:

As regiões do norte de Mato Grosso e do Alto Araguaia agora falam a mesma língua e aceitam se unir, embora a primeira seja potencialmente mais desenvolvida e queira obter mais vantagens. Inicialmente havia um clima de rivalidade entre as duas regiões, já que as lideranças políticas do Nortão não queriam que os municípios do Araguaia fossem anexados ao novo estado, cujo projeto de criação está em discussão no senado federal, sendo o assunto do momento em todo o Estado. (Jornal Folha da Amazônia, Sinop, MT, p.03, fevereiro de 2001).

Na expressão “Norte de Mato Grosso e Alto Araguaia agora falam a mesma língua” a temporalidade do “agora” indica que em um passado, essas regiões não tinham os mesmos interesses, não se entendiam, “não falavam a mesma língua”. Segue uma contradição na conjunção adversativa “embora”, que exclui os sentidos de “falam a mesma língua e aceitam se unir” como argumento que caminha para uma conclusão, e reafirma o clima de rivalidade em “embora a primeira seja mais desenvolvida e queira obter mais vantagens”.

O fio condutor dessa formulação, que a princípio é pensado como argumentos de união entre as regiões, se mostra, em sua relação de constituição, como um discurso de reafirmar oposição em: embora, mais desenvolvida, obter mais vantagens, clima de rivalidade, não queriam.

Vale registrar que logo acima do Posto Gil, no entroncamento de Diamantino, ao longo da rodovia BR-163 na direção norte, já começam as lavouras de soja, de algodão e a pecuária intensiva. Mais próximo a Sinop, o micro-clima é favorável à cultura do arroz de sequeiro, que consegue competir em qualidade e produtividade com o arroz gaúcho. Tanto que a maior indústria de beneficiamento do país está instalada em Sinop.

(Jornal A gazeta, Cuiabá, junho de 2002, p. 3^A, Alexandre Furlan, Presidente da Federação das Indústrias no Estado do Mato Grosso).

Pela posição sujeito ocupada - Presidente da Federação das Indústrias – e pelos argumentos que enaltecem a produção regional “na direção norte”, marca-se a “não produção na região sul”, instalando uma oposição.

- ARGUMENTOS ÉTNICOS:

O termo *étnico* (do grego *éthnos*, ‘nação’, com o significado: ‘aquilo que está relacionado a uma nação ou a um povo’) é usado em uma variedade de contextos desde comida étnica, roupa étnica, padrões étnicos, diferenças étnicas, limpeza étnica e outros, que a esta aparente neutralidade do uso, assume significados tão distintos que nos alerta para o uso aleatório e simplista do termo.

Desta maneira, ao pensar sobre como os argumentos étnicos significam no contexto mato-grossense, importa ressaltar que essas noções são construídas historicamente como lugar de identificação do sujeito. A questão da etnicidade orienta a análise na relação com

um passado (herança cultural e étnica) no culto aos ancestrais e a um tempo passado que cria um *senso de afinidade* entre o grupo marcada pela organização da diferença cultural em símbolos identitários como comida, música, dança, costumes e outros. Assim, a etnicidade é marcada por um passado comum que toma os sujeitos funcionando como tradição.

Para compreendermos como os argumentos étnicos influem e significam no contexto cultural mato-grossense, tomamos o texto abaixo, publicado logo após o carnaval de 2005 e que considero significativo de seqüências reveladoras, formulado por alguns dos principais líderes políticos de Mato Grosso:

Só tem olho azul.

(Título do artigo de 10 de fevereiro de 2005 do jornalista Kleber Lima, consultor de comunicação da KGM – Soluções Institucionais).

“No governo só tem olho azul”. Esta frase foi dita pelo ex-governador do Estado e ex-prefeito de Cuiabá, Jaime Campos num momento de crise de relacionamento do seu PFL com o governador. A crise, creio, deriva do fato de as articulações visando o pleito do ano que vem estarem se afunilando (...) mas, na verdade, a frase enfoca um problema mais sério no seio do governo: a falta de espaço político relevante para os políticos tradicionais, no que Jaime Campos não fala por si, apenas, mas acaba representando muita gente que tem o mesmo sentimento de exclusão, embora possa até ter cargo ou alguma relação formal com o governo. Não partilham, efetivamente, do poder. (...) É isso que incomoda os demais políticos. “Não é a cor dos olhos do governador e dos seus principais assessores, mas seu estilo. Não é minha proposta, hoje, discutir esse estilo. Mas, se já é possível fazê-lo prevalecer e predominar num cenário ainda de transformação de mentalidade, de atitude, e sobretudo de conjuntura, onde

ainda há muito bugre com poder de fogo político nas mãos, numa luta perigosa pela sobrevivência política. Agora é a hora do político três em um”. O político três em um pregado por Pivetta é, na verdade, um autorretrato do grupo que representa. É o método indutivo segundo o qual, se nosso estilo deu certo, logo, daqui pra frente, só este estilo dará certo. E, continua, (...) “A governabilidade está em risco”, assinada pelo deputado Federal Pedro Henry e possível ministro, esta construção não tem muita beleza nem criatividade, reconheço. Mas sintetiza, pela coragem de dizê-la publicamente, um sentimento muito comum entre os principais aliados do governo, que são vítimas de uma espécie de preconceito político, verdadeira causa do isolamento, do seio do governo, daqueles que não são da turma da botina, ou os olhos azuis, ou o estilo.

Encontramos uma relação de oposição entre políticos tradicionais e atuais governantes balizada pela questão da etnia. Ter os olhos azuis “No governo só tem olho azul” caracteriza o grupo que assumiu o poder estadual, em relação aos políticos tradicionais mato-grossenses “ainda há muito bugre com poder de fogo”.

Na descrição do dicionário Aurélio, bugre vem retratado como:

Bugre. [Do francês bougre] Brás. S. 2g 1. Indivíduo dos bugres, tribo indígena do S., da região entre os rios Iguaçu, Piquiri e as cabeceiras do Uruguai. 2. Designação genérica dada ao índio, especialmente ao bravio e/ou aguerrido. 3. Indivíduo desconfiado, arredio. 4. Fig. Indivíduo inculto, grosseiro, rude. Adj. 2g. 5. Pertencente ou relativo a bugre (1). {Fem: bugra}.

Na prática discursiva mato-grossense, imaginariamente, os sentidos de bugre, são atribuídos aos nascidos no Estado e que representam as tradições cuiabanas, em oposição

àqueles que são da “turma da botina, ou os olhos azuis, ou o estilo”, em que “turma da botina” caracteriza os produtores rurais ou plantadores de soja da região norte mato-grossense, dos quais o governador do Estado e seus assessores diretos são legítimos representantes.

Em “sintetiza, pela coragem de dizê-la publicamente, um sentimento muito comum entre (...) vítimas de uma espécie de preconceito político, (...) daqueles que não são da turma da botina, ou os olhos azuis, ou o estilo”. Assim, é comum a idéia de políticos tradicionais de Mato Grosso se sentirem preteridos pelo grupo que comanda o poder executivo estadual, denominado, nas relações de força e poder, como os agricultores em “turma da botina”, representantes dos migrantes sulistas em “olhos azuis” e, finalizando, um processo de não identificação em “ou o estilo”.

Encontramos um deslize na afirmação “sentimento de exclusão (...) É isso que incomoda os demais políticos. Não é a *cor dos olhos* do governador e dos seus principais assessores, mas seu *estilo*”. *Olho azul* significa *novo estilo* de governar (seu estilo).

Encontramos uma divergência em “Não é minha proposta, hoje, discutir esse estilo. Mas, se já é possível fazê-lo prevalecer”. O texto não se propõe a discutir “esse estilo”, mas discorre todo o texto, afirmando-o. Ao reafirmar várias vezes a questão do “estilo”, reafirma os processos de não identificação com esse *estilo*, vejamos:

Não é a cor dos olhos do governador e dos seus principais assessores, mas seu estilo.

Não é minha proposta, hoje, discutir esse estilo.

Mas, se já é possível fazê-lo (o estilo)²¹ prevalecer e predominar num cenário ainda de transformação de mentalidade, de atitude, e sobretudo de conjuntura (...);

É o método indutivo segundo o qual, se nosso estilo deu certo, logo, daqui pra frente, só este estilo dará certo.

²¹ Inserção minha.

(...) verdadeira causa do isolamento, do seio do governo, daqueles que não são da turma da botina, ou os olhos azuis, ou o estilo.

- UM ARGUMENTO DE LÍNGUA: A NOÇÃO DE ‘ENGRAÇADO’ RECOBRINDO A NOÇÃO DE ‘ERRO’.

Em algumas regiões do país, a troca do [l] pelo [r] em encontros consonantais é um fenômeno que ocorre de forma variável na fala dos menos escolarizados e na fala dos escolarizados, praticamente não ocorre. Inversamente em Mato Grosso, na região denominada baixada cuiabana, que engloba Cuiabá, Várzea Grande e se estende a cidades circunvizinhas como Poconé e Cáceres, esse fenômeno ocorre de forma sistemática e regular, independentemente da escolaridade ou da classe social a que pertence o falante.

Em recente trabalho de orientação (2006), observamos que o isolamento a que estavam presas algumas cidades mato-grossenses até a década de 70/80, devido à sua posição geográfica de fronteira com a Floresta Amazônica e a inexistência de estradas, associada a meios de transportes precários; permitia e provocava nesta comunidade a manutenção de vestígios do português quinhentista na troca do [l] pelo [r]. O que a Língua “chamada culta” classifica como “erro” ortográfico é justamente a continuidade do falar português quinhentista em uma determinada comunidade e a norma culta é o retrato da miscigenação da língua em nosso país. O que é considerado como “erro” por alguns é simplesmente a falta de compreensão/estudo do processo da língua por parte dos falantes.

Lagazzi (2006) reflete que a equivocidade, tal como discutida por Pêcheux, não traz o sentido de “erro”, comumente interpretado no senso comum, mas como constitutivo da linguagem. Neste ponto da análise, me refiro ao equívoco, não como o confronto de sentidos, de razões expostas e diferentes interpretações; mas como o *estatuto da equivocidade*.

O estatuto da equivocidade é “constitutivo da língua como efeito do funcionamento da linguagem”, (LEITE, V. 1993, p.278), afirma a autora em sua tese sobre o real da língua na teorização sobre o discurso. Reitera que, para Pêcheux, não se trata apenas de admitir que na língua há o equívoco, mas de operar com um conceito de língua que reconheça nos fatos do equívoco o real que lhe é próprio.

Considero fundamental, então, ressaltar que a afirmação de Pêcheux (1988, p.53) em que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido”. É nesse espaço de reflexões, que é o da Análise de Discurso, que pretendo trabalhar.

Portanto, trago a distinção entre real e imaginário na Análise de Discurso, como um de seus princípios. Para Orlandi (1999^a, p. 74) “o que temos, em termos do real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, e o equívoco”, e a nível das representações imaginárias “temos a unidade, a completude, a coerência, o claro, o distinto e a não contradição”. O discurso funciona sempre nessa “articulação necessária entre o real e o imaginário”.

Ao operar, na Análise de Discurso, com um conceito de língua que se abre para o equívoco, penso o equívoco como as diferentes abordagens ou entendimentos que cada sujeito tem sobre a língua. Como todo sujeito é a soma de leituras/conhecimentos produzidos, conforme Orlandi (1988), “as histórias do sujeito-leitor e as histórias da leitura”, cada sujeito interpreta os fatos que a ele são defrontados com a bagagem lingüística que possui. E, neste ponto, resultam as diferentes interpretações de ocorrências da língua enquanto estrutura. O não conhecimento do processo histórico de constituição da língua cuiabana provoca o equívoco, e, por conseqüência, a noção de “erro”.

Pensando esta relação, vejo o equívoco em relação à forma.

Vejamos:

O crima está quente hoje.

Não há equívoco quanto aos sentidos, não há divergência quanto à forma significativa. Todos entendem que o dia está acalorado. A divergência se mostra no equívoco em relação ao entendimento sobre a língua, enquanto estrutura e suas possibilidades de ocorrência. Desconhece-se o processo histórico de formação e constituição das línguas.

Tanto é assim, que para os habitantes da baixada cuiabana, não há equívoco, ou seja, não há “erro”.

Observemos análise do trabalho de conclusão²² da especialização em Linguística, que tem como *corpus* o falar Poconeano:

Analizando os recortes acima, podemos observar o prolongamento dos verbos no gerúndio “viveeenndo”, lutaaanndo e também no uso do pronome “a gente” no lugar do pronome “nós” e em toodos os dominnnngos, o prolongamento de “todos” da vogal “o” é “mim” na palavra domingo.

A musicalidade está presente, até mesmo nas falas dos educadores, como vemos nos recortes abaixo:

²² Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada no Ensino de Português como Língua Materna da acadêmica Liliane Maria de Campos, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista. Orientadora: Prof^ª. Ms Tânia Pitombo de Oliveira. Sinop, 2006.

*“Há alunos de **toodas** raças...” “A relação entre professor x **aluuuno** deve ser bem dialogada...”*

(Professor da zona rural)

Podemos perceber o prolongamento da vogal “o” na palavra “toodos” e em “aluuuno” e o prolongamento está na semivogal “u”. Por meio de entrevistas, percebemos os traços fortes, a sonoridades das palavras, o que predomina no falar poconeano é o prolongamento, principalmente nas vogais e semivogais, até mesmo em verbos, a troca de “l” por “r”, pronomes que fazem com que o falar poconeano tenha uma musicalidade única e própria. Por ser um falar diferente e ter características diferentes pessoas que nunca ouviram acham “engraçadas” até o próprio poconeano.

Análises do falar poconeano, na população escolarizada:

*“Por **exempriu** eu falei assim...”*

*“Meu 2º grau **compreto** profissional...”*

*“Por **exempriu** a gente fala, ai eles começam a rir”*

(Estudantes do Ensino Médio)

O que você acha do falar poconeano?

- Eu acho muito “engraçado”, porque cada um tem seu jeito de falar.

- Eu acho é bom e muito “engraçado” porque a pessoa fala meio caipira.

(estudantes do Ensino Médio)

O termo “engraçado” supõe-se ter na verdade vários sentidos, mas o “engraçado” quando se refere a uma variedade lingüística usada no contexto social, tratando-se da fala de uma determinada região, possui certo cuidado, pois estamos falando de traços culturais e regionais. Conforme os recortes abaixo, podemos perceber que o poconeano se orgulha das suas origens e procura manter suas tradições, mesmo quando questionado se muda o jeito de falar.

O Senhor muda o seu jeito de falar quando viaja para outra cidade?

I – Não, porque eu fui criado aqui, meu **djeeito** de falar é assim **meeemo**,
minha pronúncia é uma só.

II - O meu é desse **djeeito meeemo**, onde eu vou minha voz é esse
meeemo, meu dom é esse **meeemo**. (idoso de 78 anos)

Analisando os recortes acima podemos perceber a realização das fricativas (dz), como africadas palatais na palavra jeito, e a musicalidade estão presente na palavra mesmo no prolongamento da vogal “e” fazendo com que a fala se torne “diferente” e “engraçada”.

Uma outra marca observada no falar mato-grossense, no que diz respeito à língua e que provoca o estranhamento ao migrante é a musicalidade, a entonação dada às palavras que provoca um prolongamento e nasalização, geralmente na última sílaba. Marca de uma irregularidade silábica de tempo, com sílabas curtas e longas.

Vejamos:

Josenildo trouxe o fogoonn no caminhoonnnn.

Alguns recortes nos apresentam a este contexto regional²³:

É preciso que a assembléia dê uma resposta para a população nestes casos de violência.

(Promotor de Justiça – Cuiabá).

Cumprimos o prazo. A obra será entregue acabada inclusive com o acrive e o decrive prontos.

(Engenheiro civil, Cuiabá),

e, ainda:

²³ Como a troca da letra [l] pela letra [r] se verifica na oralidade e não se dá na escrita, os recortes estão sem referência.

E isto é o grande probrema (...);
Quem pranto algodóóón neste ano (...);
O Palácio do Pranalto em Brasília (...);
Essa crise vai refretir no futuro (...);
Vamos apoiar o governador Brairo Maggi (...);
(Político tradicional em Mato Grosso e ex-governador de Estado)

Conforme Marroquim (1934, p.40), este fenômeno remonta o português arcaico, portanto, anterior ao contato dos portugueses com o índio e o negro na região mato-grossense: -platu > prato; noble > nobre; blandu > brando; regula > regra; e outros. O autor acredita que o impulso deste falar veio de Portugal e que o índio pode ter contribuído apenas para a generalização do fenômeno.

Este fenômeno, que para muitos é considerado como *erro ortográfico*, motivo de discriminação e provoca sentimentos de inferioridade e tentativas de correção é um fator de distanciamento entre “cuiabanos dtsapa e cruz”, ou seja, aquele que nasce e morre em Cuiabá e migrantes que vieram para o Estado de Mato Grosso após a década de 70, provindos de outras regiões, principalmente dos estados do sul do país como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em “cuiabanos dtsapa”, a realização da fricativa [s] como africada palatal [ts] significa a chapinha ou medalhinha que a criança recebe ao nascer e em “de chapa e cruz”, cruz significa o ritual católico de se postar uma cruz no túmulo. Contexto cultural de início e fim, vida e morte, em um mesmo lugar, em Cuiabá.

É a marca da/na língua, enquanto estrutura, que se inscreve na história e produz o acontecimento.

Vejamos o artigo *Pantanaís da gramática*²⁴, de Roberto Leiser Baronas, à época, professor da UNEMAT, que escreve sobre o que o autor chama de “regularidades lingüísticas que marcam o uso do idioma”.

ENSINO

Pantanaís da

ANTES DE MANDAR UM ALUNO AO FONOAUDIÓLOGO OU CRITICAR O PORTUGUÊS ALHEIO, É PRECISO ENTENDER AS REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS QUE MARCAM O USO DO IDIOMA

POR ROBERTO LEISER BARONAS

Dos conteúdos de gramática a serem ensinados para nossos alunos, em especial os que se referem a questões sintáticas são os mais difíceis de serem mediados e apreendidos. Passamos anos e anos ensinando as regras de concordância, por exemplo. Dizemos e redizemos que a concordância é um “fenômeno sintático pelo qual, no português, um substantivo ou um pronome impõe alteração formal sobre outros termos com os quais forma um sintagma, um conjunto, sejam verbos de que ele é sujeito, sejam adjetivos, participípios ou demais modificadores que a

ele se referem, resultando na adequação, entre ambos, das marcas de pessoa, gênero e número” (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa).

Mal terminei essa definição para uma turma de uma escola pública de Cuiabá, e um dos alunos me interpela:

— Professor, tô com sede, posso beber um água?

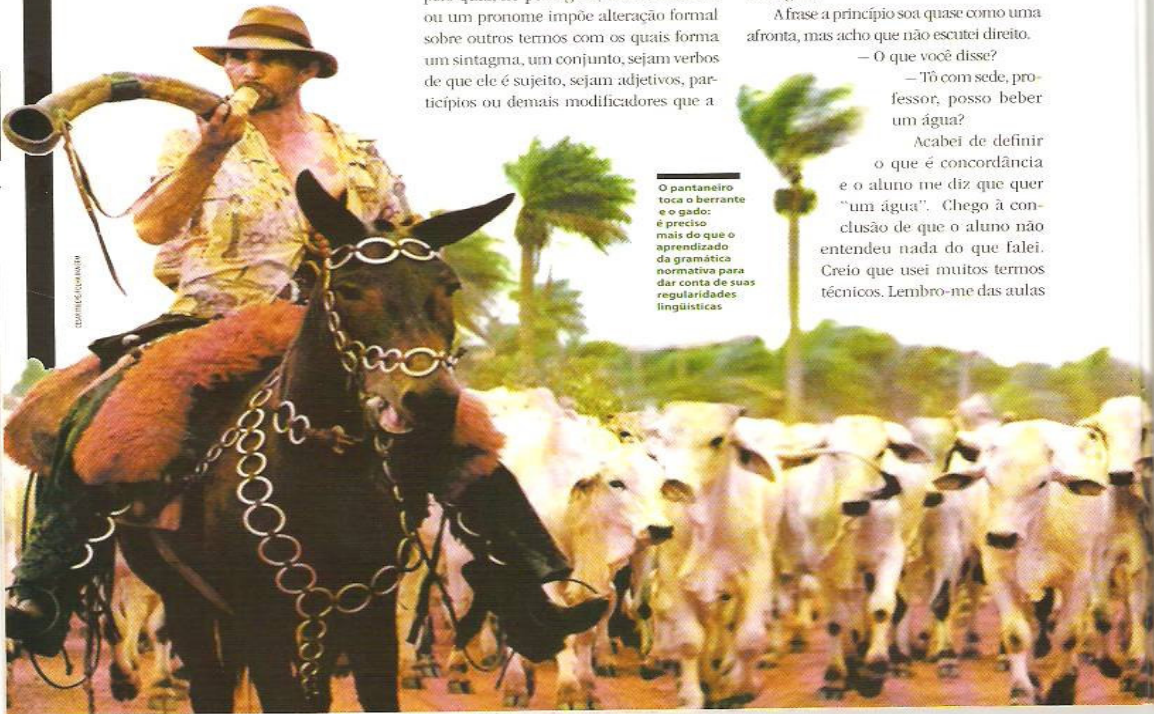
A frase a princípio soa quase como uma afronta, mas acho que não escutei direito.

— O que você disse?

— Tô com sede, professor, posso beber um água?

Acabei de definir o que é concordância e o aluno me diz que quer “um água”. Chego à conclusão de que o aluno não entendeu nada do que falei. Creio que usei muitos termos técnicos. Lembro-me das aulas

O pantaneiro toca o berrante e o gado: é preciso mais do que o aprendizado da gramática normativa para dar conta de suas regularidades lingüísticas



²⁴ BARONAS, R. L. *Pantanaís da gramática*. In: Revista LÍNGUA PORTUGUESA, Editora Segmento, ano II, nº 17, março de 2007.

gramática

de Metodologia do Ensino na graduação, nas quais meus professores diziam para usar a metalinguagem gramatical só em situações muito, muito específicas.

Torno a explicar o conteúdo. Abandono as definições e parto para a exemplificação. Tomo o exemplo do aluno e digo: “Estou com sede, vou beber *uma* água”. “Água” por ser o núcleo, a parte mais importante do conjunto, é quem determina a concordância, portanto o adequado seria “uma água” e não “um água”, visto que o nome “água” é feminino.

Outras estocadas

Em outros termos, entre essas duas palavras – “um” e “água” há uma relação particular. A palavra mais importante é o substantivo feminino “água” e em torno dela gira outra palavra de outra classe gramatical “um” (artigo indefinido). Com efeito, pelo fato de “água” ser um nome e estar no feminino, determina que “um” esteja no feminino. Essa relação de conformidade

chamamos de concordância nominal.

Escrevo no quadro mais uma infinidade de exemplos e discuto com os alunos cada um deles, evidenciando que, se o nome está no masculino, os determinantes também devem estar no masculino. Se o nome estiver no feminino, os determinantes devem estar no feminino.

Pergunto se eles compreenderam e todos, em uníssono, me dizem que sim. Fico então satisfeito, que agora realmente eles entenderam o que eu falei. Fecho a minha boa e velha *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, do Napoleão Mendes de Almeida, pois acabou de bater o sinal para o intervalo. Ao sair da sala, entretanto, observo duas de minhas alunas conversando. Uma delas diz:

— Oba, hoje tem carne frito no lanche.

Ao ouvir a frase, toda aquela sensação de desânimo sentida na aula toma conta de mim. Não adianta, meus alunos não sabem gramática mesmo. Eles devem ter algum problema, pois não conseguem

enxergar o óbvio. Ou seja, ver que o adjetivo “frito” deveria concordar com o substantivo feminino “carne”, isto é, “frito” deveria ser realizado como “frita”.

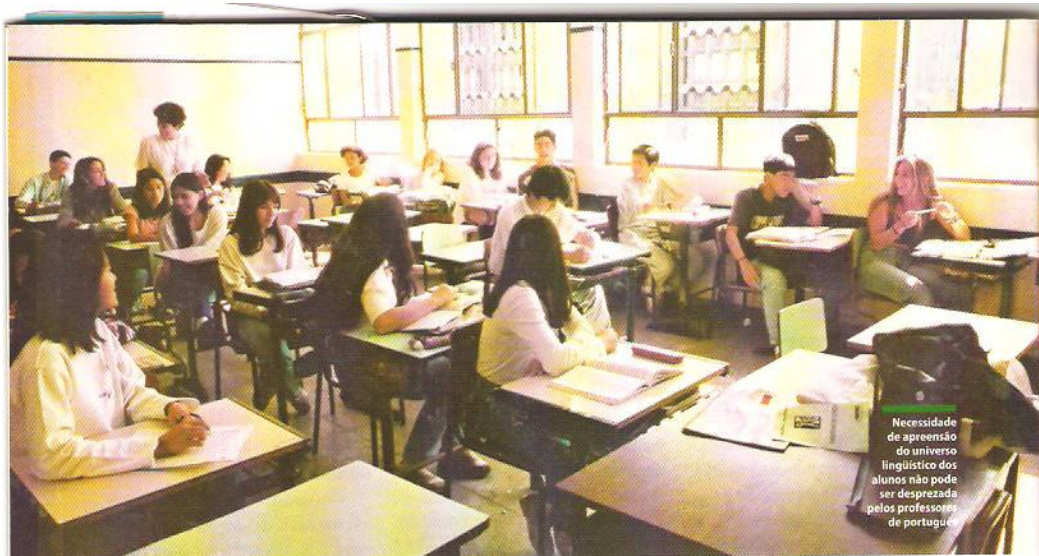
Olhar descritivista

Vou conversar com o diretor. Tenho de solicitar ajuda de um profissional. Acho que é o mesmo problema descrito pelo Pasquale Cipro Neto (*Rotacismo: problema e problema*. www.tvcultura.com.br/AlôEscola – *Nossa Língua Portuguesa*) no caso da troca do [l] pelo [r] em palavras como “bicicleta”; “chicrete”; “broco”. Encaminharei essas crianças para um fonoaudiólogo.

Se formos analisar esses dados com base nas gramáticas tradicionais, as normativas, como a do Napoleão Mendes de Almeida, observaremos que são “censuráveis”, isto é, não respeitam as regras “do bem falar e escrever”.

Contudo, se adotarmos um outro ponto de vista gramatical, o da gra-





Necessidade de apreensão do universo lingüístico dos alunos não pode ser desprezada pelos professores de português

mática descritiva, verificaremos que os fatos lingüísticos produzidos pelos alunos são plenamente gramaticais, ou seja, são possíveis de serem produzidos e entendidos pelos falantes de determinada comunidade lingüística.

A gramática que conhecemos, a ensinada na escola, é mais uma das possibilidades de gramática existentes. Tanto a que aprendemos na escola quanto as outras não são "um conjunto de resultados, são antes um método, uma maneira de se refletir sobre a linguagem" (Perini, 2006, p. 26). Enquanto a primeira analisa elementos de linguagem extraídos da escrita de autores da literatura, geralmente de séculos passados, como se fossem fatos incontestáveis, a descritiva se baseia no uso atual, efetivo, que os falantes fazem de sua língua.

Concordâncias

O tipo de concordância presente nas frases dos alunos, que me deixava de cabelos em pé, achando que eu deveria levá-los a um fonoaudiólogo, realiza-se cotidianamente na fala espontânea de milhares de falantes da baixada cuiabana,

com maior recorrência em municípios pantaneiros, como Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger e Cáceres.

Quanto, ao visitarmos o Pantanal, já não ouvimos de um pantaneiro frases do tipo: "Onça não come *o pessoa*"; "Jacaré num chega onde tá *o gente*"; O turista enche *o cabeça meu* com pergunta". Observem que as frases do tipo realizam a concordância da mesma forma que as falas dos meus alunos.

O leitor, entretanto, poderia me objetar, dizendo que o pantaneiro, por alguma razão, não foi à escola, portanto não aprendeu a gramática; seu falar é "errado", é "feio". Assevero que aprender gramática não tem a ver com escolarização, pois nascemos "programados" para falar a variedade de língua de nossa comunidade lingüística e a regra de concordância presente na fala do pantaneiro ou dos alunos não deve ser percebida a partir de juízos estéticos, mas com base em critérios lingüísticos. É fala perfeitamente possível e compreendida pelos membros da comunidade lingüística em que ocorre.

Substantivos como os arrolados: ca-

beça; gente e pessoa, classificados pelas gramáticas tradicionais e dicionários como substantivos femininos, passam, por motivos históricos, a serem interpretados pela maioria de uma comunidade como a pantaneira como sendo masculinos. "Pessoa", "gente", "cabeça", ao serem interpretados como nomes masculinos, impõem alteração formal de gênero masculino sobre os outros termos – "o", na primeira, "o", na segunda e "o" e "meu", na terceira – com os quais formam sintagmas: "o pessoa"; "o gente" e "o cabeça meu".

As regularidades que determinam a concordância dessa fala do pantaneiro são distintas das regras das gramáticas tradicionais. Desse modo, antes de encaminhar nossos alunos para um fonoaudiólogo para "aprenderem a empotar a voz, a pronunciar melhor as palavras", e/ou criticarmos o pantaneiro pela linguagem "feia", "errada", deveríamos entender as regularidades lingüísticas que constituem a gramática de sua língua. ♦

Roberto Leiser Baronas é doutor em lingüística, professor do Departamento de Letras da UFSCAR e do mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso

Em seu artigo, Baronas (2007), demonstra a preocupação que toma os professores de Língua Portuguesa, migrantes que desconhecem as nuances do falar cuiabano, em sua rotina de sala de aula, neste caso específico, uma escola pública de Cuiabá.

Vejamos alguns recortes,

Passamos anos e anos ensinando as regras de concordância, por exemplo: dizemos e redizemos que a concordância é um “fenômeno sintático pelo qual, no português, um substantivo ou um pronome impõe alteração formal sobre os outros termos com os quais forma um sintagma, um conjunto, sejam verbos de que ele é sujeito, sejam adjetivos, participios ou demais modificadores que a eles se referem, resultando na adequação, entre ambos, das marcas de pessoa, gênero e número”. (Dicionário Eletrônico Houais da Língua Portuguesa).

Mal termino essa definição para uma turma de uma escola pública de Cuiabá, e um dos alunos me interpela:

— Professor, tô com sede, posso beber um água?

A frase a princípio soa quase como uma afronta, mas acho que não escutei direito.

— O que você disse?

Tô com sede professor, posso beber um água?

Acabei de definir o que é concordância e o aluno me diz que quer “um água”. Chego à conclusão de que o aluno não entendeu nada do que falei. Creio que usei muitos termos técnicos.

(...) Torno a explicar o conteúdo. (...) Pergunto se eles compreenderam e todos, em uníssono, me dizem que sim. (...) Ao sair da sala, entretanto, observo duas de minhas alunas conversando. Uma delas diz:

— Oba, hoje tem carne frito no lanche.

Ao ouvir a frase, toda aquela sensação de desânimo sentida na aula toma conta de mim. Não adianta, meus alunos não sabem gramática mesmo. Eles devem ter algum problema, pois não conseguem enxergar o óbvio.

(...) O tipo de concordância presente nas frases dos meus alunos, que me deixava de cabelos em pé, achando que eu deveria levá-los a um fonoaudiólogo, realiza-se cotidianamente na fala espontânea de milhares de alunos da baixada cuiabana, com maior recorrência em municípios pantaneiros, como Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger e Cáceres.

Quanto, ao visitarmos o Pantanal, já não ouvimos frases do tipo: “Onça não come *o pessoa*”; “Jacaré num chega onde ta *o gente*”; “O turista enche *o cabeça meu* com pergunta”.

O leitor, entretanto, poderia me objetar, dizendo que o pantaneiro, por alguma razão, não foi à escola, portanto não aprendeu a gramática, seu falar é “errado”, é “feio”.

O autor conclui seu texto com argumentos da gramática descritiva dizendo que “as regularidades que determinam a concordância dessa fala dos pantaneiros são distintas das regras das gramáticas tradicionais”.

Mas, o que interessa para esta análise, é que o texto apresenta um *problema* de língua. E este *problema* causa estranhamento, distingue pessoas, distingue culturas, em que as relações de força e poder, caminham no sentido do falar de prestígio da norma padrão ou culta.

Aquele que não corresponde aos padrões esperados, é visto como *aquele que não entende, não sabe, não estudou, tem algum problema, ou está nos afrontando*, como vemos em: “A frase, a princípio, soa quase como uma afronta, mas acho que não entendi direito”; “Chego à conclusão de que o aluno não entendeu nada do que eu falei”; “Ao ouvir a frase, toda aquela sensação de desânimo sentida na aula toma conta de mim. Não adianta, meus alunos não sabem gramática mesmo. Eles devem ter algum problema pois não conseguem enxergar o óbvio”; “Encaminharei estas crianças para um fonoaudiólogo”; “O pantaneiro, por alguma razão, não foi à escola, portanto não aprendeu a gramática; seu falar é ‘errado’, é ‘feio’.”.

Nas relações de força, essa fala que é distintiva de toda uma região, cristaliza relações de identificação distintas entre moradores dessas regiões e migrantes, que a vêem como um *falar errado, de maneira feia*.

Percebo que na relação temporal que é foco desse trabalho, primeira divisão territorial (1977), e a contemporaneidade (2007), encontro, primeiramente, uma língua de um território – língua cuiabana e Estado de Mato Grosso -, e, após o processo migratório, uma língua invadida, lutando para ser do território.

Quando digo invadida, me refiro ao título do artigo *Pantanaís da gramática*, ou gramática do Pantanal – quando pensada na relação de pertencimento a um território – língua restrita ao pantanal.

Em um outro sentido possível, pensando a direção da formulação do texto de Baronas, *Pantanaís da gramática*, penso a língua (considerada aqui como estrutura) tentando se sustentar em um terreno alagado, não firme, em um grande pântano em que a não sustentação se multiplica (concordância das marcas de pessoa, gênero e número), relação esta posta pelo plural de *pantanaís* da gramática.

- UM OUTRO ARGUMENTO: O HUMOR COMO OBSERVAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA

Observemos os recortes:

Recentemente lancei o movimento Divisão Não, Integração Sim, cujo objetivo principal é o de conscientizar os mato-grossenses do que representaria um desmembramento do Estado e o que de fato seria alterado no *modus vivendi* atual. Não tenho a menos sombra de dúvidas que sofrerei resistências fortes dos que querem criar um novo Estado, até porque, para muitos, seria muito interessante o surgimento de novos poderes executivo,

legislativo e judiciário, novos espaços de poder, inclusive, a título de “curiosidade” pertinente, o autor da proposta é de Roraima. (...) Além disso, o Araguaia, nome do fictício Estado, não teria meios de auto-sustentação economicamente, até porque a legislação ambiental em vigor só permite uma área de desmatamento de 20%, no máximo. A divisão também diminuiria em muito as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso.

(Jornal A Gazeta, 10 de abril de 2001; Wilson Santos, professor de História em Cuiabá, à época Deputado Federal e atual Prefeito de Cuiabá - 2005/2009).

Ao efetuar uma análise pelo prisma da ironia, torna-se necessário compreender as dificuldades colocadas pela transcrição da ironia, pois não é possível recorrer à entonação ou à mímica. Assim, é necessário confiar na análise das condições de produção para que nele se possam recuperar elementos contraditórios.

É da essência da ironia suscitar a ambigüidade, e, também necessário afirmar que a tomo como objeto de estudo não como um gesto de agressão, ou como um gesto neutro e nem mesmo como um gesto defensivo; mas sim como uma possibilidade de resistência a um contexto que se apresenta.

Na sequência discursiva, percebo que em “a título de curiosidade pertinente”, o autor do depoimento considera importante e pertinente declarar que o autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDL), é político eleito pelo Estado de Roraima (Senador Mozarildo Cavalcanti, PFL-RR), portanto, não é cuiabano, ou mato-grossense – é alguém de fora – como que desclassificando a proposta.

E, em “(...) Além disso, o Araguaia, nome do fictício Estado, não teria meios de auto-sustentação econômica (...)”, a formulação “fictício” desclassifica qualquer possibilidade de existência /criação desse novo espaço, visto pelo seu autor como algo fruto da ficção.

E, neste outro recorte:

A onda continua, e cada vez mais forte, e resta saber se os mato-grossenses vão aceitar toda essa manipulação de braços abertos e de olhos fechados, e se os nossos dirigentes político-administrativos vão continuar abrindo e cedendo espaço para os “quinta colunas”. Sim, porque não há nada pior para um projeto, para um programa, para uma estratégia de médio e longo prazos, para uma administração municipal ou estadual, que o indivíduo que está no processo, mas, com um pé adiante, e outro atrás. Em Cuiabá é um, no Nortão é outro. Tem um comportamento e um discurso na capital, e outro, de acordo com as conveniências político/empresariais, bem diferente, para agradar a missa divisionista. Este tipo é apelidado, universalmente, de “quinta-coluna”. (...) Talebans do capitalismo selvagem, predatório

(Jornal A gazeta, 20 de março de 2002, Cuiabá, Jota Alves, formado em Direito Internacional e Economia na Rússia. Criou o dia do Brasil em Nova York e escreve em A Gazeta às quartas-feiras).

Em “resta saber se os mato-grossenses vão aceitar toda essa manipulação de braços abertos e de olhos fechados”, a formulação, considera imaginariamente, como mato-grossenses, somente a população nascida em Cuiabá, excluindo, do *ser mato-grossense* e direito a opinar, os migrantes da região norte do Estado.

“De braços abertos e olhos fechados”, traz os sentidos de ‘não fazer nada’, ‘aceitar pacificamente o que vem pela frente, sem se manifestar’. Vejo nessa formulação, traços de uma memória marcada pelos sentidos da primeira divisão estadual (1977), no texto de Louremberg Alves (2001), recorte já posto nessa tese, item 2.1.

Nesta altura dos acontecimentos, inúmeros nortistas, que até então eram contrários à divisão de Mato Grosso, passaram a aderir às idéias divisionistas. Talvez porque já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida ou de revidarem as agressões sofridas ou porque perceberam que a divisão do Estado poderia liberar a região norte do “seu atraso socioeconômico” e da opressão que era condenada pela carência de infra-estrutura.

Em “já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo desses anos, lhes era dirigida ou de revidarem as agressões sofridas” significa que os Mato-grossenses da década de 70, já haviam aceito a divisão pacificamente, sem fazer nada

Finalizando o recorte em análise, na prática discursiva “se os nossos dirigentes político-administrativos vão continuar abrindo e cedendo espaço para os “quinta colunas”, a formulação relaciona os sentidos de “quinta coluna” com: “o indivíduo que está no processo, mas, com um pé adiante, e outro atrás. Em Cuiabá é um, no Nortão é outro. Tem um comportamento e um discurso na capital, e outro, de acordo com as conveniências político/empresariais, bem diferente”.

Para a FGV²⁵ – CPDOC, quinta-coluna é uma formulação cunhada durante a guerra civil espanhola no final dos anos 30, quando o líder fascista espanhol Francisco Franco preparava-se para marchar sobre Madri com quatro colunas, o general Queipo de Llano disse: “A quinta-coluna está esperando para saudar-nos dentro da cidade”. Pela primeira vez o mundo ouvia a palavra fatídica – “quinta-coluna”. Era uma referência ao ultra-esquerdista Partido Operário da Unificação Marxista (POUM), que aderira à política de Leon Trotski e promovia uma frenética propaganda contra o governo republicano. Em 1937, o partido apelou para uma “ação resoluta” a fim de derrubar o governo republicano. O POUM dizia que praticava uma oposição “revolucionária”, mas, na prática, como disse o general Llano, era uma importante linha auxiliar dos fascistas.

²⁵ Fundação Getúlio Vargas. CPDOC (Centro de pesquisa e documentação).

E, no dicionário virtual, King Host – Dicionário de Língua Portuguesa, Quinta-coluna (s.m. e s.f.), Qualquer indivíduo (nacional ou estrangeiro) que atua dissimuladamente em um país em guerra ou prestes a entrar em guerra com outro, no sentido de auxiliar uma provável invasão, ou espionando e fazendo propaganda subversiva. --- S.f. O conjunto, a classe dos quinta-coluna.

O texto *A violência do Estado novo brasileiro*²⁶, nos traz a imagem de ‘quinta-coluna’ como “inimigos da Pátria”. Durante a Segunda Guerra, essa imagem foi reforçada diariamente tanto pelas notícias internacionais emitidas pelos Aliados (Agências de notícias norte-americanas) de onde eram distribuídas para o mundo, como também, pelo serviço de divulgação da polícia na capital federal e muito especialmente no caso de Santa Catarina, pelos jornais de Florianópolis na mão do governo estadual, cuja publicação diária de casos concretos, onde pessoas eram identificadas e presas como “quinta-coluna”, recriavam no imaginário da população os “inimigos da Pátria”, confirmando aos olhos de todos, assim, todas as suspeitas do governo. A violência se legitimava: “Era preciso acabar com esses inimigos”.

A relação encontrada no texto é de patriotas e inimigos da Pátria. Os mato-grossenses e os dirigentes político-administrativos que cedem espaço, para os considerados como “quinta-coluna”, ou seja, inimigos da Pátria (em que Cuiabá e Mato Grosso recobrem o sentido de Pátria), através dos processos imaginários constitutivos dos processos discursivos, são vistos, pelos nascidos na terra e contrários ao processo de divisão, como *inimigos da pátria..*

Esses “inimigos da Pátria”, ao apoiarem os divisionistas no Nortão, são comparados a “Talebans do capitalismo selvagem, predatório”, em que “Talebans” é uma referência ao grupo islâmico que controlava 90% do território afegão até 2001 sob um regime extremista e conservador quando foi deposto pelos Estados Unidos da América na investida militar americana levada a cabo após os ataques de 11 de setembro.

²⁶ MOSER, Anita. *A violência do Estado Novo brasileiro contra italianos*. Instituto de investigação e desenvolvimento em política lingüística. Florianópolis, SC. E-mail ipol@ipol.org.br

Em um gesto de interpretação dos processos de subjetivação desse sujeito migrante e do sujeito mato-grossense, imaginariamente se sentindo invadido pelo processo migratório que possibilita uma prática discursiva de conflitos, procuro compreender seus modos de individualização. A todos esses diferentes argumentos, poderia me estender e somar muitos outros para descrever como a prática discursiva da região se organiza para poder se justificar na sua oposição ao outro.

Os argumentos podem ser tantos e tão diferentes que me levam a pensar que eles *circundam a questão*, não se constituindo *na questão*. Ou seja, o que se chama pacificamente de migração, tem um sentido muito forte nas relações de identificação dos sujeitos que se consideram *do lugar* e dos que chegaram *ao lugar*.

CAPÍTULO III

A semântica discursiva é a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, que deve dar conta do laço que liga os processos às condições em que é produzido o discurso. (ORLANDI, 1979, 45-46)

3.1 - A MATERIALIDADE DOS LUGARES DISPÕE A VIDA DOS SUJEITOS

Lagazzi (2005, p.185), ressalta a importância do confronto da materialidade do discurso em análise. Dispor-se ao confronto com a materialidade significativa é investir em parâmetros analíticos marcados pelo descentramento da compreensão. O trabalho do analista de discurso se faz no exercício constante de suspensão de interpretações, pela descrição da forma material²⁷ e sua submissão às relações parafrásticas, e à polissemia. Assim, o funcionamento da resistência desses sujeitos que possibilita constituir outras posições que vão materializar novos ou outros lugares, é uma questão que precisa ser investigada.

Passar pela temporalidade e compreendê-la como a formulação de fronteiras contraditórias, constitutivas do possível na prática discursiva mato-grossense nas condições de produção dadas, expõe um gesto de descentramento na ancoragem material.

²⁷ Cf. Eni Orlandi. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Pontes, Campinas, 1999.

3.2 - EFEITOS DE TEMPORALIDADE

Dentre os muitos efeitos de sentido que se marcam nos recortes, a temporalidade discursiva se apresenta como uma constante na tensão “não dividir x criar” um novo Estado, face à proposta divisionista. Tanto nos discursos contrários como favoráveis à tese divisionista, a temporalidade se afirma como uma possibilidade de realização.

Percebo como eixo organizador da proposta divisionista a busca de identificação. A *questão divisionista* precisa se manter/se mostrar, provocar a possibilidade. Seja propondo/clamando questões territoriais; conclusão de estradas, questões indígenas como o Parque nacional do Xingu, ou ainda se referindo ao êxito das expectativas.

3.2.1 – A TEMPORALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A SINTAXE

Pensando a articulação entre o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso, o trabalho de análise da temporalidade marcada nos processos sintáticos e observada na formulação, mostra-se importante para chegarmos ao processo discursivo e à determinação histórica dos sentidos que se movimentam relacionados às diferentes formações ideológicas.

Vejamos o recorte:



(Jornal A gazeta, Cuiabá, p. 6 A, quarta-feira, 05 de junho de 2002, Caderno de Política)

O parlamentar utiliza a questão indígena e a construção de estradas como entraves para a garantia da redivisão territorial de Mato Grosso. Em “caso a divisão se concretize”, a conjunção “caso” aponta para a dúvida, eventualidade ou hipótese do fato se concretizar, conforme os recortes:

Uma das questões que poderiam prolongar por mais de uma década a discussão em torno da redivisão é a indígena (...) para garantir a redivisão de acordo com o projeto do Senado, seria necessária a conclusão da MT-223, também conhecida como BR-80, e que atravessa o Parque Nacional do Xingu (...) caso a divisão se concretize, a porção remanescente do Estado abrigaria uma das áreas economicamente mais dinâmicas da região.

E, ainda, na mesma página de jornal, acrescenta:

as divisões

DOS DO ARAGUAIA E DO MT DO NORTE

SANDRA CARVALHO
DA REDAÇÃO

"A redivisão do Estado de Mato Grosso não pode ser tratada com fins meramente eleitorais." Esta é a preocupação do deputado federal Ricarte de Freitas (PSDB), que entregou ontem à Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional o seu parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal. Ricarte não vê qualquer possibilidade de sucesso na redivisão territorial de

engajarem na discussão de sua redivisão territorial: "A inevitável criação do Mato Grosso do Norte e do Território Federal do Araguaia não significa que a separação deva ocorrer em curto prazo, nem, tampouco, que ela esteja fadada ao êxito", analisou, destacando que a complexidade de um processo como o de desmembramento de um território tão vasto exige um cuidadoso planejamento, durante um período tão longo quanto necessário, para que se possa antever e contornar

Araguaia. Na sua opinião, uma redivisão só se justificaria se fossem criados o Estado de Mato Grosso do Norte e o Território Federal do Araguaia.

"A região do Baixo Araguaia precisa de investimentos federais para que possa se organizar social e economicamente antes de ser transformada em novo Estado da Federação", comentou, defendendo um plebiscito na forma de substitutivo tanto para criação do novo Estado quanto do território. "Mesmo porque a criação de um novo Estado — segundo o deputado — não pertence aos membros do Congresso Nacional, mas à população mato-grossense".

O deputado Ricarte alerta a população, em seu relatório, para a realidade em que vive Mato Grosso e para a importância, segundo ele, de todos se

relatório, que é fundamental que o assunto seja discutido de forma ampla, através de debates populares, reunindo autoridades, trabalhadores, empresários, estudantes e entidades representativas da sociedade civil de todo o Estado.

"Não queremos reviver a época da criação de Mato Grosso do Sul, quando a ausência de discussões objetivas sobre o processo de separação territorial obscureceu os pontos relevantes, embasando-se em falsas promessas de prosperidade e bonança eterna", concluiu o deputado federal, defendendo a vontade popular. "A idéia deve ser respaldada por um processo sereno, desapassionado e de análise das alternativas disponíveis e de escolha da estratégia mais adequada para garantir o bom êxito da caminhada rumo à nova situação proposta."

A inevitabilidade da criação do Mato Grosso do Norte e do Território Federal do Araguaia não significa que a separação deva ocorrer em curto prazo (...) a complexidade de um processo como o de desmembramento de um território tão vasto exige um cuidadoso planejamento, durante um período tão longo quanto necessário, para que se possa antever e contornar os entraves ao sucesso da empreitada.

Uma outra questão de estradas, a conclusão da BR-163:



(Jornal Diário Regional, domingo, 12 de dezembro de 2004)

A conclusão da BR-163, Rodovia Federal que corta o Brasil de SUL a Norte, e atravessa o Estado de Mato Grosso, é colocada como condição para a possibilidade de divisão estadual: "A conclusão da BR 163, que também esta ligada à divisão do Estado, será a redenção para Mato Grosso e a sinalização para que o Estado se estabeleça e consolide o desenvolvimento da região Centro-Oeste e Norte do Brasil".

Na prática discursiva "conclusão da BR-163", conclusão significa asfaltamento, porque a BR-163 já existe, mas, grande parte, não está asfaltada.

O deputado ainda cita o município de Sinop "que para escoar sua produção (...) precisa atravessar cerca de 2,5 mil quilômetros de estradas, até o Porto de Paranaguá, PR,

ou Santos, SP, e ainda percorrer sete mil milhas submarinas para levar a produção para o mercado internacional”, e conclui a necessidade da BR-163 asfaltada até a cidade de Santarém, no Pará, como condição de sustentabilidade para o progresso da região e possibilidade de divisão estadual “quando tivermos a rodovia concluída, Sinop terá que percorrer 1,2 mil km até o porto de Santarém, PA, além de evitar as milhas submarinas, o que vai gerar uma grande economia aos produtores daqui e da região inteira”.

A prática discursiva jornalística traz como destaque a marca do tempo quando insere, no meio do texto, o subtítulo “Hoje estamos esbarrados na burocracia do governo” e acrescenta a essa formulação, no texto jornalístico, a questão ambiental como outro fator de impedimento à conclusão da BR-163, “Hoje, infelizmente, estamos esbarrados na burocracia e, principalmente, na questão ambiental”.

Assim, para que a divisão estadual se efetue, é preciso concluir estradas. A questão ambiental também se apresenta como entrave, na visão do autor do texto, para a conclusão das estradas, e, ainda, há o problema da burocracia do governo.

Portanto, no tempo presente, o que está silenciado, mas significando, é a formulação *hoje, não há condições de se concretizar uma proposta de divisão estadual*.

No rodapé da foto, encontramos a seguinte formulação: “Estar fora do “eixo” significa o distanciamento no poder da competitividade”, e o deputado refere “competitividade” aos outros Estados “competitividade com os outros estados, apesar dos nossos concorrentes já terem sentido, no bolso, o potencial do nosso Estado”.

Assim, antes que a divisão territorial possa ser concretizada, é necessária a conclusão do asfaltamento da BR-163, colocada como condição ao desenvolvimento.

Vejam a formulação do texto jornalístico que se apresenta como manchete de primeira página, a essa reportagem:



(Jornal Diário Regional, manchete da primeira página, domingo, 12 de dezembro de 2004)

E, o mesmo deputado, sustenta a temporalidade, que já é apresentada no título da reportagem “questão de tempo”:



Em visita ao Município de Sinop, na quinta-feira, 09, o deputado e futuro presidente da Assembléia Legislativa em 2005, Silval Barbosa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), afirmou à reportagem do Diário Regional (DR) que “a divisão do Estado de Mato Grosso é uma situação inevitável e irreversível, dependente apenas do tempo. (...) Segundo ele, depois de quase um ano tramitando na Comissão de desenvolvimento da Amazônia, (...), a situação não é tão fácil quanto parece. O Projeto ficou parado durante todo esse tempo na Câmara por conta das reformas da Previdência, Tributária e Judiciária. (...).

Apesar de afirmar que “a divisão do Estado de Mato Grosso é inevitável e irreversível”, a assertividade dessa formulação se perde na formulação “depende apenas de tempo”. O anunciado como “inevitável e irreversível” não tem data para acontecer. É a questão divisionista, enquanto *questão a ser formulada* que precisa se manter/se mostrar e se manter acesa a chama da possibilidade.

Nas práticas discursivas contrárias à divisão estadual, a questão de tempo também se mostra nas formulações “hoje”, “ainda não” e “antes que”, “sem que”:

SINOP, A DIVISÃO E A FORÇA DO NORTÃO
ALEXANDRE FURLAN

Na última sexta-feira a Federação das Indústrias de Mato Grosso realizou em Sinop a sua reunião mensal ordinária. As razões para essa descentralização são a aproximação dos diretores da Federação com as diversas regiões do Estado, e o prestígio aos empresários, sindicatos ligados à indústria, e aos dirigentes que lideram o movimento industrial local.

O meu depoimento pessoal, assim como o de todos os diretores que estiveram em Sinop é semelhante. A região é muito próspera e demonstra uma potencialidade incalculável. Mesmo que sua ocupação seja recente e tenha se realizado a partir da floresta bruta pela força dos seus pioneiros, o seu desenvolvimento é muitíssimo animador.

Vale registrar que logo acima do Posto Gil, no entroncamento de Diamantino, ao longo da rodovia BR-163 na direção norte, já começam as lavouras de soja, de algodão e a pecuária intensiva. Mais próximo de Sinop, o microclima é favorável à cultura do arroz de sequeiro, que consegue competir em qualidade e produtividade com o arroz gaúcho. Tanto que a maior indústria de beneficiamento do país está instalada em Sinop.

A indústria madeireira de Sinop e região é reconhecidamente grande. Já está passando daquela fase estritamente extrativista para a industrialização mais sofisticada com efetiva agregação de valor. Na região aparecem os primeiros projetos de manejo sustentado de florestas, com vistas tanto à preservação futura do potencial madeireiro, como para atender às exigências de certificação ambiental exigidas pelos mercados internacionais importadores de madeira. Aliás, com satisfação, temos o Senai/MT participando de projeto pioneiro de manejo florestal sustentado.

É visível que a região polarizada em Sinop já ultrapassou aquela fase pioneira da ocupação humana e econômica. É uma região consolidada que se mostra rapidamente como um dos grandes pólos da economia mato-grossense. Na condição de pólo econômico, irradia influências para toda uma vasta região do chamado norte de Mato Grosso. Possui, por exemplo, quatro campi universitários. Sua população aproxima-se dos 100 mil habitantes. E a economia influencia toda a região do Médio-Norte e do Norte.

A propósito, saímos todos de Sinop com uma estranha sensação de não compreendermos essa urgência de divisão, para a constituição de um novo estado na região. Se agora com o crescimento e o desenvolvimento efetivos. Se agora a região começa a adquirir um perfil social, econômico e ainda não se consolidou efetivamente, parece uma grande incoerência interromper essa escalada.

Não posso esquecer-me de um depoimento que li neste jornal há alguns anos. Nele, o ex-governador José Fragelli, que governou Mato Grosso entre 1971 e 1975, lamentava: 'que pena que nós dividimos Mato Grosso! Que grande Estado nós seríamos hoje se estivéssemos juntos'. Mato Grosso ainda não consolidou-se depois daquela divisão. Nenhuma das suas regiões, nem mesmo Cuiabá, teria vida própria isolada do contexto de todo o seu território.

O setor industrial de Mato Grosso, depois da visita a Sinop, manifesta a sua preocupação a respeito da possibilidade de uma separação territorial antes que o Estado inteiro se consolide. Mesmo com suas diferenças regionalizadas. Com seus altos e baixos. Com seus municípios ricos e com seus municípios pobres de todas as regiões.

A Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso questiona a possível divisão de Mato Grosso sem que se consolide um processo histórico, social, econômico e de desenvolvimento iniciado em 1979, com a separação de Mato Grosso do Sul, e ainda não consolidado. Temos mais futuro juntos do que separados.

ALEXANDRE FURLAN É ADVOGADO, ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, EMPRESÁRIO E PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Vejamos o recorte,

Não posso esquecer-me de um depoimento que li neste jornal há alguns anos. Nele, o ex-governador José Fragelli, que governou Mato Grosso entre 1971 e 1975, lamentava-se: ‘que pena que nós dividimos Mato Grosso! Que grande Estado nós seríamos hoje se estivéssemos juntos’. Mato Grosso ainda não consolidou-se depois daquela divisão (...) o setor industrial de Mato Grosso, depois da visita a Sinop, manifesta sua preocupação a respeito da possibilidade de uma separação territorial antes que o estado inteiro se consolide. Mesmo com suas diferenças regionalizadas (...) a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso questiona a possível divisão de Mato Grosso sem que se consolide um processo histórico, social, econômico e de desenvolvimento iniciado em 1979, com a separação de Mato Grosso do Sul, e ainda não consolidado. Temos mais futuro juntos do que separados.

Ao afirmar que “temos mais futuro juntos do que separados”, o Presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, lamenta o primeiro processo divisionista quando traz a fala do ex-governador José Fragelli, “que pena que nós dividimos Mato Grosso! Que grande Estado nós seríamos hoje se estivéssemos juntos”, e, acrescenta, “Mato Grosso ainda não se consolidou depois daquela divisão”.

O presidente da Federação das Indústrias apresenta duas perspectivas: a primeira é que se não houvesse ocorrido o acontecimento da primeira divisão estadual, Mato Grosso, hoje, somaria território e somaria produção e renda, e em “ainda não consolidou-se”, o fato de que o Estado ‘ainda não’ apresenta uma unidade.

Em “(...) o setor industrial de Mato Grosso, depois da visita a Sinop, manifesta sua preocupação a respeito da possibilidade de uma separação territorial antes que o Estado

inteiro se consolide. Mesmo com suas diferenças regionalizadas (...)", reafirma os sentidos da não unicidade afirmando as diferenças regionais e a não consolidação de um "processo histórico, social, econômico e de desenvolvimento iniciado em 1979, com a separação de Mato Grosso do Sul, e ainda não consolidado".

Na relação entre o "hoje" e o "futuro", o "hoje" está relacionado a "que grande nós seríamos (...) se estivéssemos juntos", "ainda não", "antes que" e "sem que"; e o futuro está relacionado a "juntos".

No discurso jornalístico analisado, as marcas da temporalidade, quando relacionadas à duração, estão presentes na maioria dos textos. Seguem abaixo alguns recortes.

Com o título *Estado do Araguaia – Teses (I)*, no Jornal A gazeta, Caderno A de 12 de fevereiro de 2001, ano XI, nº. 3474, p. 02A, o jornalista Onofre Ribeiro finaliza seu texto com a seguinte formulação:

E, por último, a tramitação da questão no Congresso Nacional promete ser arrastada. Pode demorar de dois a dez anos ainda. Por sua importância, o assunto continua amanhã.

Na voz do Dr. Antônio Kato, Presidente da UNIMED Norte de Mato Grosso no editorial do Jornal UNIMED de novembro de 2004 e Secretário de Estado do Governo Blairo Maggi, ano de 2006, encontramos a seguinte formulação:

Com maiores despesas para o governo central ou não, com grandes perigos ambientais ou não, o desenho geopolítico da Amazônia deverá sofrer profundas alterações nos próximos anos. Não me atrevo em estabelecer um prazo rígido para não aproveitar do benefício da ausência, costumeira vantagem dos futurólogos, mas é coisa para daqui dez ou quinze anos, se

muito (...) a divisão do Estado é o detalhe que, num futuro não tão longínquo, viável apenas pós “governos Blairo Maggi”, nos colocará no lugar que faremos por merecer. Quem viver, verá.

Não estamos falando de desmembrar o Estado amanhã, mas sim de saber o que é possível e o que é necessário para esse processo. Até hoje, esse assunto foi tratado apenas de forma eleitoreira, servindo de bandeira para muitos, que prometeram e nada fizeram, frustrando a expectativa da população. (...) “20 anos sonhando” a proposta para a divisão do Estado do Mato Grosso criando o Estado do Araguaia foi lançada pela primeira vez pelo então governador Júlio Campos, nos anos de 1983 e 1984.

(Jornal Capital, 23 e 24 de novembro de 2004, p. 03. José Serafini, presidente da Câmara Municipal de Sinop).

A proposta para a divisão do Estado do Mato Grosso criando o estado do Araguaia foi lançada pela primeira vez pelo então governador Júlio Campos, nos anos de 1983 e 1984. Naquele período, Campos ergueu a bandeira da divisão e da instalação de um novo Estado, capaz de dividir o norte do Estado, aberto pelos sulistas, das divergências culturais encontradas no mesmo Mato Grosso, no sul do estado, a região da grande Cuiabá. Campos afirmou que em 10 anos surgiria o novo Estado. Mas não foi o que aconteceu de fato.

(Jornal Capital, 23 e 24 de novembro de 2004, edição 476, p. 03)

DIVISÃO JÁ. É O POVO QUE QUER. O clima de euforia tomou conta da cidade de Sinop com a realização do debate para a criação do Estado do Araguaia. (...) O autor do projeto no Senado, Mozarildo Cavalcante, do PFL de Roraima, fez uma explanação a respeito da viabilidade econômica do novo estado incluindo o Araguaia e a necessidade de divisão. “Para que

a região se torne forte e independente com possibilidades de desenvolvimento”. Mas esse processo de divisão é demorado e o projeto pode ser alterado ao longo das discussões.

(Jornal Amazônia, 12 a 19 de fevereiro de 2001, Sinop, p. 03. Manchete e texto da notícia).

O deputado Ricarte de Freitas destacou ainda que qualquer discussão pela divisão do Estado, independentemente da forma que for proposta, pode levar anos e anos e quem vai decidir o que fazer são “os mais de 2 milhões de cidadãos que vivem em Mato Grosso e isso será feito em momento oportuno”.

(Jornal A Gazeta, Cuiabá, 05 de junho de 2002, p. 6 A. Deputado Ricarte de Freitas, autor do relatório para a Câmara federal sobre o Projeto do senador Mozarildo Cavalcanti sobre a criação do Estado do Araguaia).

A observação do tema – divisão territorial – em relação ao tempo, se dá na perspectiva de um sempre futuro. As condições das estradas, questões territoriais, relações sócio-econômicas e culturais organizam a temporalidade do dizer.

3.3 – FUTURO DO PRETÉRITO – MARCA DISCURSIVA DE INCERTEZAS

Na continuidade de minhas reflexões, encontro um funcionamento do dizer assentado sobre a questão temporal. A temporalidade, marcada no verbo, se apresenta no futuro do pretérito – tempo verbal que marca uma incerteza em relação a um futuro sempre algemado em suas relações com um passado.

Conforme Almeida (1985, P. 230), enquanto existe um futuro com relação ao presente (digo que *farei*, digo que *irei*), tem o português uma forma para indicar o futuro com relação ao passado (disse que *faria*, disse que *iria*).

Para o autor, o futuro do pretérito aparece frente a uma hipótese (Se eu quisesse, eu *faria*), para indicar imprecisão (Eu teria a sua idade quando comecei a lecionar), para suavizar a manifestação de um desejo (Gostaria que você viesse mais cedo amanhã), para suavizar uma pergunta (Poderia dar-me o seu endereço), um pedido de informação (Seria possível dizer-me onde fica a rua X?) e, pode, da mesma forma que o futuro do presente, ser simples (*faria*) e composto (*teria*, ou indiferentemente, *haveria*) feito.

Não existente, discriminadamente, no latim, onde o subjuntivo é que possuía essa força, o futuro do pretérito foi criado pelas línguas românicas mediante aglutinação do imperfeito do indicativo do verbo *haver* (*havia*) com o infinitivo dos outros verbos: *louvar* + *havia* = *louvaria*.

Esse processo sintático do futuro do pretérito em alguns momentos se torna, nas palavras do gramático, *impraticável e sem sentido*, como nesta pergunta: “Qual seria seu nome?”. Para Almeida (1985, p. 231), “Qual seria” indica dúvida, mas esta pergunta implica um assunto certo, que exige o indicativo presente: “Qual é o seu nome, por favor?”.

Ao transpor a questão do tempo verbal, e sua definição como *impraticável e sem sentido*, no exemplo proposto acima, para as preocupações do campo teórico da Análise de Discurso, qualifico essa prática como possibilidade de observar marcas no funcionamento da língua. Como nos diz Pêcheux, “a sintaxe, por sua vez, não mais constitui um domínio neutro de regras formais, mas o modo de organização, própria a uma língua dada, de traços e engates enunciativos”, (IN: ORLANDI, 2001, p. 44).

Ao criticar como a sintaxe é considerada em seu campo específico – os estudos gramaticais – Pêcheux dirá, já no início de sua reflexão, que “o estudo das marcas ligadas à enunciação deve constituir um ponto central da fase da análise lingüística da Análise Automática do Discurso (AAD - 69), e que ela induz modificações importantes na

concepção de língua”. Orlandi (2001, p. 44), afirma que “no que se refere à sintaxe, a distância tomada tem a ver com o fato de que na perspectiva lingüística a língua é um sistema fechado, e, para a Análise de Discurso, é um sistema sujeito a falhas”.

Entendendo as marcas encontradas como falhas da língua em sua relação com o processo histórico, é que proponho essa análise.

Vejamos os recortes que posso considerar como favoráveis a uma possível criação de um novo Estado, com essa possibilidade sempre no tempo futuro e marcado pela incerteza, no uso do tempo verbal futuro do pretérito:

Uma das questões que poderiam prolongar por mais de uma década a discussão em torno da redivisão de MT é a indígena. Segundo o deputado Ricarte de Freitas (PSDB), para garantir a redivisão de acordo com o Projeto do Senado, seria necessária a conclusão da MT – 223, também conhecida como BR-80, e que atravessa o Parque Nacional do Xingu. “Estaríamos deflagrando uma discussão internacional, alerta o deputado, sem contar que corta o Rio Xingu, cuja travessia é feita de balsa, controlada pelos índios.”(...) “Caso a divisão se concretize, a porção remanescente do Estado abrigaria uma das áreas economicamente mais dinâmicas da região”.

(Jornal A gazeta, 19 de 06 de 2002. Deputado Federal Ricarte de Freitas (PSDB) em Relatório à Comissão da Amazônia e Desenvolvimento regional).

O deputado José Riva (PSDB) apresentou uma proposta diferente da de Mozarildo, onde seria criado o “Estado do Nortão” e o Araguaia seria transformado em território. (...) “A previsão para 2001, por exemplo, com base no fundo de participação do estado, impostos e, sem contar com emendas de parlamentares, é de que a região arrecadaria R\$ 980

milhão/ano. O Estado é economicamente viável”, sustentou Silval Barbosa.

(A Gazeta, Cuiabá, 11/02/2001, Jornalista Márcia Andreola – da redação).

A solução seria criar o Estado do Mato Grosso do Norte e o Território do Araguaia. Assim, cada um teria um governador nomeado, seus próprios Deputados federais e Senadores, podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões.

(Jornal A Folha do Estado, 28 de abril de 2003 p. 05. e Jornal A Gazeta de Cuiabá, 05 de junho de 2002 ou Ricarte, Deputado Mato-grossense Rogério Silva, autor do requerimento para a realização sobre a redivisão territorial da Amazônia e a criação de novos estados e territórios).

O deputado mato-grossense Welington Fagundes (PL) apresentou projeto de lei prevendo a realização de plebiscito para a criação de dois novos estados – o de Mato Grosso do Norte e o do Araguaia. Ambos seriam criados com o desmembramento de áreas de Mato Grosso.

Ou, ainda,

cada um teria um governador nomeado, seus próprios Deputados federais e Senadores, podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões. Queremos suscitar a discussão. Mesmo com a criação de dois novos Estados, Mato Grosso continuará sendo maior que outros 23 Estados brasileiros, argumenta Fagundes.

(Jornal Folha do Estado, 28 de abril de 2003 p. 05 Welinton Fagundes, autor de uma das propostas de divisão do Estado, no norte e no Araguaia).

E, na sequência, recortes que posso considerar como contrários à divisão do Estado e colocam essa possibilidade sempre no tempo futuro e marcado pela incerteza, no uso do tempo verbal futuro do pretérito. A temporalidade firmada nos sentidos do futuro do pretérito se encontra posta na prática discursiva dos que se posicionam favoráveis e contrários à divisão estadual.

A população ficaria assim: Mato Grosso: 2.502.260 habitantes. Araguaia: 795.692 habitantes. Mato Grosso ficaria com 1.707.068 habitantes após a separação.(...) Alguns dados apresentados são, de fato, sérios: o número de matriculados em ensino superior em Mato Grosso 34.383 estudantes e no Araguaia 3.893 estudantes. De modo geral os números se assemelham, do mesmo modo que a produção econômica também revela diferenças. Rebanho bovino (dados de 2000): MT = 18 milhões e 812 mil. Araguaia ficaria com 7 milhões 270 mil, e o Estado remanescente com 9 milhões 524 mil cabeças de gado. No caso da soja, ficaria assim (dados de 2000): MT = 8 milhões 456 mil toneladas. Araguaia, 2 milhões 270 mil e o Estado remanescente ficaria com 6 milhões 185 mil toneladas.

(Jornal A Gazeta, 18 de março de 2002 – Onofre ribeiro, jornalista)

Recentemente lancei o movimento *Divisão Não, Integração Sim*, cujo objetivo principal é o de conscientizar os mato-grossenses do que representaria um desmembramento do Estado e o que de fato seria alterado no modus vivendi atual. Não tenho a menos sombra de dúvidas que sofrerei resistências fortes dos que querem criar um novo Estado, até porque, para muitos, seria muito interessante o surgimento de novos poderes executivo, legislativo e judiciário, novos espaços de poder, inclusive, a título de “curiosidade” pertinente, o autor da proposta é de Roraima. (...) Além disso, o Araguaia, nome do fictício Estado, não teria meios de auto-sustentação economicamente, até porque a legislação ambiental em vigor só permite uma área de desmatamento de 20%, no

máximo. A divisão também diminuiria em muito as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso. Será que seria bobagem o Estado deixar de ser o maior produto de soja e algodão, o segundo maior de arroz e milho, o terceiro em rebanho bovino, o sexto em cana-de-açúcar e o oitavo em aves? Deixar de ser o quarto maior Estado exportador brasileiro? Em termos de arrecadação e sustentação econômica, se poderia dizer em sentido figurado que se tiraria as pernas de um ancião, no caso Mato Grosso, e que se teria que se ensinar o outro a andar, no caso o Araguaia. (...) A concretização de uma possível divisão seria o terceiro corte sofrido, pois além de Mato Grosso do Sul, Rondônia também foi originada daqui. Mato Grosso cresceu e se tornou o que é hoje por competência, trabalho e suor de seu povo, e interromper a continuidade desse crescimento, seria, no mínimo, irresponsável, casualísta e egoísta, não levando em consideração, absolutamente, o bem-estar coletivo. Seria menosprezar o mérito daqueles que ajudaram a construir esta terra. Por isso, defendo um Mato Grosso uno e indivisível, todo o instante, independentemente de decretos.

(Jornal A Gazeta, 10 de abril de 2001; Wilson Santos, professor de História em Cuiabá, à época Deputado Federal e atual Prefeito de Cuiabá - 2005/2009).

Esse assunto deveria ser abortado nesse momento político. Se Mato Grosso continuar como está, dificilmente haverá divisão. O momento é discutirmos que o governo Federal está em débito com Mato Grosso na questão das BRs 163 e 158.

(Jornal Capital, Sinop, 14 e 15 de outubro de 2004, p. 03. Deputado José Riva (PTB), presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso).

Mato Grosso ainda não consolidou-se depois daquela divisão. Nenhuma das suas regiões, nem mesmo Cuiabá teria vida própria isolada do contexto de todo seu território.

(Presidente das Indústrias do Estado de Mato Grosso)

Além de Mato Grosso, seriam divididos até 2007, na gestão Lula, os Estados da Bahia (região Oeste), Amazonas e Pará, com o propósito de facilitar a ocupação populacional nas regiões de baixa densidade habitacional. No entanto, Maggi disse que sempre defendeu um estado único.

Observando os recortes acima, modalizados e marcados pelo futuro do pretérito, podemos afirmar que, tanto para os que são favoráveis à criação, quanto para aqueles que se posicionam contrários à divisão, essa é uma questão sempre vislumbrada e pensada em relação a um tempo futuro que se apresenta como possibilidade.

Nestas formulações, se apresenta a questão de uma possível realidade (seria, arrecadaria, ficaria, representaria, teria, poderia, tiraria, poderiam, criaria, continuaria, estaríamos, abrigaria, deveria, continuaria, deveria), ou seja, uma possível efetividade da causa. Na relação causal, a questão não é dois estados de coisas serem causalmente relacionados – ter uma causa efetiva para (criar/não dividir = desenvolvimento/não desenvolvimento), mas é como os falantes (mídia e entrevistados) os apresentam.

Pode-se considerar que a causalidade – as causas que levam a - é enunciada, mas não necessariamente comprovada. A proposta criar/não dividir e suas relações com a causalidade, é entendida dentre um amplo aspecto que vai da causa à justificação passando por relações como razão, motivo e explicação.

Para os que são favoráveis à divisão, encontramos as seguintes formulações discursivas:

Uma das questões que poderiam prolongar por mais de uma década a discussão em torno da redivisão de MT é a indígena,

para garantir a redivisão de acordo com o Projeto do Senado, seria necessária a conclusão da MT – 223,

Estaríamos deflagrando uma discussão internacional, alerta o deputado, sem contar que corta o Rio Xingu, cuja travessia é feita de balsa, controlada pelos índios(...).’’.

Caso a divisão se concretize, a porção remanescente do Estado abrigaria uma das áreas economicamente mais dinâmicas da região’.

(...) onde seria criado o “Estado do Nortão” e o Araguaia seria transformado em território.

A previsão para 2001, por exemplo, com base no fundo de participação do estado, impostos e, sem contar com emendas de parlamentares, é de que a região arrecadaria R\$ 980 milhão/ano. O Estado é economicamente viável
A solução seria criar o Estado do Mato Grosso do Norte e o Território do Araguaia.

(...) cada um teria um governador nomeado, seus próprios Deputados federais e Senadores, podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões.

(...) a realização de plebiscito para a criação de dois novos estados – o de Mato Grosso do Norte e o do Araguaia. Ambos seriam criados com o desmembramento de áreas de Mato Grosso.

(...) cada um teria um governador nomeado, seus próprios Deputados federais e Senadores, podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões.

Queremos suscitar a discussão. Mesmo com a criação de dois novos Estados, Mato Grosso continuará sendo maior que outros 23 Estados brasileiros, argumenta Fagundes.

Além disso, o Araguaia, (...) não teria meios de auto-sustentação economicamente, até porque a legislação ambiental em vigor só permite uma área de desmatamento de 20%, no máximo.

Para aqueles se posicionam como contrários à divisão do Estado, esse posicionamento também se apresenta no futuro do pretérito, como possibilidade futura:

A população ficaria assim: Mato Grosso: 2.502.260 habitantes. Araguaia: 795.692 habitantes. Mato Grosso ficaria com 1.707.068 habitantes após a separação.

Araguaia ficaria com 7 milhões 270 mil, e o Estado remanescente com 9 milhões 524 mil cabeças de gado.

No caso da soja, ficaria assim (dados de 2000): MT = 8 milhões 456 mil toneladas. Araguaia, 2 milhões 270 mil e o Estado remanescente ficaria com 6 milhões 185 mil toneladas.

cujo objetivo principal é o de conscientizar os mato-grossenses do que representaria um desmembramento do Estado e o que de fato seria alterado no *modus vivendi* atual.

(...) até porque, para muitos, seria muito interessante o surgimento de novos poderes executivo, legislativo e judiciário, novos espaços de poder,

A divisão também diminuiria em muito as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso.

Além disso, o Araguaia, (...) não teria meios de auto-sustentação economicamente, até porque a legislação ambiental em vigor só permite uma área de desmatamento de 20%, no máximo.

A divisão também diminuiria em muito as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso.

Será que seria bobagem o Estado deixar de ser o maior produto de soja e algodão, o segundo maior de arroz e milho, o terceiro em rebanho bovino, o sexto em cana-de-açúcar e o oitavo em aves? Deixar de ser o quarto maior Estado exportador brasileiro?

Em termos de arrecadação e sustentação econômica, se poderia dizer em sentido figurado que se tiraria as pernas de um ancião, no caso Mato Grosso,

(...) e que se teria que se ensinar o outro a andar, no caso o Araguaia.

A concretização de uma possível divisão seria o terceiro corte sofrido, pois além de Mato Grosso do Sul, Rondônia também foi originada daqui.

Mato Grosso cresceu e se tornou o que é hoje por competência, trabalho e suor de seu povo, e interromper a continuidade desse crescimento, seria, no mínimo, irresponsável, casualista e egoísta, não levando em consideração, absolutamente, o bem-estar coletivo.

Seria menosprezar o mérito daqueles que ajudaram a construir esta terra. Por isso, defendendo um Mato Grosso uno e indivisível, todo o instante, independentemente de decretos.

Esse assunto deveria ser abortado nesse momento político.

Nenhuma das suas regiões, nem mesmo Cuiabá teria vida própria isolada do contexto de todo seu território.

Além de Mato Grosso, seriam divididos até 2007, na gestão Lula, os Estados da Bahia (região Oeste), Amazonas e Pará, com o propósito de facilitar a ocupação populacional nas regiões de baixa densidade habitacional. No entanto, Maggi disse que sempre defendeu um estado único.

Apesar de todas as formulações aventarem a divisão territorial como possibilidade futura, o que as diferencia, o que faz com que não possam ser consideradas como paráfrases é a maneira como o sujeito as complementa, as razões apresentadas.

É esse tênue limite entre o mesmo e o diferente nos processos discursivos que nos permite pensar que todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos.

A paráfrase e a polissemia são dois pólos de uma relação de sentidos. Para a Análise de Discurso, a paráfrase permite pensar o mesmo para apontar para o diferente. O processo analítico discursivo ao trabalhar com a paráfrase estabelece o mesmo e aponta para o diferente.

Conforme Orlandi (1999), os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer já sedimentado na calmaria dos processos de estabilização.

Por outro lado, é a possibilidade de ruptura, deslocamento de processos de significação que aventam a possibilidade do jogo polissêmico na tensão entre o mesmo e o diferente.

Ao se significar, ao tomar a palavra, esses sujeitos produzem uma mexida na rede de filiações dos sentidos, ancorados em “razões”, percepções, justificativas e conclusões diferentes. No entanto, se expressam com palavras já ditas entre o já dito e o a se dizer, o que permite o percurso do movimento dos sentidos e suas resignificações em uma não possibilidade de domínio de escolha do sujeito.

Assim, voltando o olhar para o corpus que se apresenta como objeto de nosso estudo, apesar da quase similaridade de sentidos nos recortes, o que diferencia essas práticas discursivas é a justificativa, a causa que as complementa.

Para os favoráveis à causa divisionista, encontramos as seguintes justificativas:

(...) o estado é economicamente viável; assim, cada um teria um governador nomeado, seus próprios deputados federais e senadores,

podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões; Mesmo com a criação de dois novos Estados, Mato Grosso continuaria sendo maior que outros 23 Estados brasileiros.

E, para os que são contrários à divisão, as justificativas são:

(...) até porque alguns dados apresentados são de fato sérios; para muitos, seria muito interessante o surgimento de novos poderes executivo, legislativo e judiciário, novos espaços de poder; não teria meios de auto-sustentação economicamente, até porque a legislação ambiental em vigor só permite o desmate de 20%, no máximo; a divisão também diminuiria em muito as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso; será que seria bobagem o Estado deixar de ser o maior produtor de (...); que se tiraria as pernas de um ancião, no caso Mato Grosso, e que se teria que ensinar o outro a andar, no caso o Araguaia; seria o terceiro corte sofrido; Mato Grosso cresceu e se tornou o que é hoje por competência, trabalho e suor de seu povo e interromper a continuidade desse crescimento, seria, no mínimo, irresponsável, casualista e egoísta, não levando em consideração, absolutamente, o bem-estar coletivo; seria menosprezar o mérito daqueles que ajudaram a construir esta terra; seria necessária a conclusão da MT – 223, conhecida como BR- 80, e que atravessa o Parque Nacional do Xingu; estaríamos deflagrando uma discussão internacional; a porção remanescente abrigaria uma das áreas economicamente mais dinâmicas da região.

Vejamos que as justificativas estão assentadas, prioritariamente, em razões: tanto os contrários quanto os que são favoráveis à criação/divisão do Estado se apóiam nas mesmas questões sócio-econômica e culturais, vinculadas a relações de poder, memória de um

processo recente de divisão territorial, que se posicionam favoráveis ou contrárias para garantir um lugar de formulação.

São razões de uma mesma ordem discursiva, apresentadas argumentativamente como opostas. São sempre os mesmos temas que mobilizam as *razões* que se afirmam como distintas: de um lado favoráveis e de outro contrárias. Dessa forma, se apresentam mais como argumentos retóricos, o que nos permite pensar que as causas que realmente fazem falhar, constituindo posições distintas sejam favoráveis ou contrárias, e, dessa forma, se apresentam mais como argumentos retóricos e não de identificação.

A temporalidade, marcada pelo futuro do pretérito, é um funcionamento, uma marca que se apresenta como a afirmação de uma realização não imediata e uma constante nas formulações tanto de separatistas como de não divisionistas.

Esta possibilidade futura se tensiona ora, com um passado/presente; ora, com um passado marcado em uma memória recente da divisão Mato Grosso/Mato Grosso do Sul (1977 – 1979).

Encontramos relações com um passado/presente em:

O Estado é economicamente viável; (...) e o que de fato seria alterado no *modus vivendi* atual (...) a legislação ambiental em vigor só permite uma área de desmatamento de 20%, no máximo, (...) a divisão também diminuiria, em muito, as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso, (...) Mato Grosso cresceu e se tornou o que é hoje por competência, trabalho e suor de seu povo.

E surgem resquícios de um passado marcado em uma memória recente em:

(...) seria o terceiro corte sofrido; (...) Mato Grosso cresceu e se tornou o que é hoje por competência, trabalho e suor de seu povo.

Embora, uma grande parte desses enunciados se apresente em um processo temporal, formulados em uma superfície discursiva através de verbos modalizados pelo futuro do pretérito, a marca de futuro está na materialidade e sempre ancorada, fincada, sinalizada em um tempo presente.

Um presente pensado em suas relações sócio-culturais e econômicas que possibilitam o desenvolvimento, como vemos em:

O Estado é economicamente viável; e o que de fato seria alterado no *modus vivendi atual*; (...) as expectativas positivas que a iniciativa privada tem tido do atual momento por que passa Mato Grosso; (...) Mato grosso se tornou o que é hoje por competência, trabalho e suor de seu povo.

3.3.1 - FUTURO DO INDICATIVO – UM “CERTO GRAU” DE CERTEZA

Um outro efeito de temporalidade observado é o que se apresenta no tempo verbal do futuro do indicativo nas orações principais. O indicativo é o modo que se constitui em uma proposição com certo grau de certeza. Nos recortes analisados *este efeito de futuro com certo grau de certeza* é encontrado com maior ocorrência nas formulações daqueles que compactuam com a idéia da divisão territorial, conforme podemos observar nos recortes abaixo:

Com maiores despesas para o governo central ou não, com grandes perigos ambientais ou não, o desenho da Amazônia deverá sofrer profundas

alterações. (...) A divisão do Estado é o detalhe que, num futuro não tão longínquo, viável apenas pós “governos Blairo Maggi” nos colocará no lugar que faremos por merecer. Quem viver verá.

(Editorial do jornal UNIMED – Dr. Antônio Kato – presidente UNIMED Norte MT – Sinop)

A conclusão da BR – 163, que também está ligada à divisão do Estado, será a redenção para MT e a sinalização para que o Estado se estabeleça e consolide o desenvolvimento da região Centro Oeste e Norte do Brasil.

(Diário regional, set/2004, Sinop, MT)

“O Governo federal terá que investir, isto é institucional e só teremos a ganhar com isto”. Ele ainda listou mais de 20 autarquias federais que terão que investir neste novo Estado.

(Jornal Diário Regional, 12 de dezembro de 2004, p.04, Sinop – MT)

“Não podemos dividir por dividir. Temos que ser coerentes e responsáveis ao criar um novo Estado”, declara Riva. O deputado disse que acredita na viabilidade da região e que mais cedo ou mais tarde a vontade do povo prevalecerá.

Ou, ainda,

Segundo o senador, a bandeira que ora é defendida por grande da população mato-grossense é justa e correta, já que trará grandes benefícios para uma região esquecida e distante da capital do estado.

(Folha da Amazônia, Caderno político, p. 03, fevereiro de 2001, Sinop - MT)

Quando um jornal, que é editado na capital Cuiabá, exprime algum parecer favorável à questão divisionista, procura deixar claro quem faz a afirmação, quem é o autor, colocando a fala entre aspas e, desta maneira, procurando se isentar de qualquer responsabilidade.

O jornalista Eduardo Gomes, que compactua com o pensamento divisionista, afirmou: “região rica em ouro e madeira, de terras férteis e com invejável potencial hidrográfico, o Nortão será uma próspera Unidade Federada”.

(Jornal diário de Cuiabá, 09/06/95, In: Diário de Cuiabá 2004).

Como afirmado anteriormente, para Orlandi (1996:21), a ideologia é um ritual com falhas. É a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. O equívoco é a falha da língua, na história. E a história é a história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) perante um sujeito condenado a interpretar (a significar).

Ao refletir sobre as afirmações de Orlandi sobre a inscrição da língua, passível de falha, na história, percebo o funcionamento do equívoco nas formulações analisadas que constituem o corpus desse trabalho.

Tanto os que se apresentam como favoráveis à divisão, quanto aqueles que se posicionam contrários; utilizam das mesmas formulações, com argumentos muito próximos, quase retóricos, sendo que a causa que os motiva é ideológica e se apresenta como possibilidade de diferenciação da posição que ocupa o sujeito.

As seqüências discursivas entre os que são favoráveis ou contrários à divisão/criação se apresentam, a princípio, como famílias parafrásticas, ancoradas em um limite muito frágil que, sem um olhar apurado do analista de discurso, ficaria muito difícil apreendê-las em suas diferenças.

Esse efeito de opacidade que corresponde ao ponto de divisão do mesmo, marca o momento em que os “implícitos” não se reconstroem quando se pensa a memória discursiva e marca o momento de se distanciar das evidências da proposição e da estabilidade parafrástica.

Para Orlandi (1995), a contradição entre o *um* e o *múltiplo*, o *mesmo* e o *diferente*, entre a *paráfrase* e a *polissemia*, atesta o movimento do discurso. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *lalangue* (Lacan)).

Tomando Pêcheux como referência básica para se entender a Análise de Discurso da escola francesa, o que singulariza o pensamento desse autor e estabelece, conseqüentemente, a sustentação fundamental da Análise de Discurso, é o lugar particular que ele dá à língua, de um lado, em relação à ideologia, abordada na noção de interdiscurso; e, de outro, ao inconsciente, na relação da língua com o que seria a *lalangue* (inconsciente).

Ao pensar a teoria do discurso, há que se refletir sobre a regularidade e o equívoco. É necessário o reconhecimento de que se tem necessidade da *unidade* para pensar a diferença, há necessidade desse *um* na construção da relação com o múltiplo. Para Orlandi, *não se pensa a unidade dada, mas o fato da unidade, ou seja, a unidade construída imaginariamente*. Essa é a grande contribuição da Análise de Discurso. Poder observar os modos de construção do imaginário, necessários na construção dos sentidos.

Pois como afirma Pêcheux (1975, p. 83), *a forma unitária é o meio essencial da divisão na contradição*. Ou como afirma Orlandi (1995, p. 18), *a diferença precisa da construção imaginária da unidade*, nos permite considerar a ideologia não como um mecanismo fechado (e sem falhas) nem a língua como um mecanismo homogêneo.

Desta forma, *a dispersão dos sentidos e do sujeito é condição de existência do discurso* (ORLANDI E GUIMARÃES, 1988), mas para que funcione, molda a aparência

de unidade. Essa ilusão de unidade é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo. Tanto a dispersão como a ilusão de unidade são igualmente constitutivas.

As considerações acima permitem pensar a língua como base comum de todos os processos discursivos, ou ainda, de se pensar a noção de língua (enquanto estrutura) como pré-requisito indispensável para se pensar os processos discursivos. A noção de língua é pensada em sua materialidade e não como forma abstrata.

Para Orlandi (1975), a relação entre língua e discurso se faz por recobrimentos e suas fronteiras são colocadas em causa constantemente. A língua não existe, pois, sob a *forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica*, conforme (Pêcheux, 1975), e sim em um vai-e-vem incessante entre a ordem das coisas, a do pensamento e a do discurso e que mostra a decalagem constante entre pensamento e forma gramatical na constituição discursiva dos referentes. Há uma separação irremediável entre a ordem das coisas e a do discurso.

A noção de ideologia sustenta esse lugar teórico na relação com a produção de sentidos.

Ao pensar *sobre o quê ou nas causas* que fazem um discurso funcionar, a não estabilidade parafrástica encontrada nos recortes analisados nos remete a pensar que são diferentes acontecimentos discursivos que constroem diferentes memórias discursivas na oposição *não dividir X criar* (na questão estadual), possibilitando a identificação do sujeito a diferentes formações discursivas. Só há causa daquilo que falha.

O conceito de formação discursiva mostra essa relação paradoxal com o seu exterior. Ao se afirmar que “uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (de outra formação discursiva) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e ‘discursos transversos’), os autores concluem que “a noção de interdiscurso é introduzida para designar ‘o exterior

específico’ de uma formação discursiva (...) para constituí-la em lugar de evidência discursiva” (GADET e HAK, 1997^a, p. 314).

Pêcheux (1997, p. 160), chama “formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa)”, para o autor, “isto equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, recebem seu sentido da formação discursiva na qual são reproduzidas”.

Ao considerar o conceito de formação discursiva um desafio para o analista de discurso, ainda nos dias de hoje, Lagazzi (1998, p. 37), faz essa afirmação “no sentido de exigir um refinamento agudo na análise para não ser alvo de reduções categóricas”, e afirma “a delimitação da(s) F(s) D(s) constitutiva(s) do funcionamento analisado não deve representar um momento conclusivo do trabalho do analista, mas permitir um retorno sobre a compreensão dos processos discursivos”.

Penso que essa “compreensão dos processos discursivos” como resultado do processo de análise discursiva, me remete situar os sentidos de “não dividir”, a uma formação discursiva, e, os sentidos de “criar” um novo Estado, a uma outra formação discursiva.

A diferença, na relação com a temporalidade, se mostra no reconhecimento da regularidade do uso do tempo verbal ‘futuro do pretérito’ e ‘futuro do presente’ tanto para os nascidos em mato-grosso como para os migrantes. Este é o fato da unidade construída imaginariamente, necessária na constituição dos sentidos.

Para que essa discursividade da divisão estadual ocorra, há a necessidade da dispersão dos sentidos e do sujeito a constituindo, moldando a aparência de unidade.

O funcionamento desses discursos nos remete a processos discursivos diferentes. Processos discursivos estes que, por sua vez, nos remetem a diferentes formações discursivas, “consideradas sempre na provisoriedade, a cada análise repensadas, para que

não sejamos pegos pela nomeação” em relação a uma formação discursiva. (LAGAZZI, 1998, P. 38).

Na análise dos discursos que gravitam ao redor da proposta de divisão territorial do Estado de Mato Grosso, encontro funcionamentos – de uma memória, do discurso fundador, de uma temporalidade e suas regularidades, de processos de identificação no *corpus* discursivo do discurso jornalístico - que me permitem gestos de interpretação para compreender a constituição histórica do conflito posto no Estado de Mato Grosso pelo processo migratório instaurado na década de 70.

Em um gesto de interpretação²⁸ das práticas discursivas observadas no discurso jornalístico, e que produzem um imaginário para o sujeito mato-grossense após o funcionamento discursivo da primeira divisão territorial do Estado de Mato Grosso - na década de 70, que modificou a configuração do mapa brasileiro em: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso -, também na leitura da *Declaração da Amazônia* como texto fundador de uma discursividade; e, ainda, na edição dos Projetos de Lei (PDLs) , é que me permito olhar para o texto e ver como se dá a produção sentidos.

Compreender como um texto produz sentidos, nos remete a pensar as noções de ordem e organização. Para Orlandi (2004, p. 45), “a ordem não é o ordenamento imposto, nem a organização enquanto tal, mas a forma material. Interessa ao analista não a classificação mas, o funcionamento”.

Desta maneira, ao pensar a organização imaginária da língua, a descrição dessa organização que se apresenta em sua temporalidade marcada, principalmente, pelo futuro do pretérito que nos remete aos sentidos de um futuro sempre algemado a um passado, nas duas formações discursivas – favoráveis e contrárias ao processo de divisão estadual - é que considero a sintaxe um lugar de acesso à ordem da língua. Ou seja, como um fato da ordem do discurso. “Na lingüística, as teorias da sintaxe são um modo de dar conta da

²⁸ Para Orlandi (2004, p. 46), gesto de interpretação é o lugar que se tem a relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da “subjativação”, o traço da relação da língua com a exterioridade.

organização da língua, mas se pode reconhecer, na sintaxe, um lugar de acesso à ‘ordem’ da língua” (ORLANDI, 2004, p. 67).

A repetição de um efeito de futuro, sempre algemado a um passado, encontrado nas duas práticas discursivas analisadas, “é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro (...) paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente”(ORLANDI, 2004, P. 68).

3.4 - SÓ HÁ CAUSA DAQUILO QUE FALHA

Ferreira (2000, p. 25)²⁹, ao refletir em sua tese de doutorado sobre a *resistência* da língua, toma a questão do *real* em que a noção de falta é estruturante. A língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, e o impossível, como um endosso à tese da resistência.

No desenvolver do texto, traz a noção do *real* formulada por vários autores, como para Courtine (1984), que chama as manifestações de uma ótica purificadora da língua - em que é preciso apagar os pontos inatingíveis, as zonas de indeterminação, em que há obscuridade e o olhar se perde -, como de *o fantasma da língua pura*, aparelho de poder perfeito que se curva ao desejo do senhor e que é recorrente na história de nossas idéias. Cita como exemplo a tradição gramatical, as línguas inventadas nas utopias e certas línguas inventadas no século XVIII (cf. Schlieben-Lange (1993), “a indeterminação como mal da linguagem ordinária”).

Em *O amor da língua*, Milner (1978) define o conceito do *real* como uma série de pontos do impossível, marcada pelo não-todo. O acesso a ele se dá por via negativa: o fato de que o impossível dá lugar a uma proibição explícita prova que existe pelo menos um

²⁹ *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*, é resultado da tese de doutorado de Maria Cristina Leandro Ferreira, desenvolvida no IEL/UNICAMP sob orientação da Profª. Eni Orlandi.

lugar de onde se fala do que não se pode falar. Esse lugar é a *alíngua*, ou o *real* da língua, o inconsciente. Milner retoma e dimensiona um conceito da psicanálise, mais especificamente de Lacan, que se aproxima do que está mais perto da ordem da língua. O fato é que Milner, em sua proposição, deixa de fora a história e a contradição que lhe é inerente e parece fixar propriedades do real em uma perspectiva formal, a-histórica e psicanalítica. Portanto, pela opção de trabalhar a noção do real de Milner em uma abordagem discursiva, a autora afirma a necessidade de retomar a dimensão histórica na constituição e no deslocamento de certos fatos da língua.

Retomando Milner, o real, que é da ordem da língua, se opõe à realidade, que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um ‘impossível’, inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer ‘as palavras faltam’, o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência, imperfeição.

A existência desse lugar singular – que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura – é fundamental para a concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção permite perceber no *equivoco* e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio.

Ferreira adianta que é sempre bom lembrar que na Análise de Discurso, conceitos como *simbólico*, *imaginário* e o próprio *real* têm a ver com ideologia, e não diretamente com a psicanálise e o inconsciente. Sendo assim, integram a perspectiva materialista que faz a AD trabalhar com a materialidade histórica dos fatos lingüísticos, ainda que os remetendo ao debate sobre o *real* da língua.

Em sua tese sobre o *real* da língua, Nina V. Leite (1993, p. 278), afirma que “o estatuto da equivocidade, que é constitutivo da língua como efeito de funcionamento da linguagem, não é resultado de um jogo metafórico específico”. Leite recorda que, para Pêcheux, não se trata apenas de admitir que na língua há o equivoco, mas de operar com um conceito de língua que reconheça nos fatos do equivoco, o real que lhe é próprio.

O fato de a língua ser voltada ao equívoco parece ser crucial nos estudos da discursividade. Como diz Pêcheux (1988, p. 53), “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido”.

Uma língua assim concebida necessita de procedimentos capazes de abordar explicitamente os fatos envolvidos na ordem do simbólico. O encadeamento do enunciado requer formas de investigação compatíveis com a materialidade em questão, que não é empírica, mas histórica.

A reconstituição do não-dito, bem como da plurivocidade de certos dizeres não será nunca única, uniforme, definitiva. Os sentidos ambíguos, a apreensão de equívocos na fala não podem ser imputados a problemas episódicos de interpretação, mas sim a problemas estruturantes da própria língua. Afinal, é sempre bom lembrar que “se o dizer não fosse múltiplo, não haveria necessidade do dizer” (ORLANDI, 1987, p. 137).

Esta contradição constitutiva da língua no próprio modo como ela está ligada à história e aos sujeitos falantes, não se coloca como algo a ser ‘resolvido’, mas como algo que deve funcionar como a base material na qual se constituirão os processos discursivos. Como também as dissonâncias entre a língua e o real da língua precisam ser tornadas visíveis, trabalhadas e não postas à margem, como se a língua fosse “um ritual sem falhas, enfraquecimentos e brechas...” (PÊCHEUX, 1990).

3.5 - COMETI UM DESLIZE..., O PROBLEMA ESTAVA EM PENSAR...

Michel Pêcheux, em texto redigido durante o inverno político francês (1978 – 1979), retifica, em forma de anexo, certos aspectos de teses defendidas nos capítulos III e IV e na conclusão da obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997).

Acredito que a marca discursiva deste texto e que faz com que pesquisadores da área da linguagem se lembrem/pensem em seus efeitos, está fortemente ligada ao título

deste anexo: *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação.*

Ao afirmar que *só há causa daquilo que falha*, Pêcheux já está dizendo que ‘algo falhou’, e, por isso, a elaboração do anexo como causa – redigir uma retificação.

O momento político de elaboração do texto de retificação se dá durante o inverno político francês, meses antes da ruptura do Programa Comum da Esquerda Francesa, imerso no amplo debate que este fato suscitou entre os militantes do PCF (Partido Comunista Francês).

Para Pêcheux, a teoria devia intervir nessa luta política, pensar o funcionamento e o papel das ideologias dominadas e da resistência, e, costurando este texto, ele responde às críticas endereçadas à noção althusseriana de assujeitamento do sujeito e também se apresenta como uma auto-crítica ao conceito de sujeito desenvolvido em *Les Vérités de La Palice* (1975), traduzido para português como *Semântica e Discurso* (1997), que apresenta um sujeito assujeitado por uma interpelação bem sucedida, a assujeitamentos acabados.

Retomando o título desta retificação, *Só há causa daquilo que ‘falha’*, outro efeito que nos salta, aponta diretamente para o conceito de *falha* cunhado por Lacan e que encontra eco nas concepções da Análise de Discurso: *e é dessa falha em nomear, falha para dizer a verdade que não se diz toda porque as palavras faltam* (LACAN).

Segundo Leite (2000, p. 70), o axioma mais conhecido de Lacan é: o *inconsciente está estruturado como linguagem*. E, para o autor, linguagem não é lingüística. Isso quer dizer que a linguagem não está estruturada como oposição fonemática ou morfemática. Linguagem é linguagem e se articula com a noção de simbólico como decorrente do conceito de estrutura. Sob essa ótica, a linguagem é a condição do inconsciente.

Esta tese é fundamental, e foi aí que Lacan se opôs a todos os outros que o seguiam até esse momento e defendiam o inconsciente como condição de linguagem, e continua: “o inconsciente é um conceito forjado sobre o rastro daquilo que opera para constituir o

sujeito”³⁰, reflexão que, para Leite (2000, p. 103), deslocava a definição de inconsciente da sua relação com a consciência, para situá-lo em relação à causação do sujeito.

Este foi o momento do ensino de Lacan em que ele acentuou a ruptura epistemológica feita por Freud, demonstrando que a psicanálise não é psicologia, na medida em que não existe um centro do sujeito. Até então, a palavra sujeito, oriunda da filosofia, indicava a sede do ser, o lugar da totalização do saber da pessoa.

Segundo Lacan,

O inconsciente é esse capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; o mais das vezes ela já está escrita em algum lugar. A saber:

- nos monumentos: e esse é o meu corpo isto é, o núcleo histérico da neurose, onde o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como inscrição que, uma vez recolhida, pode, sem perda grave, ser destruída;
- nos documentos de arquivo também: e são as recordações de minha infância, impenetráveis como eles, quando eu não conheço a proveniência;
- na evolução semântica: e isso responde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, como ao estilo de minha vida e meu caráter;
- nas tradições também, e mesmo nas lendas que sob uma forma heroicizada veiculam minha história;
- nos rastros, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções, necessitadas pela emenda do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram e das quais minha exegese restabelecerá sentido.

(LACAN, J. Função e campo da palavra e da linguagem na psicanálise, in Escritos, p. 238).

³⁰ Lacan, J. Posição do inconsciente, in Escritos, p.843.

Michel Pêcheux (1981) em artigo intitulado – *O estranho espelho da análise do discurso* – trata da língua e da história, e, diz ele que, encontram-se mutuamente sintonizados – e em choque. Ao tratar do reconhecimento conquistado, progressivamente, pela Análise de Discurso, Pêcheux (1981, p. 05), define, no desenvolver deste texto, alguns traços do paradoxo que cerca a disciplina, sobretudo na França, onde surgiu, nos anos de 1968/1969.

O uso da formulação *espelho* no título de Pêcheux, nos leva a associar essa formulação com o texto *O estádio do espelho* que Lacan apresenta em 1936 no Congresso de Marienbad e que trata de uma teoria sobre a conformação da estrutura psíquica do sujeito, e o que se elabora nele não é mais o motivo do crime paranóico, e sim a constituição da realidade. Para Lacan, “basta aí compreender o Estádio do Espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise dá a este termo: a saber, a transformação produzida no sujeito quando este assume uma imagem cuja predestinação a esse efeito de fase está suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do termo antigo, *imago*”.³¹

O propósito nesse trabalho, não é apresentar uma profunda reflexão sobre os estudos lacanianos, mas compreender as reflexões, as filiações que os remetem a uma ligação com a Análise de Discurso na relação da constituição do sujeito e do inconsciente.

Desde os seus primeiros escritos, ainda como Thomas Hebert³², há referências diretas à psicanálise, na obra de Michel Pêcheux, especialmente no modo de construção do objeto discurso, no engendramento entre a Lingüística – como ciência da linguagem -, do materialismo histórico – como ciência das formações sociais – e da Psicanálise, como ciência do inconsciente.

³¹ In: LEITE, M. Psicanálise lacaniana. (2000, p. 47).

³² HERBERT, T. (1966). Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale. IN: Cahiers pour L'Analyse (2). Trad. Brás. Em : Revista Tempo Brasileiro (30/31), 1973, p. 3-36.

HERBERT, T. (1968). Remarques pour une théorie general des ideologies. In: Cahiers pour L'Analyse, n o9, p. 74-92. Trad. bras. Em : Revista Rua (1). UNICAMP, março 1995, p. 63-89.

Ao procurar compreender a questão ideológica inscrita na interpretação, Orlandi (2004, p. 63), afirma que “esta questão nos toca particularmente, pois M. Pêcheux trata a significação pensando a relação da língua, de um lado, com a *lalangue* (o inconsciente) e, de outro, com o interdiscurso (a ideologia). Segundo Pêcheux, inconsciente e ideologia estão materialmente ligados”.

A autora continua sua reflexão nos dizendo que “esta ligação material se faz pela relação comum com a língua (...) a compreensão do lugar da interpretação nos esclarece a relação entre ideologia e inconsciente, tendo a língua como lugar em que isso se dá, materialmente”.

Retornando para o objeto desta tese, que é a compreensão da constituição histórica do conflito posto no Estado de Mato Grosso pelo processo migratório instaurado na década de setenta, na perspectiva discursiva de análise do discurso jornalístico, penso que a compreensão dos processos em que se definem os sujeitos mato-grossenses e os sujeitos mato-grossenses migrantes, me permite refletir sobre a noção de ideologia e inconsciente, tomando o lugar material que a língua ocupa.

Sobre essa questão, apresento como exemplo os recortes abaixo que, aparentemente, poderiam ser tomados como paráfrases, se não soubéssemos quem os formulou e que divisionistas e não/divisionistas se sustentam em *razões* distintas para essas formulações, impedindo, assim, que a noção de paráfrase se efetive.

(...) assim, cada um teria um governador nomeado, seus próprios deputados federais e senadores, podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões.

(favoráveis ao processo divisionista)

(...) para muitos seria muito interessante o surgimento de novos poderes executivo, legislativo e judiciário, novos espaços de poder.

(contrários ao processo divisionista – efeito da ironia)

Os argumentos que sustentam as razões, tanto dos que apóiam a criação do Estado do Mato Grosso, quanto dos que se posicionam contrários à divisão, não são argumentos de ordem lógica, refletindo, ainda, que os argumentos são racionais, mas não obedecem a uma lógica regida por um lado e outro. Não existem argumentos que sustentem a discussão.

Estas causas se confundem/fundem em um emaranhado, em que era necessário que, como analista, observasse *quem disse* para saber se colocava o recorte como favorável ou contrário à causa da criação/não divisão.

Esta aparente *falta de clareza* encontrada no objeto discursivo é um funcionamento do real que remete a ordem do impossível, do inapreensível.

Ao pensar o efeito do pré-construído, que Pêcheux (1997, p. 156) define como “a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, ao mesmo tempo em que é “sempre-já-sujeito”, e, destacando o autor, que essa discrepância se dá entre (a estranheza familiar desse fora situado antes, independentemente, e o sujeito responsável, que dá conta de seus atos), e funciona por contradição”. Assim, “um grande número de brincadeiras, anedotas (...) são de fato regidas pela contradição inerente a essa discrepância”.

Temos o efeito de evidência – é tão evidente que chega a ser estúpido, bobo, e irônico o efeito que se apresenta.

Pêcheux reconhece no funcionamento de um certo tipo de brincadeira (ironia), o jogo de identificação de um sujeito ou de um acontecimento. E relaciona esse papel a um “processo do significante, na interpelação identificação (...), isto é, daquilo que representa o sujeito para um outro significante (J. Lacan)”.

Para Pêcheux, nesta formulação, reside a questão do “sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é ‘preso’ nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”,

efeitos de shifting (que só têm sentido no momento da formulação – eu/ aqui /agora), construções sintáticas e outros, de modo que o sujeito resulta dessa rede como causa de si”.

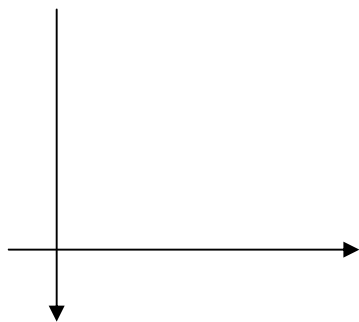
Temos, então, que os dois recortes acima funcionam bem para mostrar o encaixe pré-construído e os efeitos da articulação. Nos dois recortes, se apresentam espaços de uma evidência explicativa que provêm de uma memória discursiva se linearizando.

Para melhor compreensão, registro uma fala de Pêcheux:

Vemos, ao mesmo tempo, que o que chamamos anteriormente “articulação” (ou “processo de sustentação”) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de *discurso-transverso*, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso em relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos do “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito.

Uma outra proposta de textualização do texto acima:

Interdiscurso (memória)



Intradiscurso (formulação, dizer)

E, ainda, conforme Pêcheux (1997, p. 167), “pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”,”.

Nos recortes analisados “(...) assim, cada um teria um governador nomeado, seus próprios deputados federais e senadores, podendo, assim, promover o desenvolvimento daquelas regiões. (favoráveis ao processo divisionista)”; e, “(...) para muitos seria muito interessante o surgimento de novos poderes executivo, legislativo e judiciário, novos espaços de poder. (contrários ao processo divisionista – efeito da ironia)”, as relações explicativas recobrem o efeito do “sobre si mesmo” que mostra uma interioridade totalmente determinada pela exterioridade. O recorte explicativo apresenta o sujeito mato-grossense migrante e o sujeito mato-grossense nascido em Mato Grosso no fio do discurso de uma memória (interdiscurso) que se mostra no momento da formulação (intradiscurso).

Neste ponto da reflexão não seria possível deixar de pensar no texto de Pêcheux (1997, p.293) *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Desta retificação, interessa pensar a reflexão que Pêcheux elabora em que “é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa...”, porque, para o autor, “não se pode levar a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha”.

Pêcheux salienta, inicialmente, o que já estava formulado em *Semântica e Discurso* a propósito da Forma-Sujeito (na disjunção sujeito-ego) e da interpelação do sujeito em discurso – que a interpelação do sujeito está intimamente ligada à constituição do sentido e continua a reflexão, acrescentando que o sentido se produz no “non-sens”, sob o primado da metáfora.

Assim, aquilo que o sujeito coloca como causa de si, suas intenções, como fonte de seus pensamentos, de seus atos e de suas palavras..., é justamente aquilo que falha. Isto equivale a dizer que certos sentidos que são constituídos a partir de uma determinada

interpelação/identificação, em um certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se outro e isto mostra que, de fato não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas, e acrescenta que, uma palavra pela outra é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilha-se no lapso. (Pêcheux, 1997, p.301).

Desta forma, ao se sustentarem em “argumentos” mesmos, as formulações para divisionistas e não divisionistas não podem ser tomadas como paráfrases, embora aparentemente, suas formulações se mostrem como semelhantes. Esse ponto de realização impossível do assujeitamento “perfeito” no interior de uma possibilidade de confronto salta através da falha – as formulações são semelhantes, mas o que as move não o é. São argumentos iguais para razões constitutivas distintas.

Nesses dois processos que sustentam a linguagem: a paráfrase e a polissemia, observamos uma relação tensa entre o mesmo e o diferente, não havendo delimitação visível entre os dois processos, mas sim uma relação tensa entre o que é estabilizado e o que é sujeito ao equívoco. Há um trabalho de interpretação que desloca, há um trabalho de interpretação que fixa. Não se pode, assim, ancorado nas marcas visíveis, decidir em que lado se encontra o falante.

E é esta relação necessária entre paráfrase e polissemia e o jogo de sentidos que aí se produz na relação estabilidade e equívoco que podemos compreender a relação entre o não sentido e o sentido.

Ao refletirmos sobre essa afirmação, podemos afirmar que é o deslize, a falha, a ruptura que mais interessa e é capaz de nos oferecer espessura para a análise. É a noção de desequilíbrio, da falta que leva à possibilidade de movimento, de falha e que vai produzir novas interpretações.

A análise das práticas discursivas me permite afirmar que são *argumentos mesmos* que se apresentam nos recortes. As *razões de fato* não são enunciadas. A reflexão do funcionamento do futuro do pretérito se mostra significativo por colocar em suspenso

argumentos que, de fato, não justificam a posição sujeito favorável ao processo divisionista e a posição sujeito contrária ao processo divisionista.

As posições se colocam em formulações argumentativas demonstrando que o espaço de identificação não está nesta questão, sinalizando a necessidade de se lançar olhares para outras questões além desta discussão.

CONCLUSÃO

O “retorno do saber no pensamento” (...), supõe o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário.

(Michel Pêcheux, Semântica e Discurso, 1997, p.125).

Nesse processo de análise, procurei refletir sobre a língua e a história na produção de sentidos, pensando a dimensão dos sujeitos, a dimensão da sociedade com suas instituições, precisando os mecanismos interpretativos postos na textualidade oferecida pelo discurso jornalístico, nas distintas posições dos sujeitos em que a ideologia é trabalhada como possibilidade de interpretação, em que a identidade “é um movimento na história (e na relação com o social)”, (ORLANDI, 2004, p. 122).

Na análise da materialidade lingüística, o acontecimento discursivo da primeira divisão territorial do Estado de Mato Grosso, juntamente com o discurso fundador da Declaração da Amazônia, instauram os sentidos e memórias construídos no conflito posto no Estado de Mato Grosso pelo movimento do processo migratório, no posicionamento de efeitos que se assentam sobre mato-grossenses divididos.

Divididos também pela prática discursiva dos PDLs (Projetos de Decreto Legislativo) que convocam/dispõem sobre a criação de um novo Estado, os mato-grossenses são expostos à formulação *criação do Estado*, que silencia *divisão do Estado*.

Situo as formulações – ‘dividir’ e ‘criar’-, nesse lugar de constituição chamado por Pêcheux de *imaginário lingüístico*.

‘Dividir’ (primeira divisão estadual) e ‘criar’ (Declaração da Amazônia e Projetos de Decreto Legislativos – os PDLs) se referem a acontecimentos discursivos distintos. Marcam a posição do sujeito e a causa por ele defendida, o lugar que ocupa no conflito.

Pensando o político das relações discursivas, observo que os PDLs do Senado Federal que propõem a redivisão territorial do Estado de Mato Grosso no ano de 2000, fazem emergir os dispositivos de arquivo que remetem o sujeito mato-grossense às suas relações com a história. Nesse processo, observo que os sentidos de Cuiabá e Mato Grosso não coincidem.

Ao pensar *sobre o quê ou nas causas* que fazem um discurso funcionar, a não estabilidade parafrástica encontrada nos recortes analisados me permite compreender que são diferentes acontecimentos discursivos construindo diferentes memórias discursivas na oposição *não dividir X criar* (na questão estadual), ancorando a identificação do sujeito a diferentes formações discursivas.

Procuro compreender os modos de individualização nos processos de subjetivação do sujeito migrante e do sujeito mato-grossense. Analiso, no processo migratório, as práticas discursivas de conflito assentadas sobre diferentes argumentos, de diversas ordens: culturais, geográficas, econômicas, étnicas, de língua, e poderia me estender e somar muitos outros argumentos para descrever como a prática discursiva da região se organiza para poder se justificar na sua oposição ao outro.

Os argumentos podem ser tantos e tão diferentes que me levam a afirmar que eles *circundam a questão*, não se constituindo *na questão*. Ou seja, os argumentos que aparecem, não são as causas que falham. Causas essas circundadas por um impedimento de se verbalizar a grande diferença posta pelo processo migratório. Tais diferenças não são faladas, elas simplesmente funcionam envoltas em argumentos retóricos redundantes.

O que se chama pacificamente de migração, tem um sentido muito forte nas relações de identificação dos sujeitos que se consideram *do lugar* e dos que chegaram *ao lugar*.

O processo migratório instaura a necessidade de construção de um novo espaço frente à subjetividade do sujeito histórico que, por ser histórico, é diferente, e essa é a marca dos processos de subjetivação. Nesse novo espaço material que dispõe sobre a vida dos sujeitos, as discussões em torno da proposta de divisão estadual se apresentam como forma de resistência ao outro nas relações de pertencimento ao marcar diferenças no conjunto estadual.

Sendo o sujeito histórico, são formas históricas, portanto sujeito/sentido/espaço se constituem ao mesmo tempo ancorados em processos de identificação.

Ao deitar um olhar sobre o processo migratório, trago uma compreensão de construção da sociedade mato-grossense na relação com o Estado, em um processo em movimento.

Assim, esse percurso foi fundamental para compreender que a temporalidade e os argumentos de oposição são a possibilidade do dizer no que se refere ao movimento divisionista, já que a verdadeira causa, a que falha, parece ser indizível, parece tocar a questão do pertencimento, da possibilidade de identificação, que vem atravessada pela resistência ao outro, seja estrangeiro, o migrante, seja ao que é do lugar. Cada um significando para o outro um empecilho: às tradições, ao desenvolvimento, enfim, empecilhos que se formulam como argumentos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ACHARD, Pierre...[et al.] *Papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33ª edição, Saraiva, SP, 1985, 658 p.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. 2ª edição, tradução de Walter Evangelista e Maria Laura Castro. Rio de Janeiro, Graal, 1985, 128 p.
- ALVES, Louremberg. *A Divisão de Mato Grosso*. Cuiabá, MT., 2001
- BALOCCO, ANA E., A escrita e o escrito: produzindo identidades, domesticando diferenças. IN: MARIANI B. (Orgs), *A escrita e os escritos: reflexões em análise de discurso e em psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 129. In:
- CAMPOS, L. *Falar poconeano: um estudo da variedade lingüística*. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada no Ensino de Português como Língua Materna da acadêmica Liliane Maria de Campos, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista. Orientadora: Profª. Ms Tânia Pitombo de Oliveira. Sinop, 2006.
- COURTINE, J.-J. La Meilleure des Langues. In: *Linguistique fantastique*. Paris: Denoël, 1984.
- DUARTE, Ana S. *Divisão Territorial em Estados Brasileiros: Benefícios e Perdas para o Estado de Origem e Perspectivas para os Novos Estados*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília – DF, 2003.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1988. DUARTE, Aluizio C. *Estrutura do Espaço Regional*. In: Geografia do Brasil – IBGE, 1988.
- FERREIRA, M. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora Universidade (UFRGS), 2000.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 5ª edição, 1997.
- GUIMARÃES E PAULA (Orgs). *Sentido e Memória*. Campinas Pontes, 2005.
- HENRY, P. A História não Existe? In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Dominique Maingueneau. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 3ª edição; Pontes, 1997.
- ILARI, J & WANDERLEY, G. *Semântica*. 6ª edição, Ática, SP, Série Princípios, 1994.
- IPEA - *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- LAGAZZI, S. A Prática do Confronto com a Materialidade Discursiva: Um Desafio. In: _____. *O desafio de dizer não*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
- LEITE, Márcio P. *Psicanálise lacaniana*. Cinco seminários. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.
- MALDIDIER, D. & GUILHAUMOU, J. (1986) In: ORLANDI, E. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo, Editora Cortez, 1986.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- MARIANI, Bethânia S. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda. (org.) *ENSAIOS. Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1ª edição, 1999.
- _____. Os Primórdios da Imprensa no Brasil – Como o Discurso Jornalístico Constrói Memória. In: ORLANDI, E. (Org.) *Discurso Fundador – A Construção do País e a Construção da Memória Nacional*. Campinas, Pontes. 1993.
- MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, SP, Editora Papirus, 4ª edição, 1991.
- _____. *Integrar para não entregar: políticas públicas da Amazônia*. Campinas, SP, Editora Papirus, 2ª edição, 1993.
- ORLANDI, E. A sociolingüística, a teoria da enunciação e a análise de Discurso. In: *Sobre o Discurso*. Série Estudos, 06. Uberaba/SP, Fista, 1979.

- _____. *Discurso e Leitura*, Cortez, SP, 1988.
- _____. (Org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP, Editora Pontes, 1993.
- _____. *As Formas do Silêncio. No Movimento dos Discursos*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 3ª ed., 1995.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª edição, Campinas, SP, Pontes, 1996.
- _____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999^a.
- _____. *Papel da Memória*. Campinas, SP; Pontes, 1999b.
- _____. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: *Escritos nº. 04*, Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/NUDECRI, Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1999c.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico. Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Editora Cortez, 2002.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP, 4ª edição, Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. & LAGAZZI, S. *Discurso e textualidade*. Campinas, São Paulo, Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do discurso (AAD 69). In: *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, F. e HAK, T. (Orgs), 3ª edição, Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 3ª edição, Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. A propósito da análise automática de discurso: atualização e perspectivas (1975). In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Gadet, F. e Hak, T. (Orgs), 3ª edição, Editora da UNICAMP, 1997^a.

_____. (1982) *Língua e instrumentos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, Pontes Editora, p. 7-32, 1998.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990, 1988.

_____. *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. Em *Cadernos de Estudos Lingüístico*, (19): p. 7-14, jul./dez; Campinas, 1990.

_____. *L'étrange miroir de l'Analyse du Discours*. IN: *Langages* 62. Paris: Larrouse.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999b.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ª edição, Campinas: Pontes, 1990, 1988, 2002.

PFEIFFER, C. *Que autor é este?* Dissertação de mestrado apresentada ao IEL (Instituto de Estudos da linguagem) da UNICAMP (Universidade de Campinas) 1995, p. 146.

PITOMBO-OLIVEIRA, T. *Acima do Paralelo 13º: uma discursividade em questão*. Dissertação de Mestrado, IEL, UNICAMP, 2000, p. 100

SIGNORINI, Inês (Org). *Língua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 1998, 2ª reimpressão, 2002.